

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Célio Augusto de Oliveira

**História e Memória da Escravidão no Termo de Santo Antônio da
Barra – BA (1860-1888)**

Vitória da Conquista - BA
Setembro de 2016

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Célio Augusto de Oliveira

**História e Memória da Escravidão no Termo de Santo Antônio da Barra –
BA (1860-1888)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Isnara Pereira Ivo.

Vitória da Conquista - BA
Setembro de 2016

OLIVEIRA, Célio Augusto de.
OL48m História e Memória da escravidão no termo de Santo Antônio da Barra - BA (1860-1888); orientador: Prof.^a Dra. Isnara Pereira Ivo. Vitória da Conquista, 2016. 145 f.

Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1.Memória. 2. História. 3. Escravidão. 4. Sertão. I. IVO, Isnara Pereira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título. História e Memória da escravidão no termo de Santo Antônio da Barra - BA (1860-1888).

Título em inglês: History and memory of slavery of Santo Antonio da Barra term - BA (1860-1888)

Palavras-chaves em inglês: Memory. History. Slavery. Backwoods.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof.^a Dra. Isnara Pereira Ivo (Orientadora), Prof.^a Dr.^a Márcia Sueli Amantino (Titular), Prof.^a Dr.^a Isabel Ferreira dos Reis (Titular), Prof. Dr. Marcello Moreira (Titular), Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Fonseca-Silva (Titular).

Data de Defesa da Tese: 31 de agosto de 2016.

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Célio Augusto de Oliveira

**História e memória da escravidão no termo de Santo Antônio da Barra-
BA (1860-1888)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 15 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 


Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Marcello Moreira
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis
Instituição: UFRB

Ass.: 

Profa. Dra. Márcia Sueli Amantino
Instituição: UNIVERSO

Ass.: 

“Sou um homem comum
De carne e de memória
De osso e esquecimento...
Sou como você.
Feito de coisas lembradas e esquecidas”.

Ferreira Gullar (*Homem Comum*)

*Dedico este trabalho ao meu pai, Pedro Malaquias
de Oliveira (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Depois desses anos de estudos, pesquisas e escrita da tese, esse momento torna-se especial na minha vida e, ao mesmo tempo, muito difícil, pois lembrar de todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para esse trabalho é impossível. Como a memória é simultaneamente lembrança e esquecimento, não peço se esqueço de mencionar, não algumas, mas muitas pessoas amigas e colaboradoras. De modo geral, minha eterna gratidão a todos que se envolveram na realização deste trabalho.

Agradeço inicialmente à minha orientadora Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo, pelo estímulo, paciência, dedicação e competência com que conduziu a orientação desta Tese. Seu conhecimento, trabalho e rigor historiográfico são inspiradores. Agradeço aos professores que compuseram a banca de qualificação e defesa, pela disponibilidade e atenção que dispensaram na leitura, observação e correção deste trabalho, contribuindo imensamente para o seu aperfeiçoamento. Agradeço muito a equipe de professores, coordenadores e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, pelo empenho, dinamismo e seriedade como conduzem cada aluno neste Programa. Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa (FAPESB), do Estado da Bahia, pela Bolsa que possibilitou minha dedicação exclusiva às pesquisas apresentadas aqui. Agradeço à equipe do Fórum Municipal Desembargador Jaime Bulhões, do Município de Condeúba, pela presteza em disponibilizar, sem qualquer restrição, toda a documentação necessária para as pesquisas. Agradeço à Paróquia de Santo Antônio de Pádua, do município de Condeúba, pela atenção e disponibilidade dos documentos. Agradeço à equipe do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, pela presteza com que disponibilizaram a documentação solicitada. Agradeço às minhas amigas e colaboradoras técnicas: Márcia, Luana e Roberta, que não mediram esforços na transcrição e digitalização dos documentos. Agradeço aos meus amigos, em especial àqueles que participaram voluntariamente no trabalho de leitura e fichamento dos documentos: José Edvaldo (sogro); Edlene, Edmare e Erico (cunhados); Samuel, Tiago, Edson, Luciana e Leia (amigos). Agradeço imensamente à minha família, em especial à minha esposa Edileusa, minha filha Sophia Augusto e meu filho Heitor Augusto, cujo choro de recém-nascido me mantém acordado e me consola nas madrugadas. Vocês dividem comigo as alegrias e angústias, o olhar de vocês me consolam e preenchem a minha solidão. Obrigado por existirem na minha vida!

RESUMO

A tese analisa a história e a memória da escravidão no termo de Santo Antônio da Barra (atual município de Condeúba), situado no Sertão da Serra Geral na Bahia, no período de 1860 a 1888, ou seja, entre a fundação da vila e o fim da escravidão. Nesse *lócum*, desde o século XVIII, intensificaram-se as misturas biológicas e culturais – gentes, cores e sabores, olhares e concepções de mundos diferentes fizeram parte de importantes acontecimentos que conectaram os mundos, de diversas formas, demonstrando que as histórias são múltiplas e interligadas. Partindo do conceito da *connected histories*, pôde-se confirmar que os sertões se constituíam em espaços conectados com outros espaços do mundo ibérico. A fundamentação teórico-metodológica mobiliza as categorias de trânsitos culturais, recorre aos pressupostos da “história cultural e da história comparada”, que permitem a abordagem de novos objetos, fontes e enfoques, além de firmar analogias das representações, dos modos de viver e de ser, sem, contudo, recorrer à hierarquização e estruturação prévia dos seguimentos sociais. As análises apontam para um mundo ruraleconômico e socialmente dinâmico, cuja memória está, em parte, expressa nas tipologias documentais selecionadas, tais como inventários *post mortem*, registros de batismo, de casamento, ações executivas, entre outros documentos de natureza diversa, considerados “materiais” da memória. Essas fontes, em diálogo com as bibliografias que tratam do assunto, são usadas para expressar parte da realidade através da sua aplicação e contribuem para a construção da história e da memória da escravidão.

Palavras-Chave: Memória. História. Escravidão. Sertão

ABSTRACT

The thesis analyzes the history and the memory of slavery in Santo Antonio da Barra term (current county of Condeúba), located in the Sertão da Serra Geral in Bahia, in the period 1860-1888, that is, between the village of foundation of the town and the of slavery. In this *lócun*, since the eighteenth century, they intensified the biological and cultural mixtures - people, colors and flavors, looks and ideas from different worlds were part of important events that connected the worlds, in different ways, demonstrating that the stories are multiple and intertwined. Based on the concept of connected histories, it could confirm that the hinterlands are constituted in spaces connected with other areas of the Iberian world. The theoretical and methodological foundation mobilizes the categories of "cultural influences" refers to the assumptions of the "cultural history" and "comparative history", that allow the approach of new objects, without, resorting to hierarchy and prior structuring of social sectors. The analyzes point to an economic and social dynamic rural world, whose memory is partly expressed in the selected document types, such as *post-mortem*, baptismal records, mirage, executive actions, and other various types of documents considered "materials" memory. These sources, in dialogue with the bibliographies dealing with the subject are used to express part of reality through its implementation and contribute to the construction of history and memory of slavery.

Keywords: History. Memory. Slavery. Backwoods.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	
População do termo de Santo Antônio da Barra – 1872.....	47
Quadro 2:	
População escrava de Santo Antônio da Barra em relação à nacionalidade africana e brasileira, entre 1860-1888.....	44
Quadro 3:	
Quadro Geral da População do termo de Santo Antônio da Barra – 1872.....	51
Quadro 4:	
Ocupações dos escravos do termo de Santo Antônio da Barra – 1872.....	89
Quadro 5:	
Ocupações dos escravos do termo de Santo Antônio da Barra - 1860-1888.....	101
Quadro 6:	
Escravos de um proprietário. Termo de Santo Antônio da Barra. 1875.....	105
Quadro 7:	
Relação de instrumentos de trabalho descritos nos inventários – termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	
Faixa etária dos escravos por sexo. Termo de Santo Antônio da Barra. 1860-1888.....	46
Tabela 2:	
Registro dos escravos inventariados no termo de Santo Antônio da Barra. 1860- 888.....	66
Tabela 3:	
Designação das nações dos escravos – termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888....	74
Tabela 4:	
Distribuição dos valores médios de monte-mor dos inventários de senhores de escravos, termo de Santo Antônio da Barra –1860-1888.....	115
Tabela 5:	
Estrutura de posse de escravos no termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888.....	118
Tabela 6:	
Produtos agrícolas cultivados no termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888.....	127
Tabela 7:	
Arrecadação da Coletoria Federal e Estadual em Santo Antônio da Barra – 1884-1894.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMDJB: Arquivo Municipal Desembargador Jaime Bulhões. Condeúba – BA.

AMSA: Arquivo da Matriz de Santo Antônio. Condeúba – BA.

CEPLAB: Centro de Planejamento da Bahia.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IHGB: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

SEPLANTE: Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia.

APEB: Arquivo Público do Estado da Bahia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O LUGAR: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE SANTO ANTONIO DA BARRA.....	23
2.1 Os sertões: conquista e povoamento.....	23
2.2 O termo e a escravidão	40
3 O ESCRAVO EM SANTO ANTÔNIO DA BARRA.....	57
3.1 Os escravos do lugar	57
3.2 Mobilidade social dos escravos.....	76
4 O TRABALHO ESCRAVO DO LUGAR	94
4.1 A mão de obra dos escravos do sertão	94
4.2 Escravidão e policultura.....	110
5 CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS.....	145

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar a história e a memória da escravidão e das mestiçagens no termo¹ de Santo Antônio da Barra, nos anos de 1860 a 1888, ou seja, entre a criação da Vila de Santo Antônio da Barra e o fim do regime escravista no Brasil. Os documentos do século XIX, existentes nos arquivos do Fórum Municipal e da Paróquia² de Santo Antônio de Pádua, do município de Condeúba (antiga Vila³ de Santo Antônio da Barra), foram o ponto de partida desta pesquisa. A análise dessas fontes está pautada, a priori, por uma pesquisa bibliográfica sobre escravidão nos sertões, que evidenciou a dinamicidade com que se configurou o universo socioeconômico e cultural do sertão baiano, marcadamente mestiço, em razão dos trânsitos de mercadorias, culturas e gentes oriundas dos quatro continentes.

As análises dos documentos possibilitaram, inicialmente, constatar um intenso processo de trânsitos e misturas, biológicas e culturais, ao longo da segunda metade do século XIX; em seguida, compreender os processos de conformação da escravidão nos contextos socioeconômico e cultural no termo de Santo Antônio da Barra, e, conseqüentemente, compreender como se configurou a sociedade mestiça e hierarquizada no sertão da Serra Geral.

A instabilidade e a complexidade que marcaram as relações nas sociedades coloniais ibero-americanas, estruturadas na escravidão e nas mestiçagens, são compreendidas por meio de categorias como “qualidade”, “condição”, “cor” e “nação”, que tinham o objetivo de distinguir e hierarquizar socialmente as pessoas, criando, dessa forma, vários impedimentos

¹ Bluteau (1789, p. 454) explica que “termo” é uma denominação jurídica usada para designar o limite físico da extensão geográfica de um determinado município, da qual fazem parte a sede, os povoados, as vilas e as fazendas. É a extensão do território sob jurisdição dos seus juizes numa vila – o mesmo que município.

² Paróquia designa o território onde o pároco exerce a sua jurisdição eclesial. Também se denomina paróquia o lugar onde o pároco ou o vigário trabalha. No Brasil, desde o início da colonização, as foranias paroquiais foram os meios mais eficazes para a regulamentação administrativa do governo, no regime de capitanias ou nos governos provinciais. A Igreja Católica era o “braço” administrativo do rei. Além dos trabalhos religiosos, os párocos eram pagos com recursos do tesouro do rei porque exerciam funções administrativas locais, promoviam a ordem nas diversas localidades do reino. De acordo com Faoro (2000, p. 211), “o quadro administrativo da colônia se completa com a presença de quatro figuras, que acentuam e reforçam a autoridade metropolitana: o juiz, o cobrador de tributos e rendas, o militar e o padre”. Dessa forma, a igreja representava o Estado e vice-versa. Ver também: Silva (1999, p. 589).

³ De acordo com Leal (1997, p. 81), as câmaras municipais se constituíam nas localidades que tivessem pelo menos a categoria jurídica de vila, cuja população ultrapassasse três mil habitantes e era concebida pelo poder régio. Esse modelo seguia as estruturas transplantadas do reino de Portugal, inicialmente, em conformidade com as Ordenações Manuelinas e, depois, com as Filipinas.

para que indivíduos e grupos mestiços pudessem alcançar lugares privilegiados na hierarquia social.

De acordo com Paiva (2012, p. 20), no Novo Mundo, o termo “qualidade” foi empregado para designar o “exterior” dos indivíduos representados no sistema de hierarquias sociais, tendo por base um conjunto de códigos, quase sempre respaldados por um argumento religioso, resquício do período medieval, usado para a normatização e a hierarquização de grupos sociais, para a separação entre as sociedades de sangue – relacionadas à ascendência –, e a sociedade mecânica – relacionada ao trabalho manual, sem “*pedigree*”, na qual estavam englobados os mestiços. Esses últimos, marcados pelo “defeito” e pela falta de “qualidade”, não teriam qualquer possibilidade de ascendência social. Assim, “qualidade” como categoria geral passou a abranger várias “qualidades” na Ibero-América, as quais hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir da origem e/ou do fenótipo e/ou da ascendência deles, variando de época para época, de região para região. A “condição” era uma categoria que indicava o status jurídico do indivíduo, se livre, alforriado ou escravo.

Na história das sociedades Ibero-Americanas, marcada pela escravidão e pelas mestiçagens, não houve um critério preciso de identificação e classificação a exemplo da cor da pele, que, aos olhos do observador, a depender do seu *status* social e econômico, estabelecia aproximação ou distanciamento da escravidão. Nesse contexto, a categoria “cor” esteve relacionada à “qualidade” e à “condição”, para se referir aos vários tons de pele, às várias origens, à estatura, aos diferentes fenótipos, tipo de cabelo, de nariz e de lábios, entre outras características. A “qualidade” também se relacionava à cor, apesar de confundir-se com ela.

Ivo (2012, p. 252) concorda que a pigmentação da pele não parece um meio “seguro e válido para definir a identidade de indivíduos e grupos, sejam eles europeus, asiáticos ou mesmo africanos, já que na África, assim como nas demais regiões do planeta, nasceram não só negros e mestiços, mas também brancos”. A partir dessa constatação, percebe-se que o mundo escravo das Américas abrigou um mosaico de “cores” e “formas”. Na América espanhola, Rappaport (2009, p. 46) lembra que na determinação da “qualidade” de uma pessoa, abarcava-se todo um leque de características, que iam desde a cor, a linhagem, o estado civil, a religião, a residência, o ofício, o gênero, o estado moral de um indivíduo, até a roupa que este vestia e a sua condição de nobre ou plebeu, de livre ou escravo.

A categoria “nação”, relacionada aos africanos, aos indígenas, aos cristãos-velhos e aos europeus, classificava o indivíduo de acordo com a sua nacionalidade. O termo designaria

o seu lugar de nascimento e o seu posicionamento ou profissão religiosa (PAIVA, 2012, p. 139). A historiografia⁴ aponta os critérios poucos rígidos para essa categoria. As categorias “nação” e “africano”, por exemplo, nem sempre correspondiam à origem, pois foram elaboradas a partir do olhar europeu, das experiências empíricas vivenciadas por essas culturas no Mundo Ibérico. Assim, essas categorias devem ser pensadas como resultantes das acomodações ao novo cenário, marcado pelas mestiçagens biológicas e culturais.

Freyre (1998, p. 3-54), ao estudar as características gerais da colonização portuguesa no Brasil, afirmou que se tratava de uma sociedade patriarcal agrária, escravocrata e eminentemente miscigenada. A predisposição singular do povo lusitano para a colonização mestiça e escravocrata se explica, sobremaneira, pelo seu passado colonial, presente nos quatro continentes, pelas misturas biológicas e culturais entre os povos, que produziram gente “branca”, “preta” e “mestiça”.

Nesse contexto, os estudos históricos, na perspectiva comparada, proposta por Gruzinski (2001, 2002, 2014), Subrahmanyam (1999), Paiva (1995, 2008, 2012), dentre outros, defendem uma visão contextualizada da história, a partir das comparações, porque percebem as conexões entre as histórias, no contexto global, na medida em que os fatos são desvelados e revelam as “culturas ora preservadas fora de seu ambiente, ora modificadas, mas inclusive, modificadas de maneira semelhante em regiões muito distintas [...], bem como conectando elementos de origens múltiplas” (PAIVA, 2008, p. 15).

A perspectiva da história comparada e as conexões propostas pelos autores encontram os seus suportes no trânsito e na mobilidade culturais, o que a torna muito distinta da visão eurocêntrica, evolucionista, determinista, economicista, com as suas comparações generalizadas. No estudo dos temas “escravidão” e “mestiçagens”, de forma comparativa, a tentativa é traçar conexões entre os mundos.

Gruzinski (2003a), a partir das proposições de Subrahmanyam (1997, p.735-762), reafirma a importância do historiador que exuma as ligações históricas que ocorreram entre as sociedades e os mundos, ou seja, explora as *connected histories* (histórias conectadas), o que implica admitir “que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si, [...] a partir de múltiplas escalas” (GRUZINSKI, 2014, p. 44), ou seja, o historiador deve se encarregar de restabelecer as conexões “internacionais” e “intercontinentais”, superando a visão eurocêntrica a partir “de uma história cultural descentrada, atenta ao grau de permeabilidade dos mundos e aos cruzamentos de civilizações” (GRUZINSKI, 2014, p. 44),

⁴ Veja também: Oliveira (2011), Resende (2006) e Paiva (2012).

lembrando, no entanto, que todas as culturas, de algum modo, na história e a seu tempo, são misturadas e, portanto, viveram variados processos de mundialização. Nessa compreensão, Paiva esclarece que é necessário deixar de pensar que existe origem exclusiva, pois:

muito do que conhecemos e do que entendemos como referência de um passado, heranças culturais, que inclusive são evocadas para dar sustentação a certas identidades e às memórias, não tiveram uma única origem, mas, ao contrário, ‘nasceram’ ou foram ‘inventadas’, simultaneamente ou não, por diferentes povos, em diferentes tempos e espaços, às vezes com diferentes motivações e usos, outras vezes não (PAIVA, 2008, p. 14).

As ideias desenvolvidas por Subrahmanyam (1997, p. 736) de histórias conectadas, culturas misturadas e articulação do local e global, que se contrapõem a alguns estudos sobre o assunto, demonstram as conexões históricas entre as diversas regiões da Eurásia. Dessas conexões teve início um consistente processo político de ocidentalização,⁵ que abrangeu diversos lugares, costumes, línguas e símbolos, em espaços não europeus, como a Ásia, a África e as Américas, com uma nascente e diversificada representação destes mundos, algo que articulou o local e o global e reafirmou as misturas de mundos, sobretudo daqueles administrados pelas monarquias católicas de Portugal e Espanha, como demonstra Gruzinski (2001, p. 70-71).

Os diferentes conhecimentos e crenças tornaram-se parte do mundo globalizado que, segundo Paiva (2014),⁶ fez da América, talvez, a parte mais importante do contexto da mundialização, entre os séculos XV e XVIII. Foi em torno dela que a Europa, a África e a Ásia se organizaram, passando por um processo de americanização. O autor lembra que entre os povos americanos, os processos de mestiçagens não se constituíram uma novidade, pois desde os princípios imemoráveis de suas histórias, constituídos por diferentes grupos e povos, esses já se misturavam biológica e culturalmente. Mas, com a chegada dos conquistadores ibéricos começou a surgir dois grupos distintos, biológica, social e culturalmente daqueles existentes, que compuseram a sociedade colonial, diferente da metropolitana: o crioulo e o mestiço.

⁵ O conceito “ocidentalização” foi utilizado por Gruzinski (2003, p. 335) para se referir ao processo de colonização e conquista, na perspectiva da expansão europeia.

⁶ Refere-se ao texto “*Dinâmica de Mestiçagens na Ibero-América: Definições*”, apresentado na Mesa-Redonda: “*Dinâmica de mestiçagens: um conceito para ibero-américa, séculos XVI-XVIII*”. 5º Encontro Internacional de História Colonial: cultura, escravidão e poder na Expansão Ultramarina (séc. XVI ao XIX). Maceió – AL. Dias 19 a 33 de agosto de 2014.

A proposta de Paiva (2012, p. 13) é tomar o conceito de “mestiçagens biológicas e culturais”, num recorte que parte do século XVI ao XVIII, ou seja, na época em que aparecem os termos “mestiços” e “mesclas”. O autor explica que ao mesmo tempo em que ocorreram as trocas, as culturas se renovaram e se adaptaram, mas também se preservaram. Foram os chamados “*mediadores culturais*”, gentes das quatro partes do mundo do império católico, exploradores, comerciantes, religiosos, autoridades, viajantes, naturalistas, índios, escravos africanos, contrabandistas, trabalhadores navais, entre outros, que mediarão culturas por meio do tráfico da natureza, ou seja, de produtos como mandioca, pimenta, café, banana, entre outros. Nessa profusão de trocas e contatos, houve a adequação biológica e cultural que tornou o mundo globalizado ou mundializado. Os *trânsitos culturais*, segundo o autor, constituem-se nas trocas “[...] de gostos, de formas, de saberes, de práticas, de ideias, de representações, de tradições, de novas formas de viver e de novas maneiras de pensar” (PAIVA, 2006, p. 100).

Os estudos mais recentes demonstram que o desenvolvimento econômico e comercial e o uso da mão de obra escrava no Brasil não se processaram somente nos grandes centros e nas regiões litorâneas, onde se desenvolveram as *plantation*, com produção monocultural em larga escala, destinada ao mercado externo. A escravidão, assim como a pecuária, a agricultura e o comércio alargaram as fronteiras e contribuíram para a afirmação da colonização no interior do país. Nesse processo, movimentou também a economia interna, que se revelou muito significativa, um suporte essencial que possibilitou a fixação e o desenvolvimento das populações sertanejas. As interconexões de tempo e de espaço do mundo sertanejo garantiram a imersão do poder colonial e foram inseridas no contexto de mundialização portuguesa. Muitas dessas pesquisas revelam a complexidade da sociedade do século XIX, com as relações cotidianas entre senhor/escravo, o trabalho mestiço e os processos de liberdade que marcaram a vida dos cativos na sociedade do sertão da Serra Geral.

O conceito de “sertão” dinâmico e conectado, nas suas múltiplas variações, ganha sentido e torna-se fundamental para explicar as especificidades econômica, cultural e política, que fizeram daquele um espaço rico e multifacetado, cujo “papel estratégico e comercial”, tantas vezes minimizado, pode ser redimensionado e percebido como parte de uma articulação maior, “construída na cotidianidade das relações estabelecidas entre o estado e seus agentes responsáveis pelo processo de integralização econômica” (IVO, 2012, p. 115).

As fontes documentais utilizadas para o estudo da escravidão e das mestiçagens em Santo Antônio da Barra foram de diversos tipos. No arquivo do Fórum Municipal

Desembargador Jaime Bulhões (FMDJB), em Condeúba, consultou-se os inventários *post mortem* da segunda metade do século XIX. O *corpus* da pesquisa compõe-se de 223 inventários com a presença de escravos entre os bens e 77 que não têm registro de escravos.⁷ Para a realização dos diálogos entre as informações, a fim de traçar o perfil escravista do termo, recorreu-se a outros documentos de natureza diversa, da segunda metade do século XIX, encontrados no mesmo arquivo e na paróquia de Santo Antônio de Pádua, situada no mesmo lugar, a saber: Livros de Registro de Tombo do Cartório dos feitos cíveis e criminais; de inventário procedido no Cartório; de carta de alforria; de procuração para venda de escravo; de escritura de venda de escravo; de carga, tutelas e notas; de protocolo para as audiências do Juiz Municipal e Órfãos, de Crime e Cível; de Rol dos Culpados; de Certidões das Visitas da Cadeia; de Arrecadação; de Testamento, de Ata da Câmara de Vereadores; de Registro de Nascimento, Casamento e Óbitos; processos de natureza diversa como Ação Executiva de Cobrança, Ação de Sonegados, Arrecadação de Bens do Evento, Ação Executiva, Auto de Exame; Autos Cíveis de apreensão, carta precatória, confisco, contestação de testamento, justificação pela posse, leilão, levantamento de bens, notificação, sequestro, sentença, reivindicação; Relações de Escravos e Livros de Batismo.⁸

O diálogo com as fontes tornou-se fundamental para a apreensão e a composição de fragmentos do cotidiano e a história comparada contribuiu para o estabelecimento das conexões entre o *locum* – o que as fontes podem oferecer e a *orbes* – o que as outras realidades históricas apresentam, elementar para o esclarecimento das questões propostas neste estudo.

Na medida em que os estudos históricos avançam, as pesquisas nos inventários e a partir deles ganham destaque, pois estes são fontes que oferecem informações sobre os aspectos materiais e imateriais, e sobre a dinâmica da sociedade a qual estavam vinculados, numa imbricada rede, onde as relações biológicas, sociais, econômicas e culturais são reveladas. Essas fontes são fundamentais para a compreensão e para a interpretação do passado, testemunhos da vida material, dos sentimentos de indivíduos e de grupos sociais, e informam sobre como viviam os indivíduos. Por eles, compreende-se o cotidiano da

⁷ Esses documentos encontram-se no arquivo do Fórum Municipal Desembargador Jaime Bulhões (FMDJB), atual município de Condeúba – BA.

⁸ A Paróquia de Santo Antônio de Pádua guarda Livros de Lançamentos dos Assentos de Batismo da “Freguesia do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio da Barra”, que datam do século XIX. Os registros de batismo, cujo mais antigo data de 1858, evidenciam a presença de escravos. Entre as informações está o nome do batizado e, abaixo de alguns deles, uma inscrição que identifica aqueles filhos de escravos. No livro de 1882-1889, na mesma localização, outra inscrição identifica os filhos de escravos que foram libertados pela Lei nº 2040 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre.

escravidão que se transfigurou nos espaços, nas casas, nas fazendas, nos objetos, nas posses e no comportamento das pessoas do lugar.

Certeau (1998, p. 171) se refere ao cotidiano como espaço no qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, a configuração instantânea de posições, que implica uma indicação de estabilidade, um cruzamento de móveis animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobra, lugar de improvisações de papéis, das inventividades e da produção de um sentir/pensar e agir dos homens. Por conseguinte, esse espaço tem o caráter de publicidade e de mobilidade que, por sua vez, estão articuladas nas esferas política, econômica e cultural.

O conhecimento histórico dos fatos humanos no passado e da maior parte deles no presente pode ser cientificamente tratado, fundamentado por vestígios e por bibliografias que outros estudiosos realizaram. Dos anos que nos precederam, podemos falar segundo testemunhas. Quer se trate dos documentos oficiais, dos objetos antigos, de uma palavra cujo emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena, dos relatos de memória, o que temos efetivamente no documento é um “vestígio”, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um acontecimento em si mesmo impossível de captar.

Le Goff⁹ salienta que a história é a forma científica da “memória coletiva”, um conjunto de dados psíquicos, que colaboram para preservar e atualizar, nos indivíduos, certas impressões e informações do passado ou representadas por eles. Sendo a história tratada como “científica”, a memória coletiva, por ser imprecisa, torna-se objeto da história. Essa mudança de paradigma não gera oposição entre uma e outra, pois memória e história são construções mentais e, mesmo sendo distintas, o objetivo de ambas é recuperar formas de explicação do tempo presente, encarnadas em dois tipos de suporte: documento e monumento, aos quais ele chamou de “materiais da memória”, ou seja, os traços deixados pelo passado que permitem o seu conhecimento (LE GOFF, 2003, p. 525-429).

Indo além da “revolução documental” ocorrida no século XX, que ampliou a noção de documento ao propor a sua crítica, o autor desenvolveu a concepção de “documento/monumento”¹⁰ explicando que, “quer se trate de documentos conscientes ou

⁹ Jacques Le Goff é historiador da terceira geração da *Escola dos Annales*, especialista em História Medieval. Em seu livro *História e Memória* (2003), faz uma reflexão sobre o trabalho do historiador, os utensílios que servem à reflexão histórica. O autor desenvolveu também uma reflexão sobre o documento e o monumento, apontados como materiais da memória e fonte para a História.

¹⁰ Ainda que apartados, os termos “documentos” e “monumento” são usados nos séculos XVII e XIX, até que, no XX, teve início a chamada “revolução documental”, em termos qualitativos e quantitativos, sobretudo com os

inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho a posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas” (LE GOFF, 2003, p. 110). Portanto, nenhum documento que se apresente é inocente e fiel em si, de alguma forma traz consigo o passado impresso da sociedade que o produziu, com ou sem a intenção de legar um testemunho. Cabe ao historiador o estudo, a seleção e a postulação valorativa dessas fontes.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinha o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 536).

Le Goff, (2003, p. 525-539), ao conceber o documento e o monumento como materiais e suporte da memória, mostra que eles ajudam nos processos de ampliação dos estudos da memória histórica, pois fazem emergir aspectos relativos aos indivíduos, à paisagem, à vida íntima, à economia, à política, à religião e à cultura de uma sociedade, no seu tempo e lugar. A pesquisa, a partir desses “lugares” e “materiais” de memória, permite recuperar e atribuir valor a um vasto material histórico que, depois de estudado e interpretado, pode ser reapresentado à comunidade, que será acrescida das dimensões esquecidas ou silenciadas da sua história, as quais, somadas às lembranças existentes, constituem a memória local.

Para fins das reflexões apresentadas nesta tese, usa-se o conceito “documento”, entendendo-o como “documento/monumento” e, logicamente, “material de memória”. “Tudo o que permite a descoberta de fenômenos em situação [...] é particularmente útil” (LE GOFF, 2003, p. 539). Nessa perspectiva, a memória torna-se fundamental para o desenvolvimento da própria história. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2003, p. 471). Enfim, acredita-se que a intersecção entre história, memória e documentos permite demonstrar parte do cotidiano de negros, crioulos e mestiços na construção da sua própria história, em tempos da escravidão, no século XIX, no interior da Bahia.

O texto é o resultado do diálogo entre as fontes pesquisadas e as bibliografias consultadas, e está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, *O lugar: memória e história de Santo Antônio da Barra* adentra no espaço estudado por meio de uma discussão

historiográfica em que se estuda as relações escravistas no Brasil colonial e imperial, a configuração da organização socioeconômica e política do espaço em questão. Para a construção do segundo capítulo, *O escravo em Santo Antônio da Barra*, investigou-se a presença desses sujeitos descritos entre os bens inventariados, na segunda metade do século XIX; estabeleceu-se o perfil desses cativos a partir das ocupações nas atividades de trabalho. Tentou-se, também analisar, alguns aspectos relacionados à mobilidade social processada no lugar. No terceiro capítulo, *O trabalho escravo do lugar*, discutiram-se as questões que envolveram a sobrevivência do escravo no sertão, a mão de obra mestiça, a escravidão e a policultura de subsistência no século XIX.

2 O LUGAR: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA

2.1 OS SERTÕES: CONQUISTA E POVOAMENTO

Para Certeau, um “lugar” é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, uma configuração instantânea de posições, que implica uma indicação de estabilidade. O espaço é um cruzamento de móveis, ele é animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram, é um lugar praticado. As crônicas e os relatos efetuam um trabalho que transforma, incessantemente, os espaços em lugares e os lugares em espaços. Na composição, esses lugares avançam e entrecruzam-se compondo “[...] uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos e trajetórias em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra” (CERTEAU, 1998, p. 171).

A primeira incursão pelo sertão da Bahia de que se tem notícia foi, em 1553, comandada pelo castelhano Francisco Bruzza de Spinosa, que esteve acompanhado por doze portugueses e o missionário espanhol João de Azpilcueta Navarro. Durante 10 meses a expedição percorreu aproximadamente 350 léguas (aproximadamente 2 mil quilômetros), partindo de Porto Seguro e chegando até o Rio São Francisco (ABREU, 1988, p. 289-292).

A ambição de encontrar ouro nos sertões da Bahia foi o elemento que impulsionou tantos outros homens a percorrerem os passos deixados pela bandeira da qual fazia parte Azpilcueta Navarro e a inaugurarem uma série de buscas incansáveis, à procura das tão sonhadas minas sertanejas, até alcançarem os seus objetivos, em princípio do século XVIII.

A mentalidade colonizadora modelou o conceito de sertão, apresentando-o como “um lugar” distante, espaço de homens “primitivos”, oposto ao espaço civilizado do litoral. Esse formato acompanhou muitas literaturas e continua influenciando muitos pesquisadores e estudiosos do tema. Frei Vicente do Salvador escreveu a primeira *História do Brasil*, em 1627, e em relação à ocupação territorial afirmou que os conquistadores portugueses não adentraram o sertão como deveriam, ao invés, contentaram-se em “andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (SALVADOR, 1918, p. 19), ali concentrando as atividades econômicas significativas, construindo núcleos urbanos importantes e instalando as instituições e autoridades responsáveis pela colonização. Este foi o ponto de observação privilegiado, ao longo dos três primeiros séculos, para a construção da categoria “sertão”.

Prado Júnior acrescenta que as bandeiras, ao adentrarem os espaços do território da colônia, apenas exploraram e não fixaram povoadores. Segundo ele, a conquista e povoamento, “dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do século XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do século XVII) [...], desencadeia o movimento” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 29). Essa afirmação contrasta com as pesquisas mais recentes, referentes ao povoamento que acompanhava, principalmente, os rios que cortavam os sertões, desde o início das conquistas, como os Garcia D’Ávila e os Guedes de Brito, a partir de 1549.

Muitas produções historiográficas corroboraram para que o litoral fosse considerado espaço da “civilização”, da opulência econômica e do exercício da política, em detrimento do sertão. As riquezas oriundas da produção do açúcar, do intenso comércio de escravos e de tantos outros produtos, passavam pelos portos e, de certa forma, sugeriam uma proximidade entre as regiões litorâneas e a Europa.

Antonil (1837) tratou das riquezas que o açúcar da Bahia gerou para os senhores de engenho, até meados do século XIX, e de como esta era significativa perante a riqueza nacional. Para ele, com a decadência do açúcar no Recôncavo baiano, a colônia estaria fadada ao fracasso econômico, político e social, no processo colonizador e “civilizatório”, na medida em que fosse perdendo a sua força motriz, baseada no dinamismo dos engenhos, movidos, principalmente, pela grande quantidade de escravos, descrito pelo padre como “mãos e pés” dos senhores e no comércio do açúcar (ANTONIL, 1837, p. 31). Por essas considerações, as áreas litorâneas tiveram mais atenção dos historiadores e do imaginário de grande parte dos colonos, do que o movimento e as conexões que iam moldando as paisagens dos sertões.

Amado afirma que, desde o século XIV, os portugueses empregavam o termo “sertão” ou “certão” para referir-se a áreas mais distantes do centro de Lisboa e, a partir do século XV, usavam para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam. Assim, “sertão” ou “certão”, na mentalidade colonizadora portuguesa, seria corruptela de “desertão”, ou proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado). *Desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor). Para a autora, as duas grafias eram empregadas por numerosos viajantes e cronistas do império português na África, na Ásia e na América, com o sentido de grandes espaços interiores, parcial ou completamente desconhecidos. O termo sertão, “embora fosse uma categoria constituída primeiramente pelos agentes coloniais portugueses ao longo do processo de colonização”, quando se referiam a “espaço vasto, desconhecido, longínquo, pouco

habitado” (AMADO, 1995, p. 148), adquiriu outros significados específicos e ajustados à situação histórica de conquista e consolidação colonial da América portuguesa, como, por exemplo, a significação estritamente vinculada ao ponto de observação de onde se encontra o enunciante, ao emitir o conceito. Assim aconteceu com Pero Vaz de Caminha, quando afirmou:

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa (CAMINHA, 1974, p. 115).

Dos sertões, na maioria das vezes se dizia das distâncias, das secas, da violência e dos gentios bravios que neles habitavam. O desconhecimento interior das terras pelos colonos contribuiu para que se forjasse a ideia singular de um sertão selvagem, habitado por “negros da terra” ou bárbaros não civilizados, inimigos dos cristãos. No vocabulário do frei Rafael Bluteau (1789, p. 396), o sertão compõe os “interiores, o coração das terras, opõem-se ao marítimo e a costa”. Já para Silva Pinto (1832, p. 985), “sertão” compõe “o interior das terras. Mato distante da costa marítima. Sertão da calma, o lugar onde ella é mais intensa”. Para os filólogos como Silveira Bueno (1996), Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2001) e Antônio Houaiss (2001), “sertão” deve ser classificado como de etimologia controvertida ou obscura, tendo o significado de interior distante, região agreste, despovoada, lugar recôndito.

A expressão “sertão” foi largamente utilizada até o final do século XVIII pela Coroa portuguesa e pelas autoridades coloniais. Mesmo com a descoberta do ouro, a partir do final do século XVII e início do XVIII, e as conseqüentes explosão demográfica, acumulação de fortunas, fundação de vilas e cidades, implantação de aparelhos burocráticos, não foram capazes de modificar substancialmente os significados de “sertão”. De acordo com Viana (1935) e Magalhães (1978), os bandeirantes e sertanistas continuaram a usar a categoria “sertão”, definida como lugar “mato longe da costa, lugar da calma e ao mesmo tempo ardente”. De modo geral, percebe-se uma continuidade ideologizada, impressa no conceito que denotava áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios “selvagens” e animais bravos, sobre as quais as autoridades portuguesas, laicas ou religiosas, detinham pouca informação e controle.

O termo “sertão”, enfim, consiste em uma representação construída pelos colonizadores, viajantes, missionários e cronistas, por isso tornou-se uma fronteira móvel que se desloca à medida que a colonização avançava, não designando uma região específica, mas uma área dispersa de terras e povoados ou despovoado, no sentido eurocêntrico, para explicar um espaço supostamente vazio, no imaginário da sociedade colonial.

A entrada para os sertões pode ser compreendida como tendo início no primeiros anos dos século XVI. Em 04 de outubro de 1501, o Rio São Francisco tornou-se conhecido e batizado pelos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves (LINS, 1960, p. 46). Desde o início da colonização da América portuguesa, o objetivo das inserções de reconhecimento ou “Entradas” era assegurar o domínio colonial para exploração e controle sobre as populações nativas. Isso permitiu que a Coroa portuguesa lançasse mão de uma série de estratégias voltadas para as transformações de um território tão vasto, desconhecido e ocupado por populações indígenas.

De acordo com Antonil (1837, p. 197), no século XVII, o sertão da Bahia se estendia “até a barra do rio São Francisco”, com “oitenta léguas por costa; e indo rio acima, até a barra que chamam de Água Grande (localidade em Alagoas)”, ficava “distante da Bahia da dita barra cento e quinze léguas; das Jacobinas, noventa léguas”. Por sua extensão, o sertão era composto por “fazendas e currais de gado, rios ou lagoas”, principalmente, nas margens do rio São Francisco e seus afluentes. Outros rios como Rio das Velhas, Rio das Rãs, rio Verde, rio Paramirim, rio Jacuípe, rio Itapicuru, rio Real, rio Vaza-Barris e o rio Sergipe, faziam parte do sertão baiano, nos quais havia “mais de quinhentos currais”. O autor informa que de todas as partes dos sertões seguiam as boiadas para as cidades do recôncavo baiano e para as fábricas dos engenhos, seguindo até Salvador.

Nos anos de 1879 e 1880, o engenheiro e naturalista Theodoro Sampaio, a serviço do império brasileiro, registrava as suas impressões em um diário, nas viagens pela Chapada Diamantina, na Bahia, e ao longo da foz do rio São Francisco e de seus afluentes, que fazem divisas com os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. O movimento das águas do rio São Francisco lhe serviu como metáfora para descrever como se deu o povoamento, as mesclas entre os povos europeus, americanos e africanos. Segundo ele, as misturas entre os homens e a natureza aconteciam nos constantes encontros de adaptabilidade e recriação, entre as culturas poliformes (SAMPAIO, 1905, p. 33). Nas suas anotações, eram feitas descrições minuciosas das paisagens, dos aspectos socioeconômicos e culturais, eram desenhadas as localidades sertanejas e as pessoas, retratada uma parte da “realidade” do país, onde se podia notar a recriação de uma cultura predominantemente

mestiça, representada pelos modos de falar, pelos hábitos, pelos costumes e pela alimentação; onde as pessoas se misturavam ao ambiente seco e pobre dos sertões. Ele foi um dos primeiros a reconhecer as mestiçagens biológica e cultural como fator positivo das populações sertanejas.

Nas áreas de garimpo do Arraial de Mucugê, Sampaio vivenciou os conflitos violentos entre posseiros e aventureiros, as situações degradantes em que viviam as pessoas, movidas pela ambição do enriquecimento rápido. Pelos caminhos, as lavras eram abertas e “em poucos *mezes*, uma população de cerca de vinte e cinco mil pessoas *atrahidas* de toda parte, *affluio* para estes *logares*. Não é preciso mencionar as *luctas*, os crimes horrorosos a que a ambição exaltada dos forasteiros teria dado *logar*” (SAMPAIO, 1905, p. 141). Segundo o autor, a quantidade e a qualidade das pedras preciosas foram tamanhas, que provocavam a inflação no mercado nacional e internacional e, conseqüentemente, a baixa nos preços. Pessoas de todos os lugares se lançaram nessa aventura pela busca dos diamantes que, por sinal, eram de ótima qualidade. O autor acrescenta que os leitos dos rios e ribeiros, os brejos e as encostas das montanhas serviam de lavras para garimpeiros.

A historiografia baiana, frequentemente, recorre aos relatos de viajantes que retrataram aspectos da vida material e imaterial das populações, durante as suas incursões de exploração pelo interior dos sertões, pois suas impressões e descrições ajudam na interpretação dos quadros conjunturais, socioeconômicos e culturais das populações sertanejas. Esses relatos, dialogados com outras fontes de pesquisas, a exemplo dos inventários, contribuem para a interpretação e a compreensão de parte da história do lugar. São típicos sertanejos, com hábitos singulares, que tiveram contatos com homens e mulheres, gentes e objetos oriundos dos quatro cantos do mundo, que cruzaram pelos caminhos e rotas comerciais pelos sertões da Bahia.

Na passagem pelo sertão baiano, no século XIX, outros viajantes descreveram as características das riquezas minerais, da fauna e da flora; distinguiram algumas particularidades dos hábitos, dos costumes e dos sotaques, atentos aos modos de vida das populações sertanejas mestiças, adaptadas ao lugar. De acordo com Pires (2003, p. 36), as “diferenças de hábitos, costumes e tradições estão relacionadas às condições de tempo e lugar, e conjecturar sobre essas características é importante por auxiliar na composição da vida dos sujeitos sociais”.

Ivo (2012, p. 32) evidencia que, no lugar da barbárie e da desordem, defendidas pela historiografia tradicional, havia um projeto, orientado pelo rei de Portugal, D. João V (1706-1750), por conta das descobertas das minas nos sertões norte de Minas Gerais e da Bahia, no

século XVIII. Essas descobertas ampliaram as conexões entre os sertões e o trânsito de gentes de vários lugares como italianos, chineses, alemães, africanos, portugueses e espanhóis, estreitando ainda mais as distâncias.

A historiografia contemporânea pertinente aos séculos XVIII e XIX, que trata das relações nos espaços sertanejos, aponta para um sertão eminentemente mestiço, conectado econômico e culturalmente com o mundo ultramarino. Nesse contexto, o conceito de “sertão”, visto como rico, dinâmico e conectado nas suas múltiplas variações, ganha sentido e torna-se fundamental para superar as minimizações que reduzem os sertões a “meros fornecedores de carne”, quando na realidade esse espaço, rico em especificidades e dinamismos, desempenhava um “papel estratégico e comercial”, que precisa ser redimensionado, como explica Ivo (2012, p. 115); ser “percebido como parte da articulação econômica, cultural e política maior, construída na cotidianidade das relações estabelecidas entre o estado e seus agentes responsáveis pelo processo de integralização econômica”.

Para a autora, o trânsito de pessoas das “quatro partes do mundo” nesses espaços possibilitou o encontro e as misturas entre as experiências, os saberes, as identidades, os sabores, as técnicas, os valores e as crenças, elementos determinantes para as conquistas e para que houvesse as conexões culturais e econômicas entre os sertões e o mundo do Império Ultramarino Português.

No sertão da Bahia formou-se uma extensa rede de vilas e arraiais, alguns deles com populações que alcançavam dezenas de milhares de habitantes. Nesse processo, a economia interna se revelou essencial, pois contribuiu para a fixação e o desenvolvimento das populações. As interconexões de tempo e de espaço do mundo sertanejo garantiram a imersão do poder colonial e a inserção no contexto de mundialização portuguesa.

Abreu apresentou a riqueza dos homens que povoaram os sertões do Brasil que, por suas condições, se assemelhavam aos que preferiam o litoral a enfrentarem os desafios das terras do sertão de dentro:

Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram famílias para as fazendas [...] e as condições de vida melhoraram; casas sólidas espaçosas de alpendre hospitaleiro, currais de mourões, bolandeiras para o preparo de farinha, teares modestos [...], açudes, engenhocas para preparar rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentou-se gradualmente como sinais de abundância (ABREU, 1988, p. 155).

Os sertanejos formaram culturas múltiplas, adaptadas aos diferentes ambientes. A mobilidade e o movimento de pessoas e de produtos aproximaram essa região dos lugares mais distantes, conectados no processo de mundialização. Essas aparentes contradições formadas por fronteiras movediças, no tempo e no espaço, que marcaram as permeabilidades e resistências culturais, são explicadas pelo conceito de “universo cultural”, aplicado ao sertão baiano, lugar mestiço, culturalmente marcado pela pluralidade e pela mobilidade, em razão dos trânsitos de mercadorias, culturas e gentes de universo distintos das “quatro partes do mundo” (GRUZINSKI, 2014).

No processo de mundialização e conformação, esses lugares foram tidos “como um espaço de possibilidades e significados que se agregam num conjunto propício não só às misturas, impermeabilidades e permanências, mas também às mudanças” (IVO 2012, p. 34).

Movimentos e conexões estão relacionados às misturas, aqui compreendidas não apenas como biológicas, mas acima de tudo, culturais, percebidas nas atividades de trabalho e de comércio, como também, em certa medida, nos corpos daqueles que iam e vinham de um a outro lado dos sertões (IVO, 2012, p. 21).

Nesse lugar, as relações socioeconômicas, políticas e culturais foram compreendidas como um exercício de trocas e aproximações, nos quais os agentes envolvidos fizeram dos sertões o *lócum* das mestiçagens biológicas e da mediação cultural, que se integrou e se definiu no contexto de expansão e interiorização do império ultramarino português, em constante movimento e conexão. O encontro entre o Velho e o Novo Mundo promoveu o choque entre as diferentes culturas, envolvidas nesse processo, e revelou, desde logo, a desordem dos mundos, ao mesmo tempo em que aconteceram as adaptações, as improvisações e as invenções, numa combinação de práticas, acordos e soluções de sobrevivência.

A cultura é entendida aqui como um produto histórico e dinâmico, apreendido no processo histórico. E. P. Thompson entende “cultura” como um feixe emaranhado que reúne diversas atividades e atributos dinâmicos, vividos no cotidiano dos sujeitos. Os componentes são “ritos, modos simbólicos, atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho” (THOMPSON, 1981, p. 182-183).

Tratando-se do povoamento nos sertões, a partir da instalação do governo-geral iniciou-se o movimento para a colonização. Intensificou-se também o seguimento de demarcação territorial e, conseqüentemente, a demarcação dos espaços por meio das

instalações dos aparatos burocráticos do Estado, fator que colaborou para a permanência e o atendimento dos colonos, principalmente com o melhoramento e o controle das passagens, a manutenção da fiscalização e da cobrança de impostos para a fazenda pública.

O povoamento dos sertões baianos iniciou-se com a exploração feita pelos primeiros sertanistas e bandeirantes, e com a concessão das sesmarias às famílias Garcia D'Ávila e Guedes de Brito, que se apossaram de grandes extensões de terra. Essas duas famílias e seus sucessores foram os primeiros grandes latifundiários dos sertões da Bahia. Viana (1935, p. 22) mostrou que os domínios dos Garcia D'Ávila, em 1573, iam “além da Tatuapara, centro de seus dez currais de vacas”, espalhados em vasta área de território que se limitava, “ao sul pelo Jacuípe, ao norte pelo Itapirucu”, em direção ao rio São Francisco. Os Guedes de Brito, da casa da Ponte, possuíam “cento e sessenta léguas na margem direita do São Francisco, indo este enorme latifúndio desde o Morro do Chapéu até à nascente do Rio das Velhas” (VIANA, 1935 p. 138).

Os sertanistas baianos partiam de Salvador em direção a Ilhéus, Porto Seguro e interior do sertão até o rio São Francisco. Estes sertanistas que, assim como os bandeirantes paulistas, estavam a serviço da Coroa portuguesa (IVO, 2012, p. 69-72), seguiam os cursos dos rios sertanejos e faziam o reconhecimento físico e geográfico, com vistas às possibilidades de exploração, nomeavam os locais, muitas vezes, com os mesmos nomes dados pelos indígenas, fato que indica o domínio e a convivência com as tribos (RIBEIRO, 1995).

As bandeiras rumo aos sertões foram iniciadas no governo de Tomé de Souza e prosseguiram nos governos seguintes, defendendo três principais diretrizes:

[...] as que enveredaram pelos rios do Sul, principalmente Jequitinhonha e Buranhém; as que entraram pelo Rio Paraguassu e percorreram quase toda zona central, descobriram as serras que denominaram Gareru, Borracha e Sincorá, percorreram o vale do rio deste nome e os dos rios de Contas, Gavião, Jacuípe, passaram por Jacobina e atingiram o Rio São Francisco onde chegaram descendo pelo vale do Rio Salitre e abriram as estradas para Conquista, as que demandaram o Norte e o Nordeste e atingiram o Piauí, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão (TARQUINO, 1933, p. 446).

Nas inserções, conquistas e povoamento dos sertões, deu-se o encontro entre bandeirantes paulistas e sertanistas baianos, todos à procura das minas na Província Norte de Minas Gerais e da Bahia. As pesquisas mais recentes demonstram que esses sujeitos, vistos pela historiografia como agentes culturais e sujeitos itinerantes, com o passar dos anos, assumiram um caráter mais sedentário em relação à ocupação, formaram povoamentos

estáveis, permanentes e com organização a partir de uma base pecuarista, consolidando as conquistas, principalmente sobre as populações indígenas:

Os paulistas, em 1728, detinham amplo controle sobre as terras e os índios aldeados. Possivelmente já havia ficado para trás o tempo dos combates, que obrigaram os conquistadores vicentinos a fortificarem a igreja do arraial de Morrinhos e a confrontarem-se com os habitantes indígenas em batalhas nas margens e ilhas do São Francisco. A delimitação de espaços controlados e espaços livres, realizada por um potentado local e administrador de índios seguro do seu poder, expressa um tempo em que já se consolidara o controle paulista sobre a região, detendo os colonos vicentinos a autoridade e o mando nas relações sociais com os grupos indígenas (SANTOS, 2004, p. 93).

Esse processo se deu entre o século XVIII e o início do XIX, com a dilatação das fazendas de gado de Antônio Guedes de Brito e seus herdeiros. As cabeceiras do rio Itapirucu, em Jacobina, e as serras da Tromba e das Almas, nas nascentes dos rios de Contas e Paramirim, foram as primeiras localidades da exploração de minérios da Bahia (NEVES, 2008, p. 96).

A exploração aurífera nas Minas Gerais, em fins do século XVII, provocou o deslocamento de grande contingente populacional do litoral para os sertões e intensificou a ocupação econômica deste território. A princípio, a exploração do ouro de aluvião e de pedras preciosas reuniu nas áreas exploratórias paulistas, baianos, portugueses e estrangeiros. Num movimento interno e externo, pessoas de todos os lugares da colônia e de outros países, se deslocavam com destino às áreas de mineração, movidas pela ambição do enriquecimento ou mesmo pela necessidade de sobrevivência. Antonil (1837) descreveu os tipos sociais que partiam em direção às minas:

Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses, e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos, e sertões do Brasil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens, e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos: nobres, seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa (ANTONIL, 1837, p. 195).

A sede incansável pelo ouro estimulou muitas pessoas a deixarem suas terras, comércio e família para se aventurarem pelos sertões das minas. A cada ano aumentava a quantidade de colonos portugueses e estrangeiros. Em muitas localidades, o intenso processo migratório foi acompanhado pela falta de representantes da justiça e de juizes que tratassem

dos crimes, dos homicídios e dos furtos. Houve também a falta de párocos que tratassem das questões espirituais.

Segundo Antonil, depois dos descobrimentos de ouro nas minas, a cobiça pelo vil metal causou muitos danos sociais. Para o autor, as verdadeiras riquezas do Brasil eram a criação de gado, as culturas do açúcar e do tabaco, e as minas não passariam de “ilusão” que apenas mexia com a cobiça dos homens e, como quem rogasse uma praga, dizia: “Nem há pessoa prudente a que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro, para castigar com ele o Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras, aos europeus com o ferro” (ANTONIL 1837, p. 195). Entretanto, o autor acabou cedendo às mudanças que se configuravam no decorrer do século XVIII, causadas pelas riquezas e pela opulência que os sertões representavam e, ao narrar as condições da mineração, consagrou a parte mais importante da escrita do seu livro ao ouro.

Esse deslocamento desordenado quase sempre resultava em disputas e confrontos, a exemplo da “Guerra dos Emboabas”, conflito pelo controle das jazidas e do abastecimento das áreas mineradoras. As negociações quase sempre eram feitas em ouro (oitavas de ouro), o que provocava o aumento do interesse pelo comércio. Assim, essas áreas eram abastecidas por todos os gêneros de secos e molhados, nacionais e estrangeiros, trazidos pelas boiadas que seguiam de Paranaguá, do Rio das Velhas e dos sertões da Bahia (ANTONIL, 1837, p. 197).

No Sertão da Serra Geral, a conquista e o povoamento aconteceram em fins do século XVII, depois do enfraquecimento das minas no Norte de Minas Gerais e da Chapada Diamantina. Nessa área, à beira dos rios, foram se estabelecendo currais e fazendas de gado. As riquezas conquistadas pela mineração possibilitaram a formação de novos potentados, constituídos por fazendeiros políticos e economicamente influentes nas localidades das lavras e na Serra Geral.

Em correspondência enviada pelo rei de Portugal ao governador da Capitania da Bahia, foi pedido que “erija logo no Rio de Contas uma vila com o seu magistrado, não só pelo que respeita a boa arrecadação dos quintos, mas pelo que toca a se evitar nos distúrbios e desordens que cometem aqueles moradores como refugiados”.¹¹ Um desses centros foi a atual cidade de Rio de Contas, localizada na Serra das Almas, na Chapada Diamantina, elevada à categoria de vila em 1724, por decisão da Coroa portuguesa.

¹¹ Nesta carta, o governo português reafirma as determinações expedidas em 27 de dezembro de 1693 para que “se criem as vilas que forem convenientes”, chamando atenção para a necessidade da vila de Rio de Contas e, obtendo como resposta do governador, em maio do mesmo ano, que a dita vila já havia sido criada. Ver em: *Carta Régia de 09 de fevereiro de 1725*, apud ACCIOLI, Ignácio. *Memórias e políticas da província da Bahia*. Anotações de Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937, v. 2, p. 358.

Por se tratar de um elevado contingente populacional, lá foram instalados os órgãos da administração pública, como câmara municipal, juizado de órfãos, tabelionato de ofício, responsáveis pela organização e controle da população. Nessa importante área mineradora, foram estabelecidas medidas fiscalizadoras para a arrecadação dos quintos e, em consequência, a regulação da imensa quantidade de pessoas que foram se estabelecendo ali. Portanto, a origem do povoado está diretamente relacionada à descoberta de ouro, no início do século XVIII, na Chapada Diamantina, nas cabeceiras do rio das Contas e nas nascentes do Itapicuru (atual Jacobina).

Em 1707, o sertanista Pedro Barbosa Leal encabeçou várias incursões, denominadas de “Entradas”, e conquistas pelo território de Itacambira. A presença de população heterogênea nessas áreas fez com que Leal, a mando da Coroa portuguesa, estabelecesse a primeira comarca da Vila de Jacobina, no interior da Bahia, área que abarcava Minas Novas, no Norte de Minas Gerais. Leal seguia os mesmos padrões da administração da Coroa portuguesa para as colônias, com o objetivo de manter o controle sobre o fluxo de gente e o descaminho das pedras e metais preciosos das outras localidades de mineração. Dessa forma, foi se constituindo a organização e o ordenamento das sociedades sertanejas.¹²

O coronel Leal fundou a Vila de Nossa Senhora do Rio de Contas, no ano de 1725, após instalar a administração na Vila de Jacobina, novamente por determinação do rei:

Quando concluí a edificação de Rio de Contas, o coronel Barbosa Leal apressou a abertura do caminho da sua ligação com Jacobina, para facilitar os circuitos comerciais, desde Sergipe até Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, e possibilitar conexões com a via fluvial do São Francisco, entre Minas, Bahia e Pernambuco (NEVES, 2006, p.137).

Leal e tantos outros, chamados de *agentes integralizadores ou imensores*, promoveram a interiorização da Metrópole e alicerçaram a conquista, quando interiorizaram os “mecanismos de controle metropolitano” e as “instituições do estado português num processo incessante de adaptabilidades” (IVO, 2012, p. 21-22).

As doações de mercês – direito concedido pelo rei e outorgado pelo governador para a administração das partes ou territórios nas colônias e de títulos militares eram meios encontrados pelo rei para bem administrar as colônias. Essas doações e títulos, na maioria das

¹² Ata de Criação da Vila de Santo Antônio da Jacobina em 22 de junho de 1722. In: COSTA, Afonso. “*Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora*”. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, 1916, p. 239.

vezes, permaneciam preservados numa mesma família, garantindo que seus descendentes continuassem ricos, mantendo o prestígio e, assim, circulassem nos espaços coloniais.

Outro sertanista, o ex-escravo João Gonçalves da Costa, em meados do século XVII, se estabeleceu como conquistador, proprietário de escravos e de terras no Sertão da Ressaca, próximo ao Sertão da Serra Geral. Seguindo a mesma estratégia da administração régia, o romano Pedro Leolino Mariz, que se tornou superintendente, esteve a frente da comarca de Serro Frio, no norte de Minas Gerais. Da sede da comarca, Mariz administrou as ações imersoras de João Gonçalves da Costa e João da Silva Guimarães. No Sertão da Ressaca, a Imperial Vila da Vitória foi instalada, nos primeiros anos do século XIX, por Costa, negro e forro de origem portuguesa. Guimarães era mulato e, possivelmente, filho de portugueses. Foram estes agentes integralizadores os responsáveis pela conexão dos sertões ao mundo ultramarino (IVO, 2012, p. 17).

Um olhar mais atento sobre as relações político-administrativas e sociais que predominaram nos sertões da Bahia, no século XVIII, torna-se fundamental, pois colabora para o entendimento das discussões entre a ordem privada e pública, bem como da atuação de escravos, libertos e livres na formação do universo cultural das populações sertanejas, no século XIX. As discussões acerca da eficácia do poder público no Brasil (FAORO, 1975), bem como do espaço de atuação do poder privado, se constituíram numa importante temática para se analisar as relações de Portugal e Brasil (ANASTASIA, 1998). Sendo o império português tão vasto, constituído por terras na América, na África e na Ásia, foi tarefa quase impossível aos lusitanos administrar com eficácia e total controle essas regiões sertanejas.

Em se tratando do exercício do poder na América portuguesa, se pode afirmar que o mesmo apresentou as mais diversas características, tendo em vista a extensão territorial continental. As relações sociais e políticas revelaram-se nas mais variadas formas, convivendo o poder público com a dinâmica do poder privado, o que atribuiu a algumas regiões brasileiras singularidades quanto ao exercício do poder metropolitano (FREITAS DE JESUS, 2011, p. 251).

Os estudos mais recentes demonstram que o desenvolvimento econômico e comercial do Brasil teve como suporte o uso da mão de obra escrava. Um detalhe a ser observado é que a posse de escravos não estava relacionada apenas a um fator econômico, mas também era uma forma de distinção social, de *status*, vigente no pensamento social brasileiro durante todo o regime escravocrata.

Essa relação não se processou somente nos grandes centros e nas regiões litorâneas, onde se desenvolveram as *plantation*, com produção monocultural em larga escala, destinada ao mercado externo. A escravidão, a mineração, a pecuária, a agricultura e o comércio alargaram as fronteiras e contribuíram para a afirmação da colonização no interior do país.

No século XIX, a criação de gado atendeu a demanda interna e à exportação. Vianna (1893, p. 483) corrobora com essa afirmação, ao falar sobre as atividades econômicas do sertão baiano e descreve os produtos que possibilitaram a manutenção das conexões, por meio das redes de comércio. O gado, criado em quantidade expressiva, no século XIX, passou a dividir espaço com uma variedade de produtos agrícolas, que abasteciam tanto o mercado local, quanto outras vilas do sertão da Bahia, de Salvador e do Norte de Minas Gerais.

Os sertões, sobretudo as áreas de concentração das minas, tornou-se espaço de interesse político e econômico. Pode-se constatar isso na história da colonização do Brasil, desde o século XVII, quando viajantes, exploradores e conquistadores empreendiam diversas ações de demarcação e ocupação das terras, abertura de caminhos, conquista e redução dos gentios, além de descobertas de minas, que inauguraram um novo circuito econômico e mercantil para europeus, africanos, luso-brasileiros e asiáticos, povos dos locais onde as colônias portuguesas estiveram presentes.

Santo Antônio da Barra originou-se na segunda metade do século XVIII, a partir de um pequeno povoado localizado à margem direita do rio Gavião, no Sertão da Serra Geral, na Bahia, no entroncamento entre os rios Gavião e Condeúba. Até 1900, aproximadamente, o termo tinha sob sua jurisdição uma vasta área, composta por fazendas e povoados que, no decorrer do século XX, foram se desmembrando, tornando-se juridicamente autônomas e transformaram-se nos atuais municípios: Condeúba, Cordeiros, Piripá, Tremedal, Presidente Jânio Quadros, Guajeru, Jacaraci, Maetinga e Caraíbas (NEVES, 2003, p. 19). O lugar, hoje chamado Município de Condeúba, está localizado na Mesorregião Centro Sul Baiano, próximo ao Norte de Minas Gerais e distante 660 km da capital, Salvador (IBGE, 2008); sua extensão era equivalente a 20 léguas de leste a oeste, com mais de 30 mil habitantes (AGUIAR, 1979, p. 188).

paisagens culturais se imbricam com as paisagens naturais, por isso, são mutáveis, complexas, polissêmicas, dinâmicas e diversas, tudo ao mesmo tempo, como são as culturas e a própria história.

O Sertão da Serra Geral conformou-se em um território mestiço, onde viveu e atuou a população do termo de Santo Antônio da Barra, na segunda metade do século XIX. As pesquisas nos documentos desse período revelam a nomeação de capitães, soldados, intendentos, sargentos-mor, governadores, entre outros. A montagem dessa estrutura administrativa, muito bem articulada nas áreas de exploração do sertão, se constituiu parte das estratégias utilizadas pelo império português, em todos os pontos do globo onde manteve as suas colônias.

As explorações dos sertanistas baianos e dos bandeirantes paulistas, juntamente com as povoações das missões jesuíticas, que seguiam pelas estradas boiadeiras, em consequência das descobertas das pedras e metais preciosos em Minas Gerais e na Bahia, colaboraram para o surgimento mais intenso das povoações e para a construção de melhores estradas pelo interior dos sertões, sobretudo, das estradas reais e gerais, em fins do século XVIII e início do XIX, exigidas pela Coroa, como forma de controle sobre o interior da colônia e contra o “descaminho” do ouro (IVO, 2012, p. 43).

As conexões se fizeram por estradas e rios que interligavam os lugares mais distantes da colônia ao império português, espalhado pelos “quatro cantos do mundo”. As estradas antigas, construídas pelos sertanistas na Bahia, foram reformadas no século XIX e outras foram abertas com objetivo de ligar as vilas, cidades e províncias, o que demonstra como eram intensas as intermediações comerciais e culturais por todo sertão. Em relação à Estrada que ligava Salto Grande do Jequitinhonha a Santo Antônio da Barra, José Cid Teixeira cita o levantamento feito pelo Engenheiro Mário Tarquino, no governo imperial do século XIX:

Esta estrada, denominada “estrada geral do sertão”, foi aberta pelos bandeirantes e, em 1884, foi reconstruída e aberta uma outra para Vitória da Conquista (cidade de Conquista), sendo os trabalhos efetuados sob direção do engenheiro Estanislau Prewodowski, com um auxílio de 12:000\$000 fornecido pelo governo imperial, segundo o aviso de 01 de fevereiro de 1884 (TEIXEIRA, 1998, p. 23).

Pelas estradas e caminhos que cruzavam por Santo Antônio da Barra, circulavam negociantes de ouro e pedras preciosas, gado, muares, escravos, peles, entre outras mercadorias confeccionadas no termo. As trocas desses produtos contribuía para a acumulação de capital que, muitas vezes, era investido na capital baiana, no Rio de Janeiro ou

em São Paulo, em forma de Letra de Câmbio do Tesouro Imperial, conforme registro de vários documentos.¹³

No decorrer dos séculos outros povoadores seguiram os sertões rumo ao São Francisco e desenvolveram, principalmente, a criação de gado, a exemplo de Bernardo Vieira – irmão do Padre Vieira, do Mestre de Campo Aranha Pacheco, do Capitão Francisco de Brás, de João Gonçalves da Costa, entre outros (NEVES, 2008, p. 64-88), que traziam um contingente de moradores e escravos, para a administração e o trabalho mais pesado, no desbravamento das terras indígenas.

O rio São Francisco, além de encurtar as distâncias, pela sua extensão e importância, tornou-se um lugar de encontros, um importante mediador de diálogos culturais entre pessoas de vários lugares, e contribuiu para transformar as paisagens do lugar. Essas mediações possibilitaram a dilatação do sertão para outras partes do país e do mundo. O Rio das Velhas foi outro importante ponto de parada e encontro de viajantes da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais, de Goiás e do Rio de Janeiro (ABREU, 1988, p. 195), que desenvolviam o comércio no Nordeste, no Sudeste e, muitos deles, nas várias partes do mundo.

Na conquista dos sertões, os bandeirantes paulistas exploravam a mão de obra do escravo indígena e africano. Esses escravos eram obrigados a transportar cargas de “pólvora, bala, machados e outras ferramentas, cordas para amarrar os cativos, às vezes sementes, às vezes sal e mantimento” (ABREU, 1988, p. 108). Quando se deparavam com povoamentos indígenas, eles saqueavam as suas roças e reabasteciam as tropas que seguiam rumo aos domínios do São Francisco, em torno do Paraguaçu, para dominar e apresar “as tribos ousadas e valentes, aparentadas aos aimorés [...]” (ABREU, 1988, p.108-113) e, conseqüentemente, formar os povoados que deram origem, posteriormente, aos arraiais e as vilas.

Além das trilhas indígenas, os sertanistas baianos seguiam os caminhos abertos pelas boiadas, por onde passavam também os comerciantes tropeiros e mascates que comercializavam objetos e escravos, muitos dos quais, transeuntes que moravam nos povoados e vilas, que seguiam em direção ao São Francisco. Nessas áreas encontravam-se também “baianos e pernambucanos com paulistas, de modo que mais de 100 famílias paulistas criavam gado nas imediações dos rios São Francisco e das Velhas, antes mesmo do descobrimento de Minas” (ABREU, 1988, p. 199).

Hespanha analisa que as tramas e as complexidades das formas de governar os espaços de colonização do Império português, a maneira ambivalente, incerta e indecisa como se

¹³ Um desses documentos refere-se à Ação Executiva do Vigário Bellarmino Silvestre Torre, nº 217 de 1866.

exercia o governo no Antigo Regime, era de natureza proto-burocrática. “Apesar de todas as colônias portuguesas estarem ligadas à metrópole através de algum vínculo político, faltava uma constituição colonial unificada até o século XIX” (HESPANHA, 2010, p. 54). O aparato burocrático administrativo montado para os sertões e as suas formas de exercício político tornaram complexas as relações de poder e tiveram como resultado a marginalização de grande parte das populações locais, constituídas por trabalhadores livres, escravos, forros e seus descendentes. “A experiência americana, com toda a sua diversidade, lastreada em formas de trabalho compulsório de nativos e de forasteiros, não impactou apenas suas sociedades e seus ambientes, mas projetou-se rapidamente sobre todo o mundo” (PAIVA, 2012, p. 12).

A formação de povoados e vilas ea presença constante dos agentes coloniais, foram formasde investimento da Coroa no desenvolvimento do sertão baiano e formas de consolidar as experiências com os potentados locais, constituindo pactos de vassalagem em prol do projeto de interiorização da colonização. Essa experiência já havia acontecido nas regiões onde o império português mantinha suas colônias.

As relações humanas e comerciais mantidas nos sertões da Bahia romperam as fronteiras geográficas e abasteceram as cidades litorâneas e o mundo com os metais e pedras preciosas, as drogas, a carne de gado junto com o couro, o café, a farinha de mandioca, o algodão, entre outros produtos que, transportados pelos escravos e sobre as juntas de animais, atravessavam as vias de acesso, caminhos reais e rios, essenciais para o processo de colonização e integração nacional.Nesses intercâmbios marcados pelo contato de pessoas e pela troca de produtos, os interiores foram sendo conectados com outras partes do mundo. Os modos de ser e de fazer das culturas se encontraram de maneira incondicional.

2.2 O TERMO E A ESCRAVIDÃO

As áreas de Santo Antônio da Barra eram ocupadas por fazendeiros, trabalhadores pobres nas condições de livres, escravos e forros. Os escravos que desempenhavam diversas atividades, o poderio econômico e o tamanho das propriedades determinavam os caminhos políticos dos fazendeiros e de seus familiares, que se firmavam como donos e representantes das localidades que compunham o termo.

No início do século XIX (entre 1831 a 1839), os povoados da Serra Geral, dentre os quais está Santo Antônio da Barra e o povoado do Sertão da Ressaca, lugar da Imperial Vila da Vitória, estiveram sob a mesma jurisdição e pertenciam à Vila do Rio Pardo, do lado norte

da Província de Minas Gerais. Nesse período não havia uma demarcação precisa das fronteiras entre Minas Gerais e Bahia (AGUIAR, 1979, p. 187). Nos seus primórdios, o lugar foi constituído à margem direita do rio Gavião, confluente do rio Condeúba, e tributário do rio de Contas.¹⁴ Antes da colonização, o lugar era habitado pelas tribos indígenas Mongoiós ou Camacãs,¹⁵ Pataxós, Ymborés e Botocudos.

No início do século XIX, em passagem por ali, indo em direção ao litoral, o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied percebeu as mestiçagens biológicas entre os índios camacãs, os quais eram denominados pelos portugueses como “meniãs”. De acordo com o autor, “esses *meniãs* constituem realmente um ramo dos Camacãs, porém degenerados; não são mais da raça indígena pura, tendo a maioria deles o cabelo encarapinhado dos negros e também a cor escura, e com exceção de dois velhos, não sabem mais a sua língua” (WIED-NEUWIED, 1940, p. 414). As mesmas observações foram notadas pelos naturalistas Spix e Martius, no início do XIX, em suas viagens entre os sertões e o litoral. Os Camacãs são “uma raça humana robusta e sã, de tórax largo e musculosos, de cor escura, pardo-avermelhada ou cor de cobre” (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 197).

Para esses viajantes, vindos de universos culturais tão diferentes, ao penetrarem na América Ibérica, as comparações foram inevitáveis. Ao tratarem apenas dos aspectos físicos da população indígena miscigenada, não conseguiram interpretar ou não viram que os processos de distinção e hierarquização daquelas sociedades se baseavam mais nas “qualidades” do que nos aspectos físicos relacionados à cor da pele, cabelos e estrutura física. O relato desses e de outros viajantes, bem como dos intérpretes da sociedade brasileira que passaram pelos sertões, construíram múltiplas concepções que influenciaram autores da historiografia brasileira, a exemplo de Gilberto Freyre (1998), Caio Prado Júnior (2000) e Sérgio Buarque de Holanda (1995).

Verifica-se na leitura desses autores que as mestiçagens biológicas e culturais foram vistas como um processo inevitável, em curso desde os primeiros momentos da vinda dos ibéricos para o Novo Mundo. O fato é que nesse intercâmbio, essas misturas, ao invés de tornar a sociedade mais homogênea, corroboraram para o acirramento na formação de hierarquias sociais menos rígidas, em todas a Américas portuguesa. (IVO, 2012, p. 263).

¹⁴ Na metade do século XVIII, aproximadamente, “os habitantes da Serra Talhada fizeram erigir, na pequena povoação, hoje sede do município, uma pequena capela com denominação de Santo Antônio da Barra do Sítio de Condeúba, antiga e extensa fazenda então existente com sede à margem do rio Gavião” (TORRES, 1923, p. 41-43).

¹⁵ O príncipe austríaco Maximiliano de Wied-Neuwied (1940, p. 412) descreveu os índios camacãs como “bem talhados, de estatura média, robustos; têm ombros largos e bem pronunciados os traços fisionômicos de sua raça”.

Segundo Viana Filho (1988, p. 126), não houve um lugar para o escravo na “vida sertaneja”, no interior da Bahia; via-se um ou outro cativo desempenhando funções de criado ou de lacaio, como tropeiro ou carregador em alguma bandeira. Viana afirma, ainda, que o índio foi predominante, mas depois de “alastrar a miscigenação”, o que se viu foi “mameluco” ou “curiboca”. Contrariando essa afirmação, as pesquisas nos documentos apontam a escravidão como parte das relações sociais em Santo Antônio da Barra. São explícitas as experiências dos cativos sertanejos como agentes de muitas relações/interações.

Nos inventários, por exemplo, os escravos aparecem como sujeitos sociais, capazes de conduzir as negociações pela própria liberdade, empreendendo fugas, constituindo famílias, associados às manifestações de ira e de afeto dos senhores, apontados como compradores e vendedores de serviços e produtos. Em outros documentos, os escravos estão batizados, casados, instituídos como testemunhas, presos nas cadeias, registrados nos livros oficiais, juntamente com pessoas não escravas.

A diversidade de experiências vivenciadas no cativo revela a complexa dinâmica da formação identitária no interior da escravidão. Thompson (2001, p. 277), ao fundamentar as relações sociais da classe trabalhadora na Inglaterra, no século XIX, pela sua própria experiência, analisou o processo de constituição da consciência dos trabalhadores, considerando a subjetividade e a relação entre indivíduos de uma mesma categoria, como elementos importantes nos processos formativos. Quando o autor fala de “experiência humana ou histórica”, entende que os indivíduos e os grupos sociais, diante de determinadas condições e situações históricas, vivem as suas experiências como necessidades, interesses e antagonismos, e tratam a sua consciência e cultura das mais complexas maneiras. O autor considera que os indivíduos de uma mesma categoria social não se constituíam apenas e através de uma formação econômica, mas, também, histórica e cultural.

Thompson (2001, p. 263) demonstrou a “simultaneidade da manifestação das relações produtivas particulares, em todos os sistemas e áreas da vida social”, ou seja, provou que as dimensões material, social e cultural são simultâneas e intrínsecas na vida humana. Dão-se a partir do conflito social e são vistas, portanto, no equilíbrio entre as determinações objetivas e a ação das categorias, onde a pessoa constitui-se sujeito da história. Isso possibilita entender a autonomia parcial e as diversas formas de mobilidade social, das pessoas que viveram na condição escrava.

Os cativos foram indivíduos e sujeitos, produtores e geradores de bens materiais e simbólico tais como religião, música, dança, comida, instrumentos e outras manifestações. Foram capazes de interferir socioeconomicamente e culturalmente na constituição da

sociedade brasileira, conquistaram e reconstruíram os espaços sertanejos, onde puderam criar e recriar a si mesmos e o seu entorno, apreendendo-o como parte da sua cultura, sem romper com o legado dos antepassados. Nos inventários e demais documentos, estes sujeitos despontam como personagens que não só produziram bens materiais e riquezas, mas também uma multiculturalidade ligada às formas de sociabilidades e ao cultivo da solidariedade, através do trabalho e da convivência diária com o diferente.

O Quadro 1, produzido a partir dos dados do Recenseamento Geral do Império, de 1872, contribui para a reflexão sobre a composição da população brasileira e estrangeira do termo de Santo Antônio da Barra:

Quadro 1 – População do termo de Santo Antônio da Barra – 1872

	Estrangeira				Brasileira		
	Escravos	Livres	Total		Escravos	Livres	Total
Africanos	132	60	192	Bahia	2.723	38.149	40.872
Portugueses	-----	9	9	Minas Gerais	23	245	268
Italianos	-----	-----	---	Alagoas	-----	2	2
Orientais	-----	-----	---	Pernambuco	15	13	28
Paraguayos	-----	21	21	Sergipe	-----	1	1
----	-----	-----	---	Parahyba	-----	9	9
Soma	132	90	222	Soma	2.761	38.419	41.180

Fonte: BRAZIL. Diretoria Geral de Estatística. Memória Estatística do Brasil na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. *de quadros gerais recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto (1876). Bahia.* Disponível em: <<https://archive.org/details/recenseamento1872ba>>. Acesso em: 20/10/2014

O Quadro 1 apresenta uma população composta por pessoas dos três continentes: africanos (192), europeus (9 portugueses) e americanos (21 paraguaios e 41.180 brasileiros). Os escravos africanos representavam 59,45% do total de 222 estrangeiros. Os “brasileiros”, na condição de escravos, em grande maioria, eram provenientes da Bahia (98,62%), não havendo distinção entre os nascidos no município e nos demais lugares da província. Identificados como sendo de outras províncias, veem-se escravos de Minas Gerais (23) e de Pernambuco (15).

Sobre os “escravos brasileiros” que aparecem no Quadro 1, não é seguro afirmar de que província são originários, porque um indivíduo poderia ser comprado várias vezes, em diferentes lugares, ou seja, o escravo pode ter nascido em determinada província, mas ter sido comprado em qualquer lugar da Bahia ou de outra província, inclusive em vilas próximas ao termo de Santo Antônio da Barra.

Santos demonstra que na Imperial Vila da Vitória do século XIX havia pessoas das “quatro partes” do mundo entre italianos, orientais, portugueses e africanos. A metade da população era composta de escravos africanos. Os escravos “brasileiros” eram, em sua maioria, da própria província da Bahia 98% do total de 1.731 cativos. Os demais cativos era provenientes de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Espírito Santo, Sergipe, Piauí, Alagoas, São Paulo e Minas Gerais, somaram o número de 131 pessoas. A presença desses indivíduos demonstra como a vila mantinha conexão com os diversos lugares do Império e também com os outros continentes. Ferreira demonstra ainda que a presença de negros e mestiços no Sertão da Ressaca é muito antiga. No século XVIII, as expedições exploratórias e colonizadoras do Sertão da Ressaca descobriram quilombos. “Outros ali chegaram com os exploradores João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa” (SANTOS, 2015, p. 52). No Quadro 2 abaixo tem-se uma amostragem do padrão demográfico de 1.528 escravos que emergiram da análise dos inventários *post mortem*:

Quadro 2 – População escrava de Santo Antônio da Barra em relação à nacionalidade africana e brasileira, entre 1860-1888

Naturalidade	1860	1870	1880	Total	%
África	56	29	0	85	5,56
Província da Bahia (Salvador)	0	5	21	26	1,69
Província de Minas Gerais	0	5	11	16	1,03
Cidade de Maragogipe	2	2	0	4	0,25
Vila de Caetité	1	14	11	26	1,69
Imperial Vila da Vitória	0	20	1	21	1,36
Vila de Santo Antônio da Barra	1	229	74	304	19,89
Freguesia da Boa Viagem e Almas (atual Jacaraci)	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado)	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Brejo Grande	0	11	0	11	0,71
Freguesia das Lages	0	0	1	1	0,06
Freguesia de Maracás	0	1	0	1	0,06
Freguesia de Muritiba	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Rio de Contas	0	3	1	4	0,25
Freguesia de Santa Isabel do Paraguassu (atual Mucugê)	0	1	2	3	1,20
Freguesia da Serra do Morro	0	0	1	1	0,06
Não informa	452	542	28	1.101	72,05
Soma Geral	512	865	151	1.528	100

Fonte: FMDJB. Inventários de 1860 a 1888.

Em Santo Antônio da Barra, dos 1.528 escravos, 72,05% não tiveram a nacionalidade informada. Os 1.443 escravos nascidos no Brasil representam a maioria da população cativa,

na segunda metade do século XIX. A presença de escravos africanos (85) nas décadas de 1860 e 1870 foi inferior à presença de escravos brasileiros, o que sugere a diminuição do tráfico interno e externo, sugere ainda a maior produção natural dos escravos, bem como a diminuição do “tráfico interno”, como apontou Almeida (2006, p. 169-172), em estudos a partir dos inventários do século XIX, de Rio de Contas, na Chapada Diamantina. O Quadro 2 demonstra uma configuração que é parte do processo de construção social do Brasil, a partir da escravidão.

Pelo Quadro 2, vê-se que do total de 1.528 escravos identificados como africanos, crioulos, mestiços pardos e cabras, 304 indivíduos (19,90%) tinham nascido ali, o que sugere que os proprietários investiram na reprodução natural para o aumento e/ou manutenção da mão de obra cativa. Os demais nasceram em Salvador (26), em Caetité (26), em Minas Gerais (16), na Imperial Vila da Vitória (21), na Freguesia do Brejo Grande (11), na Cidade de Maragogipe (4), na Freguesia do Rio de Contas (4), na Freguesia de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê) (3). Vindos de outras Freguesias, como Boa Viagem e Almas, Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), Lages, Maracás, Muritiba e Serra do Morro somaram-se seis (6) escravos. Num contexto onde o tráfico de escravos pelo Atlântico fora praticamente abolido, o número de escravos nascidos em Santo Antônio da Barra (19,90%) foi maior do que o de escravos nascidos em Salvador (1,70%) e na Imperial Vila da Vitória (1,37%). O Quadro demonstra, ainda, o intercâmbio com outras províncias como Alagoas, Pernambuco, Paraíba e, merecendo um destaque, a província de Minas Gerais, com o número de 16 indivíduos (1,03%).

Diante dessas características, faz-se necessário tecer algumas ponderações acerca da composição das faixas etárias da população escrava em Santo Antônio da Barra, conforme a proposição da Tabela 1:

Tabela 1 – Faixa etária dos escravos por sexo – termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

Idade	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
0-4	56	7,11	68	9,19	124	8,11
5-9	76	9,65	98	13,24	174	11,39
10-14	92	11,68	79	10,68	171	11,19
15-19	93	11,81	77	10,40	170	11,12
20-24	77	9,78	82	11,09	159	10,40
25-29	73	9,27	51	6,9	124	8,11

30-34	48	6,10	63	8,52	111	7,26
35-39	40	5,08	49	6,63	89	5,82
40-44	57	7,24	32	4,33	89	5,82
45-49	37	4,69	20	2,71	57	3,73
50-54	37	4,69	23	3,10	60	3,92
55-59	16	2,03	13	1,76	29	1,89
60-64	17	2,15	14	1,89	31	2,02
65-69	6	0,76	2	0,27	8	0,52
70-74	6	0,76	8	1,08	14	0,91
75-79	3	0,38	2	0,27	5	0,32
80+	4	0,50	3	0,4	7	0,45
Escravinho	2	0,25	0	0	2	0,13
Mais novo	2	0,25	2	0,27	4	0,26
Velho	3	0,38	1	0,13	4	0,26
Sem informação	43	5,20	53	7,16	96	6,28
Total	788	100	740	100	1.528	100

Fonte: FMDJB.Inventários. Termo de Santo Antônio da Barra 1860 a 1888.

Os dados da Tabela 1 trazem informações a respeito da idade e foram agrupados respeitando as faixas etárias. Observa-se, além das faixas etárias, os termos “escravinho”, “mais novo” e “velho”, que se apresentam na documentação. Esses dados apontam, em parte, a capacidade que os senhores de escravos tiveram de garantir, ao longo dos anos, o aumento de braços para o funcionamento da sua propriedade. Percebe-se que na proporção em que nasciam crianças, mais jovens eram inseridos no mundo do trabalho adulto, aumentando os lucros e o valor que os indivíduos do plantel representavam no momento da venda.

Na historiografia, muitas são as questões sobre até que idade o escravo ou escrava poderia ser considerado criança. Nas gravuras de Rugendas (1989) e Debret (1978) as crianças escravas aparecem com gestos graciosos, alegres e felizes. Elas são representadas de maneira avantajada, semelhante a um anjinho barroco, de cor preta, com traços da arte europeia. A primeira questão de definição é a que idade e como o filho da escrava deixa de ser criança e passa a ser percebido como escravo? O segundo questionamento é o que se entende por criança escrava? Vários autores tem mostrado que as fases da infância variavam de acordo com a riqueza e o *status* social dos pais, sobretudo para indivíduos na condição de livres ou libertos. Para a sociedade do século XX e XXI, o conceito “idades” da vida encobre realidades bem diferentes das do século XIX, a começar pela longevidade que alcançaram as pessoas desses dois séculos.

Muitos estrangeiros que estiveram no Brasil no decorrer do século XIX presenciaram o trabalho realizado por crianças escravas. Os olhos atentos de Debret registraram cenas de

trabalho exercido por esses cativos. A idade de cinco a seis anos parece encerrar uma fase na vida da criança escrava. A partir dessa idade ela aparece desempenhando alguma atividade. “[...] até a idade de cinco ou seis anos, são entregues à tirania dos outros escravos que os domam a chicotadas e os habituam assim a compartilhar com eles das fadigas e dissabores do trabalho” (DEBRET, 1978, p. 195). Entretanto, segundo Rugendas, a iniciação no trabalho dar-se-ia muito mais tarde:

Até a idade de doze anos as crianças não são obrigadas a trabalhar; apenas limpam os feijões e outros cereais destinados à alimentação dos escravos ou cuidam dos animais, e executam pequeninos trabalhos domésticos. Mais tarde, as moças e os rapazes são encaminhados para os campos. Quando um menino mostra disposições especiais para determinado ofício, é-lhe este ensinado, a fim de que o pratique na própria fazenda (RUGENDAS, 1989, 3ª série, v. 8).

O ciclo de vida que corresponde às categorias de infância, adolescência, idade adulta e velhice, era o mesmo para a população livre e escrava. De acordo com Mattoso, havia entre uma faixa etária e outra uma diferença grande, ligada à função social desempenhada por cada uma dessas categorias de idade: a criança livre, branca e até de cor, poderia ter seu prazo de ingresso na vida ativa protelado, enquanto a criança escrava, que tinha atingido certa idade, entrava compulsoriamente no mundo do trabalho. Essa situação, segundo a autora, não acontecia somente com os escravos, pois nas camadas mais pobres da população, a participação das crianças na vida ativa talvez tenha sido tão importante quanto às crianças escravas. “Há, pois um momento em que o filho da escrava deixa de ser criança negra ou mestiça irresponsável para tornar-se uma força de trabalho para os seus donos” (MATTOSO, 1988, p. 39).

Seguindo os padrões proposto por Mattoso (1988, p. 39-40), a partir dos inventários *post mortem*, pode-se distinguir duas idades de infância para os escravos. As crianças de zero aos sete para oito anos, o crioulinho ou a crioulinha, são crianças novas, geralmente sem desempenho de atividades econômicas. Nessa condição, as brincadeiras infantis perduravam até os 12 anos, aproximadamente. Para os escravos com idade a partir dos sete anos, a brincadeira cedia lugar ao aprendizado das atividades iguais ou próximas àquelas dos demais escravos. A autora apontou que ao final de 12 anos, aproximadamente, o escravo entrava para o mundo dos adultos. Entretanto, de acordo com a moral cristã, seria aos 7 anos; de acordo com a legislação do Código Filipino, seria aos 12 anos para as meninas, seguindo o ciclo da primeira menstruação e aos 14 anos para os meninos. Entretanto, a última idade estava ligada

à atividade econômica, considerada, como apontou Mattoso, a mais importante, por ser esta fase a que gerava bons lucros econômicos para os seus donos.

Havia o consenso que desde muito cedo os filhos de escravos deveriam ser pedagogicamente inseridos no mundo do trabalho, por meio de pequenas tarefas, pois dessa forma adquiririam boa conduta como cativos. Portanto, foi possível encontrar um grande número de meninos e meninas empregados em atividades produtivas. Como foi visto acima, de acordo aos inventários, havia uma diversidade de ocupações e serviços que as crianças cativas executavam ao lado de suas mães, sobretudo aquelas relacionadas aos serviços no interior das casas, à produção de tecidos, confecções e artesanatos.

A Constituição de 1824 foi omissa sobre uma legislação específica que tratava da criança, deixando a cargo da Igreja Católica tudo o que se referisse aos registros de nascimentos e à educação para a infância. A Lei do Ventre Livre, de 1871, por exemplo, reconheceu aos escravos direito de comprar e negociara sua liberdade e proibiu a separação entre mães e filhos menores, que deveriam permanecer com as mães na fase do aleitamento até a idade de 7 anos. Depois dessa fase, dos 8 aos 21 anos, poderiam ser utilizadas pelo senhor nas atividades da propriedade, como forma de pagamento pela manutenção que o senhor lhes dispensava.¹⁶

Essa forma de sobrevivência foi considerada “marginal”, na medida em que pessoas foram submetidas ao trabalho cativo e às situações próprias da escravidão, mesmo não sendo escravas, ao tempo em que seus pais continuavam escravizados. Em 1884, a escrava Carlota, de 22 anos, foi avaliada em 200 mil reis e as suas filhas, as “ingênuas” Ana Francisca e Antônia, avaliadas em “60 mil reis ou 2 x 30 mil”.¹⁷ Noutra ocasião, em 1886, a escrava Marciana, de 27 anos, e o seu filho José, de 4 anos, foram avaliados em 350 mil réis, cada um.¹⁸ O problema é que ele, nascido em 1882, portanto, dez anos após a Lei do Ventre Livre, e as duas meninas, não deveriam estar na relação dos bens do inventariado, pois eram legalmente livres. Essa era uma situação muito comum.

Observa-se na Tabela 1, que dos 1.528 escravos arrolados nos inventários do termo de Santo Antônio da Barra, 472 indivíduos tinham idade menor de 15 anos, o que representa 30,89% do total de escravos. Nas faixas etárias até essa idade, em números absolutos, havia mais mulheres que homens, e essa diferença chegava a 1,18%, com exceção da faixa etária de 10 a 14 anos, que concentrava o maior número de escravos homens, 11,68%, enquanto

¹⁶ Lei nº 2,040, de 28 de setembro de 1871. Coleção Leis do Império do Brasil – 1871, p. 147, vol. 1.

¹⁷ Fonte: FMDJB. Inventário de João José Alves, nº 659 de 1884.

¹⁸ Fonte: FMDJB. Inventário de Manoel José Martins, nº 709 de 1886.

percentual de mulheres era de 10,68%. A superioridade numérica de homens em relação às mulheres se observa também entre os adultos de 15 a 24 anos, dos quais 170 eram homens e 159 mulheres, Também nas faixas de 25 a 29 e de 50 a 54 anos, o número de homens foi superior, com 0,65% a mais. Já na faixa etária de 35 a 39 anos, o número de mulheres, 49 ou 6, 63%, foi superior ao de homens, 49 indivíduos ou 5, 08%, atingindo uma diferença de 1,55 a mais para as mulheres.

Esses dados reforçam a hipótese da reprodução natural como forma de manutenção e/ou ampliação do plantel de escravos no Sertão da Serra Geral, tornando mais evidente a formação da família escrava, entendida não somente como a união formada por pai, mãe, filhos, mas também pela união entre mãe e filhos, e entre a viúva ou o viúvo e os filhos. Essa forma de organização da instituição familiar, sentida na leitura e nos estudos dos inventários, esteve presente na composição da paisagem social do lugar.

O casamento oficial não foi uma prática muito ampla entre a população escrava de Santo Antônio da Barra, o que prevaleceu foi a constituição da “família matrifocal”, ou seja, a organização familiar em que prevalece a valorização do papel materno e são enfatizadas as relações entre mães e filhos, e as decisões cabiam sempre às mães, em contraste com aquelas uniões entre marido e mulher. Por exemplo, na propriedade do Tenente Alípio Ferreira de Faria¹⁹ havia 43 escravos, e oito famílias eram formadas por mães e filhos: a escrava Eva com suas filhas Cecília e Norberta; Justina e sua filha Vicência; Victoria com a ingênuo Gregória; Ângela com a ingênuo Julia; Benedicta com três ingênuos; Messias com dois ingênuos; Francisca e Nicácia com seus filhos ingênuos. Essa modalidade foi predominante na maioria das propriedades brasileiras (FLORENTINO; GÓES, 1997).

Santos (2015, p. 92), ao estudar a Imperial Vila da Vitória do século XIX, apresentou resultados próximos aos encontrados em Santo Antônio da Barra. De acordo com o autor, dos 1.209 escravos arrolados nos inventários, 382 tinham idade menor de 15 anos, representando 31, 60% do total de escravos. Na faixa etária até essa idade, havia mais homens do que mulheres. A exceção ficou para os escravos na faixa etária de 10 a 14 anos, que concentravam o percentual de 13,00% do total. O autor destaca que a superioridade numérica de homens em relação às mulheres se observou entre os adultos, com exceção das faixas etárias de 25 a 29, 50 a 54 e 35 a 39. Nessa última, as mulheres atingiram maior percentual, com 5, 80%. Esses dados, assim com os do termo de Santo Antônio da Barra, corroboram com as hipóteses de

¹⁹ Fonte: FMDJB. Inventário do Tenente Alípio Ferreira de Faria, nº 527 de 1879.

reprodução natural para a manutenção e/ou ampliação da posse de escravos e de formação da família matrifocal estável.

Pires, em estudo sobre a escravidão nas comarcas de Caetité e Rio de Contas, afirma que a presença de famílias escravas no sertão baiano apresenta “um número maciço de crianças nascidas e criadas por famílias de igual trajetória. Outros números indicam equilíbrio entre os sexos e aludem à formação de famílias estáveis” (PIRES, 2009, p. 117). Nesse contexto, percebe-se o enfraquecimento do tráfico interno e interprovincial durante a segunda metade do século XIX, decorrente do fim do tráfico Atlântico. Esses fatos, como já dito, promoveram a produção natural para a manutenção e/ou a posse escrava entre muitos proprietários dos sertões da Bahia e de outras províncias como Minas Gerais.

O Quadro 3, abaixo, também com dados do Recenseamento Geral Imperial de 1872, contribui ainda mais para a reflexão sobre a composição da população escrava do termo de Santo Antônio da Barra:

Quadro 3 – Quadro Geral da População do termo de Santo Antônio da Barra - 1872

Condições	Sexo	Almas	Raça				Nacionalidade	
			Branca	Parda	Preta	Cabocla	Brasileira	Estrangeira
Livres	Homens	18.906	6.114	7.872	9.882	453	18.833	94
	Mulheres	18.867	6.031	7.283	10.169	454	18.841	37
	Soma	37.773	12.145	13.155	20.051	907	18.854	131
Escravos	Homens	2.271	-----	650	1.021	-----	1.576	95
	Mulheres	2.077	-----	664	862	-----	1.526	37
	Soma	4.348	-----	1.314	1.883	-----	3.102	132
	S. Geral	42.121	12.145	14.469	21.934	907	21.956	263

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil, 1872 – Província da Bahia, p. 448. Disponível em: <<https://ia601506.us.archive.org/13/items/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia.pdf>>. Acesso em: 12/11/2014.

De acordo ao recenseamento de 1872, a população escrava de Santo Antônio da Barracorrespondia, aproximadamente, a 15,26% (6.431) do total de 42.121 habitantes, sendo 3.342 homens (7,93%) e 3.089 mulheres (7,33%). Entre livres e escravos, os pretos e os pardos foram maioria, com percentual de 86,42% (36.403) do total da população.

O Recenseamento Geral reflete como a sociedade desse período se hierarquizava, classificava e identificava as pessoas. Observa-se que os dados foram formalizados a partir da categoria “condição”, apenas em “escravos” e “livres”, como critério de hierarquização.²⁰

O conceito de “raça”, acompanhado de poder classificatório e hierarquizante, era pautado nas teorias evolucionistas e científicas surgidas na Europa, em meados do século XIX. Para Murari (2005, 175-190), o racismo não precisava de uma justificção, por estar baseado nos estudos científicos. No Brasil, o debate sobre as raças atingiu seu apogeu nos finais do século XIX, quando foi legitimado pela ciência. Louis Agassiz (1807-1873) e Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) foram dois expoentes que influenciaram os intelectuais e cientistas brasileiros. Intelectuais como o médico Nina Rodrigues (2010, p. 288-291), via as mestiçagens, sobretudo as misturas de brancos com negros africanos, como um fator de degeneração da sociedade brasileira, que precisaria de um esforço para tornar a “raça” mais pura por meio de sucessivas misturas, até que fosse purificada e limpa da influência africana. Dentre outras ideias, essas teorias pregavam a superioridade cultural da “raça branca” em relação aos africanos e latinos americanos, por conseguinte, sobre os negros e mestiços.

Ao se referir ao censo, Mattos ressalta que foi a primeira vez que o termo “raça” apareceu em uma estatística no Brasil, “mas por força do costume, seriam as tradicionais divisões por categorias de status/cor (preto, pardo, branco, índio) que ali detalhariam a nova noção” (MATTOS, 2000, p. 59). Ao refletir sobre a cor e o significado da liberdade no sudeste escravista, no século XIX, a partir de processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, Mattos (2000) afirma que, na maioria dos casos, não houve menção à cor. De acordo com a autora, o fenômeno conceituado como *silêncio sobre a cor*, estaria relacionado não a uma imposição de uma ideologia do branqueamento – desenhado a certa imagem da população –, mas à construção de significados de liberdade, ligada a uma série de práticas de resistência à escravidão. Essas resistências se apresentavam nas tensas relações sociais entre classe senhorial, escravos, homens livres e pobres.

A liberdade era, a princípio, um atributo do “branco” que potencializava a inserção social e a propriedade. Durante a segunda metade do século XIX, entretanto, esta representação da liberdade começa a ter suas bases solapadas. O crescimento demográfico de negros e mestiços, livres ou libertos, já não mais permitia perceber os não-brancos livres como exceções controladas (MATTOS, 1995, p. 19).

²⁰ A categoria condição refere-se ao *status* jurídico do indivíduo (se livre, escravo ou liberto).

Nesta situação, o qualificativo branco não necessitaria de nenhum complemento, ao contrário do que acontecia com o *pardo* e *preto*, que exigia sempre a menção à condição social. Essa situação mudava de acordo com as condições sociais e econômicas, bem como com a estrutura da propriedade escrava e territorial.

Diferentemente da compreensão de Mattos, sabe-se que a “qualidade” é a grande categoria geral distintiva,²¹ que passou a abranger as várias “qualidades”, cada uma delas relacionada ou lastreada a partir das características físicas, da condição, da religião, da origem, entre outras. “As ‘qualidades’, portanto, diferenciavam, hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir da origem e/ou do fenótipo e/ou da ascendência deles” (PAIVA, 2012, p. 20), que podiam variar de época e de região, e as suas aplicações dependem da percepção e do olhar, nem sempre padronizados, de quem registrava.

De acordo com Bluteau (1789, p. 159), pardo é o “adjetivo de cor entre branco e preto, como a do pardal. Homem pardo, mulato”. Da mesma forma, Silva Pinto (1832, p. 98) qualifica “pardo, adjetivo de cor entre branco e preto. Mulato”. De acordo com Mattos, desde o século XIX, o termo “pardo” sintetizou um conjunto de classificações de cores de pele, que as categorias “preto”, “crioulo” e “mulato” já não satisfaziam. Entretanto, a autora observa que, para todos os descendentes de africanos, ser pardo, no Brasil, dependia não somente da tonalidade da tez, mas “de um reconhecimento social de sua condição de livre, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam” (MATTOS, 2013, p. 42). Segundo Libby (2010), nas Minas Gerais, em toda metade do século XVIII e maior parte do XIX, o termo abrigava inúmeras tonalidades de pele e, independentemente da gradação, ser pardo era ser mestiço.

O termo “preto”, nos registros dos séculos XVIII e XIX, aparece como sinônimo de “negro”, “nação africana” e “escravo”. No vocabulário de Bluteau (1789, p. 242) vê-se “preto, adjetivo de negro, um homem preto, forro, ou cativo, pretos de cobre [...]”. No dicionário de Silva Pinto (1832, p. 860) lê-se “preto, adjetivo de negro. Homem preto. Relativo preto cobre, moeda antiga em Portugal, dez pretos valiam um real branco. Espécies pretas, cravo, e canela, e pimenta”. É importante ressaltar que a designação “preto” presente no censo de 1872 não foi usada somente como sinônimo de escravo, pois o número de pretos livres, a partir dessa data, foi maior que o de escravos.

²¹ Entre outros autores, destacam-se Paiva (2006, 2012, 2013), Ivo (2012) e Amantino (2010).

Presume-se que o termo “caboclo” tenha sido uma “qualidade” típica das mestiçagens na América portuguesa. No recenseamento de Santo Antônio da Barra, pareceram-se à população indígena e/ou seus descendentes. Não foi encontrado qualquer documento que se refira a essa parcela da população nos arquivos do município. Entretanto, de modo geral, os “caboclos” foram classificados na condição de *livres*.

Na percepção de Lima (2001, p. 120), o caboclo surgiu com a “domesticação” pela via dos aldeamentos, ou pelas diferentes vias tentadas, incluindo a força e a guerra mais ou menos explícita”. Paiva (2012, p. 207) observa que, apesar das variações, até meados do século XVIII, o termo “caboclo” era comumente aplicado aos descendentes de brancos com índios.

Os termos “caboclo” e “índio” não estão citados em nenhum dos documentos analisados ou na bibliografia que fala de Santo Antônio da Barra. A presença indígena aparece nas narrativas dos viajantes Maximiliano (1940, p. 413), Spix e Martius (1938, p. 197), Aguiar (1979, p. 187) e em correspondências das autoridades locais da Imperial Vila da Vitória ao presidente da Província, em 1863,²² os quais se referem à submissão dos índios. Possivelmente, os caboclos que aparecem no recenseamento, resultaram das mesclas de não índios com os povos Botocudos, Catulé, Camacãs, Cachimbos, Mongoíós e Patachós.

Alencastro (2000, p. 9) afirma que nas conexões e experiências, durante a “formação do Brasil no Atlântico Sul” deu-se a “bipolaridade” fundada no escravismo, “entre uma zona de produção escravista situada na América do Sul e uma zona de produção de escravos centrada em Angola”, durante o processo de colonização, fato que se deveu à proximidade entre os continentes americano e africano, à intensidade do comércio de gêneros e de gentes escravizadas. Nesse processo de comércio e de mestiçagens, mobilizaram-se experiências, sentimentos, identidades, culturas e produtos.

Pode-se notar que a plasticidade, a mobilidade e a adaptabilidade do colonizador lusitano (FREYRE, 1998, p. 8-9) contribuíram para as formações e o funcionamento das redes internas, pelo interior dos sertões, conectadas, principalmente, pelo comércio com o mundo. Os dados do Quadro 3 do recenseamento de 1872 ajudam na compreensão das mestiçagens no termo. Como já foi dito, os 42.121 habitantes na condição de livres e escravos foram classificados nas “qualidades” de brancos, pardos, pretos e caboclos. Nota-se que o número de pretos e mestiços somava 36.746 indivíduos, ou seja, 87,23% do total de habitantes do termo de Santo Antônio da Barra.

²² Correspondências citadas por Ivo (2004, p. 59-60).

Santos (2015, p. 49) a partir do recenseamento de 1872 da Imperial Vila da Vitória, no Sertão da Ressaca, os dados apontam que entre os 18.826 habitantes, o número de pretos e mestiços somava 13.633 ou 72,40%. A historiografia aponta que essa foi uma característica comum em quase toda a América, desde o período colonial.²³ Os dados gerais da Província da Bahia demonstram a superioridade de pardos. Dos 1.379.616 habitantes, 681.072 foram classificados como pardos. Esse dado corresponde a 49,00% do total da população baiana.²⁴

Cabe ressaltar que não havia critérios rígidos nas classificações, que dependiam sempre do olhar de quem registrava. Desse modo, é possível que entre os indivíduos classificados como pardos, houvesse cabras, mulatos e crioulos, já que o termo pardo abrigava inúmeras tonalidades de pele (LIBBY, 2010, p. 47).

Paiva (2002, p. 190) observa que “as complexas adaptações produzidas na América Ibérica, em variados processos de miscigenação, tanto culturais, quanto biológicas, também foram importantes instrumentos mediadores, que conectaram universos diversamente ricos: o africano, o europeu e o americano”, por exemplo, as populações indígenas, sobreviventes aos massacres dos conquistadores, foram dominadas e agregadas à população que se apossou das terras do sertão. Portanto, se misturaram com portugueses, africanos e seus descendentes mestiços, bem como a outros estrangeiros.

Neste capítulo foi possível retratar e analisar parte da memória e da história da escravidão no termo Santo Antônio da Barra, na segunda metade do século XIX, por meio das pesquisas documentais. Inicialmente, adentrou-se num espaço sertanejo, conquistado e povoado a partir da ação de diversos agentes colonizadores, conectado com outros espaços do Brasil e do Mundo Ibérico, mantido pela ordem escravocrata que se configurou no país.

A política ultramarina ibérica fez circular pelo globo pessoas e bens materiais e imateriais, provocou trocas e encontros entre mundos distantes, numa complexa e dinâmica mistura de onde surgiram povos essencialmente mestiços. As conexões entre o *locume oorbis*, ou seja, em âmbito local e global, aproximaram, no interior do Brasil, os sertões norte de Minas Gerais e Bahia, e conectaram esses lugares às diversas partes do mundo. Esses contatos foram estabelecidos pelas gentes de vários lugares que transitavam por ali, muitos, transeuntes aventureiros; outros, impulsionados pela ambição de tornarem-se ricos com ouro e outros

²³ Dentre outros autores ver: Mattos (2013), Sá (2013), Paiva (2005, 2013), Libby (2010), Stolcke (2014) e Guzmán (2006).

²⁴ BRAZIL. Diretoria Geral de Estatística. Memória Estatística do Brasil na Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Vol. 3. Recenseamento Geral do Império de 1872. Quadros Gerais. Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872 (1876). Bahia. p. 271. Disponível em: <<https://archive.org/details/recenseamento1872ba>>. Acesso em 17 de setembro de 2014.

minérios ou pelo comércio de gêneros, de animais e de escravos, sobretudo, a partir do século XVIII.

Entre as pessoas das várias origens que se instalaram nas imediações dos garimpos estavam livres, escravos e forros. Quando as minas enfraqueceram, muitos desses, com ou sem as suas famílias, se sedentarizaram ao longo dos rios, levantaram fazendas e currais de gado, e formaram núcleos populacionais. Assim originou-se Santo Antônio da Barra, na segunda metade do século XVIII, a partir de um povoado às margens direita do rio Gavião. Por seus caminhos circulavam viajantes, negociantes e produtos que tornaram as fronteiras geográficas insignificantes e constituíram, no século XIX, um lugar próspero, num sertão mestiço, de espaços mundializados.

Os 1.528 escravos identificados nos 223 inventários entre os bens semoventes foram identificados como africanos, crioulos, mestiços pardos e cabras. Esses indivíduos geraram mais do que as riquezas que garantiram o sustento dos seus senhores, eles geraram bens materiais e simbólicos, reinventaram e recriaram modos de ser e de fazer como participantes da formação da sociedade brasileira.

Os 3.234 escravos, recenseados em 1872, representavam uma expressiva concentração de cativos, numa economia de subsistência. A maior parte deles era nascida no termo e havia certo equilíbrio numérico entre homens e mulheres. Os quartéis de escravos espalhados nas diversas localidades do termo fizeram parte do processo de mestiçagens biológicas e culturais, que era parte dos acontecimentos que envolviam “os mundos”, no século XIX.

3 O ESCRAVO EM SANTO ANTÔNIO DA BARRA

3.1 OS ESCRAVOS DO LUGAR

Neste capítulo, investigou-se a presença de escravos entre os bens inventariados de Santo Antônio da Barra, nos anos de 1860 a 1888; estabeleceu-se o perfil desses sujeitos, na perspectiva das histórias conectadas; analisou-se como os sertões estiveram interligados ao mundo ibérico; serviu-se das categorias distintivas de “qualidade”, condição, cor e nação, para analisar os documentos pesquisados, de modo a evidenciar a maneira como as distinções presentes no mundo ibero-americano, dos séculos XVI ao XIX, estiveram relacionadas às mestiçagens, à mobilidade social e ao processo da liberdade dos escravos.

O processo de mundialização²⁵ que envolveu o continente americano, iniciado pela expansão ibérica ultramarina, a partir do século XV, integrou os universos culturais dos povos, fomentando de maneira intensa um sistema de trocas e misturas em escala mundial. O movimento de pessoas de origens distintas fez circular práticas, aprendizados, experiências, costumes e representações, combinando práticas milenares com outros saberes e soluções de sobrevivência.

Muito além das trocas mercantis, foi intensa a quantidade e a “qualidade” de gentes, culturas, flora e fauna, objetos, crenças, conhecimentos técnicos e práticas culturais que circulavam entre os continentes. Nesses intercâmbios marcados pelo contato de pessoas e produtos, os interiores foram se conectando com outras partes dos mundos.

Nesses contextos de encontros, a “mundialização fez nascer todos os tipos de misturas” (GRUZINSKI, 2014, p. 21), porém, em se tratando do encontro de universos culturais díspares, nem tudo veio a se misturar. Em certos aspectos, as fronteiras culturais, a exemplo das religiosas, podem se tornar intransponíveis ou impermeáveis, resistindo ao papel dos mediadores culturais.²⁶ As fronteiras culturais

podem ser brandas e passíveis de transposição, o que facilita a mediação, porém, a riqueza das culturas abriga limites rígidos, resistentes e impermeáveis, dificultando, e mesmo impedindo os processos de mestiçagem. As experiências podem ser marcadas por vitórias e derrotas,

²⁵ A historiografia registra vários exemplos de movimento de pessoas e coisas no espaço “mundializado” dos impérios ibéricos. Ver Holanda (1995); Freyre (1998); Boxer (1981); Lapa (1980); Gruzinski (2003, 2003a, 2014); (Paiva, 2006, 2012).

²⁶ Ivo (2012, p. 34) denomina “mediadores culturais” os homens que transitaram pelas “quatro partes do mundo”, levando e trazendo experiências, saberes, identidades, sabores, técnicas, culturas, valores e crenças.

construindo um espaço novo e peculiar, sincretizando elementos heterogêneos e distintos, abrigando valores, crenças e saberes que podem tanto se incluírem, como se excluírem (IVO, 2012, p. 37).

Em um estudo sobre as mestiçagens culturais no barroco/rococó das Minas Gerais, produzido no século XVIII e início do XIX, por escravos especializados, Santiago (2008, p.77-88) demonstra a inclusão, a capacidade de aprendizado, a adaptação dos cativos e a mistura de culturas processadas nas relações dos novos ensinamentos. Nas peças sacras, deixavam as marcas de seus universos culturais, percebidas pelas técnicas, cores, temas, concepções dos espaços, conhecimentos dos materiais e pigmentos. Dessa forma, agiam como mediadores culturais e contribuía para novas criações culturais misturadas.

Nesse ambiente formado por elementos culturais de diversas procedências e condições era comum a presença de mestres “portugueses, auxiliares brancos, nascidos na terra, negros de várias etnias, mulatos, escravos, libertos, livres, letrados, analfabetos, párocos, capelães, conhecedores do latim, além de livros religiosos ilustrados, impressos em flandres, Lisboa, Veneza, tratados de pintura e arquitetura” (SANTIAGO, 2008, p. 80). Os sujeitos, com suas culturas e habilidades, interpretavam, recriavam e resignificavam objetos oriundos das trocas entre eles e os europeus, dando-lhes um sentido no seu cotidiano.

A historiografia tem associado à cor negra à condição cativa e a liberdade à cor branca, baseava-se, quase sempre, num conjunto de códigos, respaldados por argumentos religiosos de pureza, que legitimava e naturalizava as hierarquias. Os “puros de sangue”, cuja “qualidade” se opunha aos “não puros” ou “defeituosos” (de sangue), eram relacionados aos grupos e pessoas “inferiores”, que exerciam trabalhos mecânicos (manuais). No ambiente do Antigo Regime português, os trabalhadores mecânicos ou mestres, como eram chamados, construía formas de inserção e de representação junto aos poderes locais, buscando participação na vida política de cada urbe. Nessa busca, enfrentavam resistências, conciliavam interesses e forjavam identidades.²⁷

As mesclas biológicas e culturais ocorridas entre as diferentes sociedades ou grupos humanos são tão antigas quanto a própria humanidade,²⁸ por conseguinte, as mestiçagens não foram novidade para os povos nativos da terra que viria ser o continente americano. A chegada dos colonizadores ibéricos conjugou a preocupação com a “recomposição de um

²⁷ Boschi (1988) evidencia as condições, a divisão social, as regulamentações e as relações de trabalho, bem como a solidariedade profissional de alguns ofícios, também ligado à arquitetura e escultura barroca. Ver: BOSCHI, Caio César. *O barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁸ Ver Gruzinski (2001, p. 41).

universo desagregado” e o esforço por “um arranjo local dos novos quadros impostos pelos conquistadores” (GRUZINSKI, 2001, p. 110). Todavia, Paiva²⁹ argumenta que foi em meio ao caos dos primeiros anos das conquistas que surgiram duas novas categorias ou grupos distintos, biológica, social e culturalmente: o crioulo e o mestiço.

A categoria “crioulo” era usada para designar os filhos de espanhóis com índias, nascidos na América espanhola e, no mundo português, de acordo com o vocabulário latino e português de Raphael Bluteau (1789, p. 394), designava “os filhos de casais africanos, nascidos na casa do senhor”, ou seja, a primeira geração de filhos de africanos nascidos em solo colonial português. A segunda categoria “mestiço” designava os filhos de portugueses ou espanhóis com índias e, mais tarde, foi estendida aos filhos de ibéricos com africanas e aos filhos de africanos com as índias. Bluteau denomina “mestiço” primeiro a mistura de animais de raças diferentes, depois, designando a mescla biológica entre seres humanos, referindo-se a “filhos de pais de diferentes nações; filho de português e índia, ou de pai índio e mãe portuguesa” (BLUTEAU, 1789, p. 455). No dicionário do século XIX, o termo aparece com acepção estendida: “mestiço, adj. de mista geração filho de europeu e índia, de branco, e preto etc.” (SILVA PINTO, 1832, p. 89).

De acordo com Sá, o vocábulo “mestiço” apareceu tardiamente no léxico da América espanhola. Na metrópole, o termo era reservado para denominar animais de raças diferentes. “A aplicação do conceito de *mestiço* para nascidos de pais espanhóis e mães índias passa a ser amplamente utilizado no século XVI, identificando uma nova ‘qualidade’” (SÁ, 2013, p. 221). A autora observa que a “invenção” histórica dessa nova categoria possibilitou representações variáveis em relação às quantidades de sangues misturados, na medida em que se ampliaram as possibilidades de “misturas”.

Nos estudos da América espanhola, Queija aponta que o termo “mestiço” (pai espanhol e mãe índia) apareceu pela primeira vez em um livro de batismo, em 1539, no vice-reinado do Peru. O mesmo termo só apareceu de forma generalizada a partir de 1550, com acréscimo do número de órfãos indú-hepânicos, em decorrência da guerra civil, quando os bens das famílias tiveram que ficar em poder das suas mães indígenas. Essa questão constituía-se num problema que inquietava por demais as autoridades coloniais, pois afetava

²⁹Texto inédito intitulado “Dinâmicas de Mestiçagens” na Ibero-América: Definições”. “Mesa-redonda: dinâmicas de mestiçagens: um conceito para a Ibero-América, séculos XVI-XVIII”, no do 5º Encontro Internacional de História Colonial: Cultura, escravidão e poder na Expansão Ultramarina (séc. VI ao XIX), ocorrido em Maceió – AL, entre dos dias 19 a 22 de agosto de 2014. In: SANTOS, Ocerlan Ferreira. *Memórias da Escravidão e das Mestiçagens no Sertão da Bahia do Século XIX*. Dissertação de (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015, p. 62.

os privilégios até então garantidos somente aos espanhóis. “A partir daí, seu uso foi se afirmando ao mesmo tempo em que foram se firmando as conotações socioculturais, um processo bastante rápido em que passou a definir-se como ‘construção do mestiço’” (QUEIJA, 2000, p. 82).

Na América-Ibérica pode-se afirmar, portanto, que a “qualidade” e a “condição” foram termos comuns na documentação para se referirem aos diversos tons de pele, às diferentes origens e aos distintos fenótipos da população colonial/imperial. Na América portuguesa, a categoria “qualidade”, na descrição coetânea, é representada pelos termos brancos, pretos, negros, crioulos, pardos, mulatos, cabras, mamelucos, curibocas, caboclos e cafuzos. A “condição” era uma categoria que indicava o *status* jurídico do indivíduo, se livre, alforriado ou escravo.

A “qualidade” foi uma categoria complexa que no Novo Mundo da América Ibérica variou bastante de época e de região, ou ainda em uma mesma época e região, e esteve relacionada com a origem, a cor, a condição e com o lugar que o indivíduo ocupava na sociedade. “As ‘qualidades’, portanto, diferenciavam, hierarquizavam e classificavam os indivíduos e os grupos sociais a partir da origem, do fenótipo e/ou da ascendência deles” (PAIVA, 2012, p. 20).

Paiva (2012) demonstra que essa categoria não é originária do Antigo Regime, como se pensava, ela vem do Mundo Clássico, foi perpassada para o Mundo Ibérico, sofreu as alterações e as adaptações comuns no interior dessas culturas. Como já foi dito, na maioria das vezes, não havia critérios rigorosos para o emprego das categorias, que dependiam, quase sempre, das percepções das autoridades e dos populares. Assim, os novos indivíduos ou grupos sociais eram enquadrados ou se enquadravam em “qualidades” que, diferentemente das castas, não eram determinadas e fixas.

Aplicando essa mesma categoria em estudo sobre as conexões, trânsitos de culturas, pessoas e comércio entre os sertões da Bahia e do Norte de Minas Gerais, no século XVIII, Ivo (2012) chegou à mesma conclusão de Paiva (2012) sobre a fluidez nos critérios definidores destas categorias e, assim como ele, assinalou diversos casos de indivíduos que tiveram modificadas ou silenciadas suas qualidades e condições.

Ivo (2012, p. 266-267) demonstra que nos registros fiscais,³⁰ por exemplo, estava formalizada a separação de pretos, de crioulos e de pardos, associados às “condições”: pretos-

³⁰ Os registros fiscais eram uma espécie de alfândega, instalada em lugares estratégicos, para o controle do comércio e da circulação do ouro na Colônia. A forma de obtenção da administração dos postos se dava por

forros, crioulos-forros, pardos-forros e pardos-escravos. Nesse contexto, os negros apareciam sem qualquer “condição” e, na maioria das vezes, estiveram identificados como escravos. Como exemplo, a autora narra o caso do “*homem de caminho*” Manoel Fernandes de Andrade que, no registro fiscal de Inhacica na capitania de Minas Gerais, foi identificado como preto-forro, mas quando seguia em direção ao sul e teve que declarar seus produtos no registro fiscal de Rio Grande, perdeu o tom de sua pele e foi elevado à categoria de homem livre, livrando-se do estigma que o vinculava ao cativo. Esse e outros casos foram comuns na América portuguesa. Mattos (2000, p. 17) explica que “durante todo o período colonial e avançando o século XIX, os termos “negro” e “preto” foram usados exclusivamente para designar escravos e forros”.

O sistema de hierarquias sociais que já não era novidade em muitas das sociedades nativas da América Ibérica, baseado em um conjunto de códigos respaldados, quase exclusivamente, em um argumento religioso de pureza, legitimava e naturalizava essa hierarquia, além de apontar “defeitos”, como o de sangue, relacionado à ascendência e o mecânico, relacionado ao trabalho manual. No caso dos mestiços, observa-se um amálgama dos “defeitos”, pois sua suposta falta de “qualidade” denotava a não ascendência nobre e a ocupação com atividades manuais, ligadas ou não à escravidão.

Paiva observa que, desde o século XV, na América Ibérica, usava-se uma expressão, escrita ou falada, para se referir às pessoas não brancas que, com algumas variações, aplicava a fórmula: nome+qualidade+condição. “Escrevia-se, por exemplo, fulano preto forro ou cicrana parda, escrava de beltrano, por vezes, confundindo ‘qualidade’ e ‘cor’ [...] ou acrescentando a ‘nação’ do implicado” (PAIVA, 2012, p. 136).

A “qualidade”, [...] podia vir subentendida: no lugar de “negro” ou “preto” (mais usual no Brasil, embora “prieto” fosse usado em espanhol) aparecia o local de origem ou de embarque “Falupo”, “Yolofo” ou “nación angola”, por exemplo, permanecia a fórmula básica: nome+“qualidade”+“condição” (PAIVA, 2012, p. 137-138).

As categorias são tão complexas que, para o pesquisador, parecem se misturar, o que não significa que os coevos dos diferentes tempos tenham feito uso indiscriminado de tais termos, mas que, apesar de estarem todas relacionadas, em determinados momentos, umas foram mais usuais que outras, ganhando ou não um novo sentido. Na documentação do termo

de Santo Antônio da Barra, referente ao século XIX, por exemplo, encontram-se as categorias “qualidade”, “condição”, “cor” e “nação”. Cabe entender os usos de tais categorias naquele contexto. Essas categorias foram utilizadas para diferenciar, hierarquizar e classificar os indivíduos. Pelos seus diferentes usos, pode-se também entender como as pessoas nessa sociedade escravista se relacionavam e organizavam suas vidas.

No dia 28 de março de 1887, compareceu no Cartório de Juizado de Órfãos e Ausentes do termo de Santo Antônio da Barra, Joaquim Pinheiro Cotrim, como curador dos bens inscritos no Inventário *post mortem* de Lúcia “africana”:

Diz o coletor, abaixo assinado, que havendo o falecimento da africana Lúcia no dia 13 de março de 1884, residente no lugar denominado Buracos, solteira, sem deixar ascendentes e descendentes e nem algum outro parente conhecido, deixando poucos bens móveis, os quais se acham em poder de Joaquim Pinheiro Cotrim [...].³¹

No inventário não foi encontrado nenhuma menção que aponte se Lúcia teria sido escrava ou alforriada, somente afirma que era africana e possuía bens. Se houvesse algumas querelas relacionadas à divisão dos bens entre os inventariantes, certamente seriam anexados depoimentos de um ou de vários requerentes ao processo. No caso de Lúcia africana, isso não aconteceu. Fato é que depois de pagar as despesas cartoriais, Joaquim Pinheiro Cotrim, como curador da inventariada, devolveu aos cofres públicos a quantia de sessenta e seis mil e quatrocentos réis.

Os fatos registrados no documento apontam questões relacionadas à “qualidade”, “condição”, “cor” e “nação” de Lúcia “africana”, embora não informem em que parte da África ela nasceu, apenas diz que era africana. Na análise dos documentos identificou-se que “qualidade”, condição, cor e nação aparecem reforçadas em todas as partes do documento, pelo fato de ser africana e possuidora de bens, sugere que Lúcia estava na condição escrava ou forra. A historiografia sobre a escravidão na América portuguesa³² aponta ser muito comum que escravos e forros recém-saídos da servidão possuíssem bens. O fato de estarem nessa condição não significava serem despossuídos. Os inventários do termo de Santo Antônio da Barra conferem muitos casos, conforme veremos no decorrer desse trabalho, escravos e forros que negociaram e compraram a liberdade por meio de pecúlios próprios, suficientes para tal aquisição. Nas análises dos inventários, de modo geral os escrivães dos registros de Juizado

³¹ Fonte: FMDJB. Inventário Lúcia “africana” nº 769 de 1887.

³² Sobre o acúmulo de riqueza por negros e mestiços forros e livres ver: Furtado (2003), Ivo (2012), Silva (2001), Soares (2000) e Santos (2015, p. 132).

de Órfãos e Ausentes seguiram a legislação do período e podem ter reforçado em seus registros a ideia de que a liberdade ou as alforrias conquistadas por pretos, crioulos e mestiços, no fim do regime escravista, tornaram-se comuns em toda sociedade brasileira.

Ao passo em que foi se consolidando a Constituição Imperial de “1824, que pela primeira vez definiu os direitos inerentes à cidadania brasileira” (MATTOS, 2000, p. 14), foram atribuídos direitos civis e políticos a todos os africanos livres e seus descendentes livres e forros. Dessa forma, todos os alforriados passaram para a condição de livres e, conseqüentemente, tiveram direito à cidadania conforme a carta magna. Portanto, pela lei constitucional, africanos, crioulos e todos os mestiços, uma vez livres, tinham a liberdade de ir e vir, possuir bens, comprar/vender, situação própria de livres e de libertos. Mas, a classificação pela categoria “nação”, neste caso, a origem africana de Lúcia, objeto central desse inventário, denota a certeza de que africanos também classificados como pretos, estando eles na condição de livres, escravos ou forros tiveram a liberdade “limitada” e “vigilada”. Assim, a identificação, na maioria dos casos, apenas pelo primeiro nome, sem sobrenome, corroborava para que esses sujeitos tivessem lugares demarcados na hierarquia social. Mesmo que possuíssem bens e pagassem impostos, eram impedidos de exercer a cidadania plena, relegada apenas para os livres.

Dos 223 inventários com registro de escravos entre os bens, foram constatados 21 inventários, datados de 1871 a 1888, contendo, em cada um, uma ficha chamada “Relação dos Escravos”, que obedecia ao artigo 2º, da Lei 4.835, de 1º de dezembro de 1871,³³ que regulamentava a matrícula dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava. Nesse documento consta o registro do escravo, sobretudo, a quantidade e a “qualidade” dos indivíduos. Nele, os cativos são classificados como pretos, crioulos, pardos e cabras. O documento informa ainda o número de ordem da “matrícula presente” registrada no município, o número da “matrícula anterior” (da origem da compra), o número de ordem da relação dos escravos, o nome, cor, idade, estado – se solteiro ou casado, naturalidade, filiação, profissão e valor do escravo. Na figura abaixo, um exemplo dessa ficha de Relação dos Escravos.

FIGURA 1 – Relação de Escravos de Galdina Maria Pereira – 1884

³³ Fonte: Coleção de Leis do Império do Brasil – 1871, p.708 Vol. 1 ponto II. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-norma-pe.html>>. Acesso em: 20/02/2016.

Termo de Santo Antônio da Barra

Nº	Nome	Sexo	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Profissão	Valor dado conforme a tabela (em réis)
111547	Joaquim	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Quilombada	Lavrador	Dezcentos mil réis
111548	Agostinho	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Agostinho	Lavrador	Dezcentos mil réis
111549	Francisco	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Francisco	Lavrador	Dezcentos mil réis
111550	Agostinho	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Agostinho	Lavrador	Dezcentos mil réis
111551	Francisco	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Francisco	Lavrador	Dezcentos mil réis
111552	Agostinho	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Agostinho	Lavrador	Dezcentos mil réis
111553	Francisco	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Francisco	Lavrador	Dezcentos mil réis
111554	Agostinho	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Agostinho	Lavrador	Dezcentos mil réis
111555	Francisco	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Francisco	Lavrador	Dezcentos mil réis
111556	Agostinho	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Agostinho	Lavrador	Dezcentos mil réis
111557	Francisco	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Francisco	Lavrador	Dezcentos mil réis
111558	Agostinho	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Agostinho	Lavrador	Dezcentos mil réis
111559	Francisco	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Francisco	Lavrador	Dezcentos mil réis
111560	Agostinho	Macho	21	Liberto	de São Paulo	Filha natural de Agostinho	Lavrador	Dezcentos mil réis

Fonte: FMDJB. Inventário de Galdina Maria Pereira, nº 654 de 1884.

Nessa Relação de Escravos,³⁴ disposta no inventário, a cor atribuída está relacionada à “qualidade”, a partir das mestiçagens com os africanos, que também foram classificados como pretos, e com os seus descendentes mestiços, crioulos, pardos e cabras. Essas misturas, historicamente, foram conformadas a partir de inúmeras variáveis, a cor foi uma delas, constituindo-se numa categoria sociológica extremamente complexa.

Em nenhum lugar como na América portuguesa a população desafiou tanto a classificação fenotípica somente por cor, cabelo, constituição física e mesmo, a postura e a “qualidade” – palavra que foge à definição mas que todo mundo entendia – para decidir qual o objetivo ou expressão mais adequado para referir-se à cor do indivíduo. A cor da pele de alguém estava nos olhos do observador, mas o status social e econômico do observador e

³⁴ A “Relação de Escravos” de propriedade do inventariado é um documento que obedece ao Regulamento, parte do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871, que trata da execução do art. 8º da Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871. A matrícula dos escravos era feita no município em que eles residiam e deveria conter as declarações exigidas conforme modelo determinado (BRASIL, 1871, p. 1). Nesse documento está informado o número da Relação; o nome da província (Bahia), do município (Santo Antônio da Barra) e, algumas vezes, da fazenda onde residia o inventariado; a data em que os escravos foram apresentados à matrícula e matriculados. Sobre o escravo, geralmente, constavam as seguintes informações: nome, sexo, número de ordem na matrícula anterior, número de ordem da matrícula presente, número de ordem na relação, número da matrícula presente, idade, cor, estado (civil), filiação, naturalidade, aptidão para o trabalho, profissão, valor (dado conforme a Quadro), observação.

sua cor também desempenhavam seu papel em qualquer dessas atribuições, assim como a época e a região (RUSSEL-WOOD, 2005, p. 297).

Para a melhor compreensão desses aspectos, Machado refletiu sobre a relação entre a cor da pele e as hierarquias sociais, na Freguesia de São José dos Pinhais-PR, na passagem do século XVIII para o XIX. A autora acredita que o uso social da cor, no lugar de raça, no Brasil, possivelmente, explica-se pelo fato de que a cor “funcionava melhor para marcar diferenças no interior da enorme população que não pertencia à elite, mas que também não era escrava – embora a maior parte dela fosse de origem africana ameríndia ou, principalmente, mestiça” (MACHADO, 2011, p. 431). Para ela, o uso arbitrário do fenótipo obedecia a padrões sociais e à reprodução ou manutenção das hierarquias, entre os grupos que formavam a sociedade colonial e escravista brasileira.

A realidade histórica na qual se inseriam essas vicissitudes era constituída por diferentes formas de resistências e tensões, nascidas entre os diversos segmentos sociais, no período do governo Imperial, que assinalavam vários impedimentos para que a população negra, crioula e mestiça tivesse direito aos bens de “qualidade” como educação, saúde, moradia e trabalho.

Caso exemplar refere-se a Sabino Dias, africano, liberto, lavrador que se casou com Benedicta, crioula, escrava de Candido Francisco de Brito³⁵:

[...] em presença das testemunhas abaixo nomeadas declararam: que no dia oito, do mês de fevereiro de mil oitocentos e oitenta compareceram na igreja Matriz desta vila pelas dez horas da manhã e se casaram sem impedimentos perante o Padre Antônio Joaquim de Lisboa cuja declaração apresentaram sendo datada do mesmo dia a qual fica arquivada e que não houve escritura nupcial.

Como se observa, o casamento tridentino, principalmente, o casamento entre pessoas de condições diferentes, como Sabino e Benedicta, possibilitou a formação de inúmeras e variadas famílias, o que evidencia, em todo período colonial e imperial, as possibilidades de misturas. Como ocorreu nesse caso, as classificações dadas nos assentos de casamento e noutros documentos do termo de Santo Antônio da Barra revelam as muitas designações de “qualidade” e condição das pessoas, que não diferem daquelas de outros lugares da América Ibérica. Entre os escravos “brasileiros” diversos indivíduos na mesma condição também

³⁵Fonte: FMDJB. Livro Registros de Casamento de Santo Antônio da Barra, nº 1 B de 1879 a 1881.

foram classificados como pretos, crioulos, pardos, cabras, mulatos e mestiços, conforme demonstra a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Registro dos escravos inventariados no termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

Designação	Quantidade	%
Crioulo	606	42,09
Cabra	315	21,88
Pardo	191	13,27
Preto	127	8,82
Mulato	30	2,09
Mestiço	4	0,27
Castanho	1	0,06
Não informa	166	11,52
Total	1.440	100

Fonte: FMDJB. Inventários de 1860 a 1888

A Tabela 2 apresenta as informações registradas nos inventários, cedidas pelos inventariantes e anotadas segundo o olhar dos escrivães, que poderiam ou não usar as classificações advindas dos períodos anteriores. Nota-se que a designação predominante em todo período foi “crioulo” – a primeira geração descendentes de africanos, com 42,09%. Na definição do vocabulário de Bluteau (1789, p. 349), crioulo é o “escravo que nasceu na casa do seu senhor”. Silva Pinto (1832, p. 37) define o termo de maneira mais precisa, “o preto escravo, que nasce na casa de seu senhor”.

De acordo com Reis e Silva (1989, p. 45 – grifos dos autores), “os africanos eram sempre designados de *pretos*, em contraste com os *crioulos*, a conhecida designação dos pretos brasileiros. O termo *negro* era pouco usado porque seu campo semântico confundia, incluindo africano e crioulo”.

Soares, em pesquisa realizada na Biblioteca Nacional, demonstrou que no Rio de Janeiro a instabilidade da “qualidade” foi visível, na primeira metade do século XVIII. Assim como o pardo, o termo crioulo apresentou-se pleno de peculiaridades intrínsecas às anotações locais e aos critérios não padronizados. O uso do termo crioulo se referia apenas aos filhos de mães africanas nascidos no Brasil, ou seja, o termo era usado apenas para a primeira geração de afros-descendentes. O crioulo, de acordo com a autora, “é o escravo filho de mãe gentia que nasce no âmbito da sociedade colonial. Corresponde, portanto, a primeira geração nascida na cidade e que, supostamente, pelo menos nos primeiros anos de vida, mantém vínculos com a mãe e conseqüentemente com a língua materna” (SOARES, 2000, p. 100).

Ao estudar os documentos eclesiásticos da Paróquia de São José do Rio das Mortes, Libby também percebeu que, a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, os povos das Minas Gerais designavam de crioulo os negros nascidos no Brasil, independente dos pais terem nascidos na colônia, na África ou em ambos os lugares. Sobre as trajetórias familiares, ele demonstrou que filhos de um mesmo crioulo foram declarados não só como crioulos, mas também como pardos e cabras. Portanto, nota-se que a qualificação de forro ou liberto tendia a “ser ‘esquecida’ pela sociedade, com o passar do tempo, especialmente a partir do século XVIII e no que dizia respeito às pessoas socialmente melhor situadas” (LIBBY, 2010, p. 45).

Amantino, ao estudar os documentos cartoriais que tratam da escravidão nos aldeamentos indígenas do século XVIII, administrados pelos jesuítas, na Capitania do Rio de Janeiro, também comprovou que os filhos de africanos com crioulos foram designados como mulatos e cabras e os filhos de crioulos foram simplesmente declarados como pardos. “Todavia, parece não ter havido um padrão para se classificar uma pessoa com um ou outro indicativo” (AMANTINO, 2010, p. 96). Entretanto, mesmo que as pessoas não estivessem claramente identificadas nos inventários, a autora percebeu que os crioulos foram a maioria, seguida pelos cabras.

Voltando à análise dos dados da Tabela 2, a designação cabra aparece em segundo lugar, com 21,88%. As classificações com a categoria cabra, também não seguiam critérios rígidos, dependiam do olhar de quem registrava, por isso é possível que muitos indivíduos tenham sido classificados, aleatoriamente, como cabras, assim como pardos ou mulatos. Os índios e os seus descendentes, possivelmente, foram designados como mestiços e cabras – filhos de africanos ou portugueses com índias.

Do contato entre negros e indígenas, e desses com os portugueses, nasciam descendentes mestiços, chamados regularmente de cafuzos, curibocas, caborés ou mamelucos. A população nascida dessas misturas era, no contexto colonial, tida como socialmente desqualificada. Em 1797, o ouvidor de Jacobina, na Bahia,³⁶ relatou que “nas últimas décadas tinham ocorrido 178 assassinatos na comarca, a maioria executada por ‘quatro nações infames: negros, cabras, mestiços e tapuias’”. Assim, na medida em que a população mestiça crescia, a indígena declinava e o seu papel como mediadora perdia relevância, tornando mais complexo o sistema de hierarquia racial na colônia.

³⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Carta Capitão-Mór de Sergipe de El-Rey para Coroa, 16 de setembro de 1751, Ord. reg. 76, 178-181; SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, 6 vols., Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1937. vol. III, pp. 222-223.

De acordo com Machado, ao contrário do que aconteceu no Nordeste, no Sul, especificamente na Freguesia de São José dos Pinhais-PR, nos primeiros anos do século XIX, “muitos descendentes de africanos e indígenas puderam ascender à condição de homens e mulheres livres”. Em 1803, dos 255 cativos, 157 (63%) foram identificados como pardos e 92 como negros, sendo que apenas 16 foram identificados como africanos. “A heterogeneidade original é uma característica do grupo de cativo do Paraná, formado por africanos, crioulos e índios de diversas nações” (MACHADO, 2001, p. 433).

Em Santo Antônio da Barra, embora os documentos não registrem a presença de grupos indígenas na constituição das populações, informações que carecem de um estudo mais aprofundado, o termo “cabra” sugere a presença marcante desses grupos ou dos seus descendentes, conseqüentemente, um alto grau de mestiçagens naquele lugar.

No vocabulário de Bluteau (1789, p.207), cabra é “o filho ou filha de pai mulato e mãe preta” ou vice-versa. A mesma designação foi encontrada no dicionário de Silva Pinto (1832, p. 22), para quem cabra é o “filho de pai mulato e mãe negra, ou o contrário”.

Amantino (2010, p. 81-100) demonstra que nas fazendas inacianas no Rio de Janeiro, crioulos tiveram filhos designados como pardos e os termos mulato e cabra foram usados para filhos de africanos com crioulos. Esses fatos revelam que a designação da cor dos filhos de escravos nem sempre acompanhava a da família (matrifocal ou nuclear).³⁷ Em alguns casos, a mãe poderia definir sozinha a “qualidade” do filho se crioulo, pardo, mulato ou cabra. O que torna complicado a classificação, é que essas situações poderiam acontecer para todas as designações de “qualidade”, origem e cor (CERCEAU NETO, 2011, p. 171).

No termo de Santo Antônio da Barra, verificou-se dinâmica semelhante, como os casos da escrava Maria,³⁸ cabra, que batizou a filha Hermina, registrada como “parda”; e a escrava Maria,³⁹ crioula, que batizou a filha Cândida, parda, em 1882. Essas situações foram recorrentes, principalmente, nos anos finais da escravidão, quando os graus das mestiçagens se avolumaram e as classificações dependiam do olhar de quem avaliava ou registrava, pois a falta de um padrão ou critério rígido facilitavam as variações, a depender do lugar e do tempo em que o documento era feito.

³⁷ Durante a vigência da escravidão, a referência familiar estava centrada na figura da mãe (matrifocal) solteira, pois a figura do pai quase sempre não aparecia nos documentos oficiais. Já a família tipo nuclear era formada pelos cônjuges e os filhos, quase sempre era citada nos registros.

³⁸ Fonte: Arquivo da Paróquia Santo Antônio de Pádua (APSAP). Livro de Registo de Batismo – 1882-1889. Fl. 68 (frente).

³⁹ Fonte: APSAP. - Condeúba. Livro de Registo de Batismo – 1882-1889. Fl. 5 (verso).

A designação “pardo” é a terceira mais recorrente nos inventários de Santo Antônio da Barra (13,27%). Este termo também abriga uma ampla variedade de misturas, cor e condição. Nos livros de Batismo da paróquia de Santo Antônio de Pádua, por exemplo, a designação “pardo” consta nos registros dos nascidos livres, escravos e forros.

Nas definições de Bluteau (1789, p. 159), “pardo” era a “cor entre branco e preto, como a do pardal; homem pardo, mulato”. O termo aparece relacionado à “qualidade”. Esta definição está associada à cor, ao mundo animal e, às vezes, como se percebe, não é diferenciada de “mulato”. Faria (2004, p. 69) afirma que, no período colonial, as uniões de africanos com crioulos, ou mesmo com pessoas já identificadas como pardas ou mulatas, geravam filhos classificados como pardos. A autora defende que as condições sócio jurídicas, como escravo, forro e livre, influenciavam a “qualidade” das pessoas pardas e crioulos. Ela considera que o termo pardo foi amplamente utilizado para se referir às pessoas que, embora fossem escravas ou libertas, eram vistas ou identificadas como descendentes de africanos ou relacionadas com a escravidão.

Paiva identificou na freguesia de Sabará, em Minas Gérias, ano de 1771, no testamento de Thereza Ferreira, forra, natural da Costa da Mina, que deixava quatro filhos “já homens todos pardos e uma filha parda, já mulher” (PAIVA, 2012, p. 28). Essa situação, segundo o autor, contraria a ideia generalizada na historiografia sobre a escravidão, de que os filhos de africanas eram denominados crioulos. Como foi apontado anteriormente, Libby confirma que nas Minas do século XVIII e na maior parte do XIX, “a designação pardo poderia abrigar múltiplas tonalidades de pele, mas sempre se referia a algum grau de mestiçagens (e, portanto, quase sempre, a algum vínculo ancestral ao cativo)” (LIBBY, 2010, p. 48).

A designação “preto” aparece com percentual de 8,82% e foi classificada em quarto lugar nos dados dos inventários. No vocabulário Bluteau (1789, p. 242), o termo “preto é adjetivo de negro. Um homem preto, forro, ou cativo”. Observa-se que foi empregado o termo “preto”, para se referir ao escravo africano, na identificação dos indivíduos na Tabela 2. Situação semelhante foi conferida por Santos (2015, p. 46), nos inventários da Imperial Vila da Vitória, no Sertão da Ressaca onde na primeira metade do século XIX foi adotada a designação “negro” e o termo “preto” na segunda metade.

De acordo com Silva Pinto (1832, p. 860), no século XIX, o termo “preto” era usado como “adjetivo de negro, mas também como substantivo. Homem preto”. Nesse contexto, “negro” estava relacionado à “qualidade” e foi usado como sinônimo, possivelmente em razão das teorias racialistas tão presentes no final desse século e nas três primeiras décadas do

século XX. Segundo Neves (2012, p. 128), a categoria “preto”, no período colonial, designava o africano. Mas, a partir da metade do século XIX, passou a identificar o negro brasileiro, em substituição do termo crioulo.

Lemke (2011, 180), ao discorrer a história sobre a obediência escrava na Capitania de Goiás, no século XVIII, concorda que o termo “preto” era sinônimo de africano, sendo escravo ou forro. Soares (2000, p. 29) aponta que “os pretos são escravos ou forros, raramente livres”, pois as pessoas ainda estavam vinculadas à escravidão. Essa afirmação foi contestada por Mattos (1995, p. 43), quando esta afirma que, independente das cores preta, parda, mulata e tantas outras descrições, muitos indivíduos, na condição de ex-escravos, ao longo da vida, ascenderem socialmente, tiveram a cor alterada e até silenciada.⁴⁰

Em Santo Antônio da Barra, os escravos classificados como “mestiços” somaram um baixo percentual (0,27%) se comparado às outras categorias, possivelmente, por se tratar de uma identificação mais indefinida em relação às variedades de casos e classificações e por ser mais relativa às misturas, de modo geral.

De acordo com Silva Pinto (1834, p. 714), tem-se o termo “mestiço, adjetivo. De mista geração. Filho de europeu, e índia de branco, e preto, etc. O termo “mestiço” refere-se à mestiçagem que, segundo Paiva (2012, p. 14), “abriga historicamente os discursos e representações que foram sendo construídos, (re) significados e incorporados ao léxico que até hoje marca nossos julgamentos, classificações e, até mesmo, projetos e políticas públicas”.

A existência dessa categoria nas sociedades Ibero-americanas é real e direciona a formação de novas culturas mestiças no Novo Mundo. Nas pesquisas realizadas por Neves (2012, p. 124), na Vila de Caetité, do século XIX, encontrou-se um percentual de 0,2% de mestiço. Santos (2015, p. 77) encontrou um percentual de 1,4%, na primeira metade do século XIX, reduzido para 0,0%, na segunda metade, na Imperial Vila da Vitória. Segundo o autor, considera-se que esse termo tenha desaparecido por não dizer muito na sua definição e por não contemplar as especificidades das várias classificações.

O termo “mulato” apareceu com um percentual de 2,09%, em Santo Antônio da Barra. No vocabulário de Bluteau, esse termo aplica-se tanto ao animal quadrúpede (besta com burro), quanto ao mestiço africano com branco: “filho ou filha de preto com branca até certo grau, filho de cavalo com burra. Esse nome vem de Mû, ou mulo, animal gerado de duas outras diferentes espécies” (BLUTEAU, 1789, p. 103). Para Silva Pinto (1832, p. 92), o mulato é o “nascido de preto com o branco, ou de branco com preta. Pardo”. Essa questão foi

⁴⁰ Ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*, 1995.

percebida por Lima (2001), ao analisar a polissemia das mestiçagens no Brasil imperial, pelos jornais da cidade do Rio de Janeiro, de 1831 a 1833, em especial num periódico denominado *Homem de Cor*, dirigido à categoria dos “mulatos”. Nele, o termo “cidadão de cor” passou a designar também o “mulato”, a cor, a “qualidade” do indivíduo e a ascendência hierárquica do grupo de mulatos. A autora avalia que o conteúdo do periódico era dirigido para pessoas do sexo masculino e, embora o seu discurso não fosse à divisão de cores, a realidade demonstrava que havia uma hierarquia instituída.

O termo “castanho”, usado para classificar um único escravo (0,06%) nos inventários pesquisados de Santo Antônio da Barra, é definido por Bluteau (1789, p. 243) como “adjetivo que refere-se a cor do cavalo”. No dicionário de Silva Pinto (1832, p. 212), “castanho é uma “qualidade” da cor de casca de castanheira”. Paiva (2012, p. 172) explica que os iberos tinham como prática qualificar as pessoas de acordo com as cores dos animais, a cor do pelo ou das penas. O cavalo, por exemplo, poderia ser descrito como castanho ou pardo, a depender do olhar de quem registrava, assim como outros animais, a exemplo dos “papagaios pardos”, transportados em navios por Pedro Álvares Cabral e destacados por Pero Vaz de Caminha, em 1500.⁴¹ Portanto, as mesmas classificações (pardo, mulato, castanho, cabra, etc.) usadas para as pessoas, eram empregadas aos animais.

Os registros dos inventários de Santo Antônio da Barra se encaixam nas características discutidas acima. Como se percebe, havia muita imprecisão, confusão e relativismo nas definições, fato que, segundo Paiva (2012, p. 174), “foi o aspecto de existência histórica efetiva, aplicada social e culturalmente pelos indivíduos e grupos nas sociedades ibero-americanas”. Para o autor, essa classificação adquiriu variados significados e funções, como por exemplo, ajudar a distinguir pessoas e grupos e demarcar os lugares sociais de cada um.

Outra categoria distintiva foi a de “nação”, que se associou à categoria de “qualidade” ou se confundiu com ela. De acordo com Paiva (2012, p. 154), essa categoria era usada na Europa, na África e no Oriente, pelos conquistadores, administradores, navegadores e comerciantes ibéricos. Entretanto, no século XV e nas primeiras décadas do XVI, “nos primeiros anos das conquistas”, para o trato das regiões e povos africanos, não se empregava a categoria “nação” (PAIVA, 2012, p. 156). Os africanos eram tratados como “negros”, “mouros”, “etíopes”, “negros de Guiné” ou “guinéus”, “cafres”, Angolas, Congos, Jolofos, Mandingas, entre outras nomeações.

⁴¹ CAMINHA, Pêro Vaz de. *Carta a el-rei D. Manuel* (1974, p. 40).

Para os povos americanos, “nação” foi empregada aos diferentes grupos nativos de diversas línguas. Essa categoria parece ter sido mais frequentemente usada nos séculos seguintes ao XVI. Somente no século XVIII foi usada para identificar e classificar os escravos vindos do continente africano e aqueles alforriados na Ibero-América (PAIVA, 2012). Ivo (2011) concorda com Paiva e acrescenta que na América portuguesa, além dos africanos e indígenas, os cristãos-novos e europeus que aqui passaram foram classificados segundo as suas nações, o que poderia explicar o uso, pela historiografia, do vocábulo “nação” para se referir aos africanos escravizados. A nação poderia designar o lugar de nascimento e posicionamento ou a profissão religiosa de um indivíduo.

No caso dos africanos, a autora acentua que, mesmo no século XVIII, não havia critérios rígidos para essas classificações e, muitas vezes, não havia correspondência entre os termos e os povos por eles nomeados, uma vez que eram aplicados a partir do olhar arbitrário dos europeus sobre os africanos. “Os colonizadores atribuíam aos povos de costumes comuns um emaranhado de classificações que objetivavam correlacionar, sem muito critério, portos, rotas, territórios e povos envolvidos com o tráfico humano no continente africano” (IVO, 2011, p. 130). Para a autora, a compreensão desse jogo de categorizações dadas aos africanos depende a história da constituição de cada termo, relacionado com as etapas e intervenções no domínio português.

Oliveira, em estudo sobre nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX, argumenta que a união dos escravos e libertos de origem africana, em torno de grupos constituídos com base nos “laços de nação”, foi uma das características marcantes da organização em toda América. Não obstante, essas organizações, ao longo do tempo, foram perdendo as formas de autodescrição correntes na África. Nesse contexto, torna-se difícil saber a procedência cultural dos escravos e libertos, pois a documentação não fornece informações muito precisas sobre o lugar de origem dos africanos escravizados. Na Bahia, por exemplo, durante o período do tráfico, houve uma adequação entre os diferentes grupos africanos, forçada pelo sistema escravista. Por isso, muitos grupos como os nagôs, os jêjes, os minas, os angolas, entre outros, foram forçados a aceitar novos nomes e novos conteúdos sociais (OLIVEIRA, 1996, p. 176). Um dos raros exemplos de manutenção do nome de origem, de acordo com Oliveira, foi o dos haussás, escravizados na Bahia, fortalecidos pela riqueza da sua geografia e pela tradição cultural, elementos que lhe possibilitaram criar novos meios de organização coletiva no seio da escravidão.

As “nações” africanas recriadas na América de acordo com Barth fundamentam-se em adscrições categoriais, definidas como elementos-chave da constituição dos grupos étnicos,

integrados ao conjunto mais amplo do sistema escravista.⁴² Ao seu tempo, ocorria o ordenamento social e, com base nestas adscrições étnicas, demarcavam-se limites raciais, sociais e culturais. “As distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes” (BARTH, 2000, p. 26). Assim, de acordo com o autor, houve nas Américas uma forma de reconstrução de identidades dos africanos.

Para os escravos africanos da Bahia, a construção de novas relações sociais a partir das irmandades, dos candomblés, das juntas de alforrias e dos cantos de trabalho, era concebida com base na afiliação étnica dos seus membros, permitia a reificação de elementos de origem africana, dava-lhes sentido e, dessa forma, facilitava a coesão dos membros e a acolhida de outros escravizados que vinham da África, ajudados no processo de adaptação no Novo Mundo.

Nos inventários pesquisados, de Santo Antônio da Barra, o termo “nação” aparece quase sempre associado à escravidão de africanos, acompanhado pelo nome do indivíduo, a origem, a ocupação do africano e a condição de escravo ou forro:

Tabela 3 – Nações dos escravos – termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888.

Designação	Quantidade	%
Africano (de nações não identificadas)	85	96,61
Congo	1	1,13
Nação Mina	1	1,13
Nação Nagô	1	1,13
Total	88	100

Fonte: FMDJB. Inventários de 1860 a 1888

De acordo com a Tabela 3, nos inventários pesquisados, do total de 88 escravos identificados como de origem africana, 85 (96,61%) foram classificados como “africanos” e somente 2 qualificados com a categoria “nação”. Esse número representa um decréscimo na população de escravos vindos daquele continente, pois esteve associado ao fim do tráfico de

⁴² De acordo com Barth (2000, p. 186), grupos étnicos, são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios autores, as quais seus membros identificam-se e são identificados como pertencente a um determinado grupo. Seus membros podem, muitas vezes, não compartilhar de uma mesma origem e cultura, mas se definem por meio do autoconhecimento de seus membros e pelas fronteiras estabelecidas para com os outros grupos, mesmo diante a interação entre seus membros.

escravos pelo Atlântico, a partir de 1850, ao comércio interno entre as províncias e ao tráfico. Pode se acrescentar ainda a morte natural dos indivíduos. Nos inventários, nota-se que na década de 1860 foram encontrados 56 indivíduos, na década de 1870 foram 29 indivíduos e na década de 1880 não houve registro de indivíduos com essa classificação.

Os termos “congo”, “nação mina”, “nação nagô”, que somaram o percentual de 3,39%, referem-se, possivelmente, sem qualquer precisão, à nação de origem dos escravos. Observa-se que as designações desses indivíduos correspondiam às regiões da África Ocidental (Nagô, Mina, Calabar e Fula) e Centro-Ocidental (Angola, Cabinda e Congo). Santos (2015, p. 82), em estudos sobre a Imperial Vila da Vitória, na segunda metade do século XIX, também encontrou um índice baixo de escravos (quatro escravos: 1 nagô, 2 fula e 1 cabra) classificados de “nação”. Neves (2012, p. 124), nas pesquisas realizadas nos inventários do século XIX, encontrou na vila de Caetité escravos da “nação mina” e “angolas” da África Ocidental e Moçambique, que juntos somaram apenas 2%. Os mais numerosos foram os indivíduos das nações Calabar, haussás, mina, nagô, baribá e tapa, da África Centro-Ocidental, com percentual de 3,3%. Nota-se também que a partir da segunda metade do século XIX, o percentual desses indivíduos diminuiu em consequência da proibição do tráfico pelo Atlântico.

Durante o século XVIII, a entrada de escravos africanos da Costa da Mina na Bahia, que seguiam para as áreas mineradoras do interior da província e de Minas Gerais, aumentou consideravelmente. Fora os escravos que nasceram no termo de Santo Antônio da Barra, os escravos africanos que aparecem registrados nos inventários vieram das áreas mineradoras do sertão da Bahia ou do Norte de Minas Gerais e da Cidade de Salvador.

A historiografia⁴³ aponta que não há consenso de que a categoria “nação” tenha sido aplicada de forma exclusiva aos escravos africanos. Ela pode ter sido aplicada, também, aos europeus, asiáticos e índios americanos. Se referindo ao africano, o termo não correspondia às nações, da maneira como estavam organizados na África. As nações e as representações atribuídas aos africanos não significavam uma identidade étnica em si, mas sim a construção de uma comunidade imaginada aqui na colônia.

A ideia de grupos de procedência, apresentada por Barth (2000, p. 25-68), torna-se importante no estudo das inúmeras possibilidades e dos variados tipos de mestiçagens que ocorreram entre os grupos africanos, pois, a proposta é não pensar apenas sobre de onde partiram esses grupos, mas, como eles organizaram-se no decorrer dos séculos, onde se

⁴³ Dentre os historiadores pode-se citar Oliveira (1996), Soares (2000) e Resende (2006).

estabeleceram, os conflitos que vivenciaram ao longo dos tempos relacionado à língua, religião, maneira de pensar, etc. Pensar, ainda, acerca das possíveis “acomodações” no novo cenário sociocultural, marcado pelas mestiçagens biológicas e culturais.

3.2 MOBILIDADE SOCIAL DOS ESCRAVOS

Nas últimas décadas, os estudos da mobilidade social ligada à condição escrava têm sido tema importante na historiografia colonial/imperial, voltada para os estudos das relações socioeconômicas e jurídicas nos ambientes escravistas das sociedades da Ibéro-América. Autores como Fragoso (2007), Guedes (2008), Mattos (2000), Machado (2011), Lemke (2012), entre outros, têm abordado temas variados de escravos, ex-escravos e seus descendentes, conferindo se estes tiveram ou não oportunidades econômica e estima social, a partir do grupo a que pertenciam.

Grosso modo, “mobilidade social” é um termo emprestado da ciência sociológica norte americana, empregado desde os anos de 1950 no estudo de grupos que mudam de posição na hierarquia social a que pertencem. Dentre os pesquisadores, destaca-se o sociólogo norte americano Antony Giddens (1974, p. 107), que estudou a sociedade norte americana e as suas estruturas, e constatou que a ausência ou a pouca incidência da mobilidade social reforça ou enfraquece a identidade da experiência social dos indivíduos, de geração para geração. Se somada à condição econômica dos membros, pode contribuir ainda mais para fortalecer as estruturas sociais. De acordo com o autor, a pertença do indivíduo à uma estrutura social depende mais da família do que de si próprio. A família desenvolve estratégias, mobiliza capacidades e talentos determinados, para galgar posições favoráveis na hierarquia, aquisição que raramente se deve ao acaso.

Desde os primeiros tempos da colonização, as sociedades da Ibero-América fizeram uso de diversos termos para distinguir e hierarquizar socialmente as pessoas, criando impedimentos para que os grupos formados por negros, crioulos e mestiços, fossem eles escravos, forros ou livres, pudessem alcançar lugares privilegiados na sociedade hierarquizada. Contudo, como tem demonstrado a historiografia, diante do alto grau de mestiçagem e das demandas sociopolíticas, foi impossível evitar a ascensão e a mobilidade social de mestiços, muitos dos quais, a depender da ascendência familiar, receberam títulos e patentes militares. Outros chegaram a ocupar altos postos de comando nas administrações metropolitanas e coloniais e, posteriormente, na administração do Império brasileiro.

As conquistas encabeçadas pelos ibéricos, nos séculos XV e XVI, incidiram no processo de mundialização, que teve no trânsito e na presença maciça de escravos africanos um elemento de destaque, num “mundo em movimento”, onde a mobilidade, a miscibilidade, a adaptabilidade e a plasticidade estiveram presentes.⁴⁴ Tais ações foram fundamentais para a conexão entre o *locus* e o *orbis*, entre os espaços da colonização americana e entre os sertões e outras partes do mundo. Essas conexões promoveram os trânsitos de culturas, construíram novas práticas e costumes (IVO, 2012, p. 98) e consolidaram a presença dos mestiços livres e libertos, conquistadores e exploradores, no Império português, através da inserção nos organismos burocráticos do Estado e da posse de terras nas áreas sertanejas.

Dinâmicas como essas foram comuns em diversos lugares e tempos, nas sociedades da Ibero-América. Entretanto, devem-se ressaltar os conflitos e os impedimentos nas sociedades mestiças americanas, evidenciados desde sempre pela historiografia. Quanto mais se misturavam, mais se criavam mecanismos de classificação, hierarquização, diferenciação e exclusão de pessoas e de grupos,⁴⁵ ou seja, “a mestiçagem não acabou com as hierarquias sociais, das quais, aliás, todos eram ciosos. Na maior delas, a escravidão, permaneceu” (LEMKE, 2012, p.25).

De modo mais complexo e, às vezes contraditório, estas situações envolveram não somente as questões sobre a tonalidade da pele, mas, sobretudo, a tentativa de mudança na situação econômica e nas relações sociais, a vontade de aproximação com o “mundo civilizado” europeu, como um projeto de desejo, seguido de um processo evolutivo, mesmo que a sociedade brasileira se constituísse numa cópia imperfeita do Velho Mundo. Assim, as diversas formas de mobilidade social estiveram relacionadas às dinâmicas das mestiçagens nas diversas camadas sociais que foram se formando, dentro e fora do cativo, principalmente depois do período escravista.

[...] percebemos, certamente como e o quanto as dinâmicas de mestiçagem se reverteram em formas de mobilidade, em aportes para as sociabilidades e em processo de ascensão social em contextos escravistas, por exemplo. E, note-se, não se deve simplificar essa história, nem confundi-la com um projeto de “branqueamento” ou de “europeização” desse universo ibero-americano. Mais correto seria, ao contrário, indagar-se se não estariam aí algumas das respostas formuladas nessa extensa área às realidades históricas aí conformadas (PAIVA, 2012, p. 233).

⁴⁴ Conceitos atribuídos por Freyre (1998) aos portugueses, bem como adaptabilidade e plasticidade. Holanda (1953), a partir das leituras freyreanas, também atribuiu aos lusitanos, características que foram proporcionalmente estendidas aos africanos, italianos, chineses e alemães.

⁴⁵ Ver em: Paiva (2012), Martins (2007), Furtado (2009), Soares (2009) e Telesca (2009).

No decorrer do século XIX, estes e outros conflitos se acirraram no contexto das revoluções e das ideologias liberais do mundo europeu, que pregava a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre os homens, a partir da Revolução Francesa. No Brasil, de acordo com Mattos (2000), o problema começou no período próximo da emancipação política do país, em 1822, quando o Brasil ainda comportava uma das maiores populações escravas das Américas, juntamente com a maior população livre afrodescendente ou mestiça do continente.

No contexto abolicionista do final do século XIX se sobressai, mais intensamente, a mobilidade social horizontal,⁴⁶ na qual há uma alteração de posição provocada por fatores geracionais ou profissionais, mas que não implica uma mudança ou alteração da posição social. No caso dos escravos, em algumas situações, determinados indivíduos conseguiram essa mobilidade ocupando lugares diferenciados nos grupos e até fora deles, se destacando entre aqueles de mesma condição. Dependendo da atividade que desempenhavam, da ocupação ou trabalho, das habilidades que possuíam e da maneira como se relacionavam, muitos grupos de cativos e famílias inteiras formavam redes de sociabilidades ao longo do tempo, que se configuravam em mobilidade social, cujo objetivo era, quase sempre, a busca pela liberdade.

À sombra dos estudos e interpretação de Freyre (1998) sobre a escravidão rural no Brasil, sob o regime patriarcal, da “casa grande e da senzala”, do discurso senhor/escravo, essa interpretação acabou por influenciar a historiografia nacional. A partir dos anos de 1960, sob a influência do marxismo e das interpretações freyreanas, autores como Costa Pinto (1980), Florestan Fernandes (1978), Thales de Azevedo (1955) entre outros, afirmaram que a dificuldade dos negros de ascenderem socialmente era pequena, pois, em uma sociedade onde o negro é discriminado, dificilmente este conseguiria fazer parte de um grupo social mais expressivo, mesmo sendo forro ou livre ele seria uma pessoa de cor, pois essa característica reportaria à escravidão.

Prado Júnior, ao discorrer sobre a vida social e política colonial/imperial brasileira, explica que os colonizadores encarregaram inteiramente aos escravos a realização do trabalho que utilizava a força das mãos e dos braços, atividade que foi desqualificada e provocou, conseqüentemente, o rebaixamento daqueles que a executavam. Historiador imbuído do

⁴⁶ Mobilidade social horizontal, termo emprestado da sociologia norte americana. Nessa classificação há uma alteração na condição social do indivíduo ou do grupo, permitindo que indivíduo ou grupo passe para o nível superior, reconhecido pela sua influência social e econômica, ou descendente, baixando para o nível inferior e dessa forma perde todo prestígio, outrora conseguido. Ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Org.). *Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 33-120.

conceito histórico e primário de “trabalho”, em seu sentido lato, isto é, “no sentido amplo e geral de atividade que proporciona aos indivíduos seus meios de sobrevivência” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 358). O autor considera que pelo fato de exercerem o trabalho mecânico e estarem sob o jugo do cativo, escravos e ex-escravos, egressos do cativo, não teriam oportunidades econômicas e estima social relacionado à mobilidade social.

Contrariando essas afirmações, Queiroz⁴⁷ (1976, p. 41) argumenta que a escravidão não se apresentava homogênea, monolítica; existiam, no seu interior, hierarquias e diferenciações de *status*, cujos fatores precisam ser descobertos. A autora acrescenta que havia diversas posições sociais na camada escrava. As “qualidades” físicas, a idade, as tarefas desempenhadas constituíam os elementos que compunham os *status* dos indivíduos. Estes aspectos, diz a autora, sugerem a existência de hierarquias internas que, talvez, permitam até falar em ascensão e descida dos cativos no próprio interior do seu estrato. Assim, ela propõe que se verifique como se configuravam a mobilidade social e as formas de hierarquias desses cativos, e como eles se inseriam numa estrutura de dominação escravocrata.

Moura, ao discorrer sobre o conceito de mobilidade social dos cativos, como parte significativa do sistema escravista na modernidade, salienta que se tratava de uma sociedade estratificada, pautada no escravismo e, portanto, fechada. O escravo só poderia romper esse sistema se fugisse, criando comunidade própria, a exemplo dos quilombos. No entanto, dentro da própria estrutura escrava havia um sistema de estratificação que diferenciava os seus membros em níveis de *status*, de acordo com as exigências da divisão do trabalho. As principais categorias de escravos foram:

Escravos de eito e de atividades extrativas: na agropecuária, em atividades extrativas (congonha, borracha, algodão, fumo etc.); na agroindústria dos engenhos de açúcar e suas atividades auxiliares; nos trabalhos das fazendas de café e de algodão diretamente ligados à produção agrícola e escravos na pecuária. Escravos na mineração: o escravo doméstico; o escravo no eito e atividades afins; o escravo doméstico urbano, que pode ser classificado em: escravo ourives, escravo ferreiro, escravo mestre de oficina, escravo taverneiro, escravo calafate, escravo carpinteiro, escravo barbeiro e escravo carregador em geral. Já os escravos do eito e atividades afins podiam trabalhar nas minas de ouro ou nas de diamante; escravos domésticos nas cidades ou nas casas grandes: escravos carregadores de liteiras e outros objetos; escravos caçadores; mucamas; escravas amas de leite; escravas cozinheiras; escravos cocheiros etc.; escravos de ganho nas cidades; escravos vendedores ambulantes; escravos carregadores de pianos, pipas e

⁴⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Escravos e mobilidade social vertical em dois romances brasileiros do século XIX*. Conferência realizada durante o III Simpósio do Vale do Paraíba, realizado em Pindamonhangaba, julho de 1976. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83165>>. Acesso em: 29/10/2015.

outros objetos; escravos músico; escravas prostitutas de ganho e escravos mendigos de ganho; outros tipos de escravos: escravos do Estado, escravos de conventos e igrejas, escravos reprodutores (MOURA, 2005, p. 152).

Esses e outros diversos estratos existentes no escravismo brasileiro incidiram, consideravelmente, na divisão do trabalho de forma diversificada, se articularam e se integraram internamente, mas apenas naqueles espaços sociais que permitia a estrutura escravista. Pela composição dos tipos de escravos relacionados às suas ocupações, acima apresentado, observa-se que as relações sociais no escravismo brasileiro não se restringiram em torno do senhor/escravo ou estiveram circunscritas à “casa-grande”. Independente da sua condição, os cativos estiveram ativos em todos os espaços da sociedade.

Guedes, ao analisar a ascensão social de famílias de ex-escravos, que ingressaram na elite escravista na cidade de Porto Feliz, no interior de São Paulo, entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, demonstrou que o conceito ou categoria “mobilidade social” é bem mais complexo do que parece, diz respeito a um tipo de sociedade específica, “pois não se trata apenas de enriquecimento e tampouco o aspecto econômico é o principal indicador de mobilidade social” (GUEDES, 2007, p. 340). Mas, a reputação social era priorizada. Um bom exemplo são as relações pessoais e políticas que, em maior ou menor grau, possibilitavam aos sujeitos circular entre grupos e, assim, obter privilégios, reconhecimento, respeito e manutenção de tudo que eles conquistaram. Portanto, a cor expressava uma posição social.

Para Guedes, isso significava a possibilidade da alteração da cor, no processo da conquista da “reputação social”, pelos ex-escravos e, ao mesmo tempo, era um fator socialmente definido de acordo com o *status* alcançado pelos sujeitos na hierarquia social. Assim, a mobilidade social poderia ser ascendente ou descendente, pois, em se tratando de uma sociedade com traços de Antigo Regime e escravista, lastreada no princípio da desigualdade, deve-se atentar para as suas formas de mobilidade social que, com o crescimento da população de “homens livres de cor”, nos finais do século XVIII e início do XIX, era passível de equívocos ao distinguir os homens livres dos libertos, bem como da falta de critérios para estabelecer os limites entre negros e pardos ou pardos e brancos.

O movimento de ascensão se dá gradativamente, ao longo do tempo, é geracional. Para forros, passíveis de reescravização, a mobilidade social podia ser a própria manutenção de sua condição de liberto (o que já os mantinha diferenciado dos escravos); para seus descendentes, seria o afastamento paulatino de um passado escravo. Para egressos do cativeiro,

estes são movimentos importantes de reinserção social (GUEDES, 2007, p. 341-342).

Por essa razão, o autor chama a atenção para a necessidade de distinguir os forros e seus os descendentes, em termos de distanciamento da escravidão, uma vez que esse afastamento gradativo do passado escravo, expresso na cor/condição, modificava, gradativamente, os espaços de (re) inserção social e as “qualidades” (preto/negro, pardo) podiam se alterar em uma família, conforme a ascensão social do seu chefe e a depender, principalmente, das redes de relações de poder nas quais estava incluído, ou seja, “geralmente, quando a cor do chefe do fogo muda, a dos seus parentes acompanha, se filhos ou esposa. Prova de que a mobilidade e o lugar social são geracionais” (GUEDES, 2007, p. 349).

Ao mesmo tempo em que Guedes (2008, p. 18-19) concorda com a verticalização, no que tange as condições e as possibilidades que a mobilidade social proporcionava aos sujeitos e aos grupos, ele horizontaliza a questão, a qual denomina de “mobilidade social horizontal”, processada, preferencialmente, como uma ascensão no interior do grupo, ou seja, ele se refere às redes de relações constituídas, que contribuíam para o estabelecimento da legitimidade social. Essas redes agregavam diversos agentes sociais, de vários estamentos, se referindo às “qualidades” e condições como: livres, forros, cativos, africanos, crioulos, pretos pardos, mulatos abastados, pobres e outros. Essas categorias influíam na definição e manutenção da estima social gozada pelos forros.

Guedes (2008, p. 25) chama a atenção para os problemas das interpretações reducionistas e do anacronismo, tão recorrentes em boa parte da historiografia colonial/imperial, sobre a mobilidade social dos egressos do cativo, que restringem o tema ao enriquecimento e ao *status* social, e não percebem que a *liberdade* era um aspecto fundamental na constituição da mobilidade social, afinal, ela não se resumia à mudança da condição e da alteração do estatuto sócio jurídico. O autor concorda com o fato de ser esta uma sociedade escravista, com traços de Antigo Regime, onde os indivíduos eram ciosos dos seus lugares e reproduziam as desigualdades. No entanto, às hierarquias do Antigo Regime somar-se-iam àquelas típicas da escravidão.

Rappaport demonstra também que “cor” e “qualidade” estavam relacionadas à mobilidade social. A “qualidade” dos indivíduos, no período colonial, era baseada na pessoa, no julgamento e nas circunstâncias. Dessa forma, a “qualidade” de um indivíduo englobava várias características, como cor (tonalidade da pele), linhagem, estado de legitimidade, religião, lugar da residência, ofício, gênero, estado moral, vestimenta, condição de nobre ou

plebeu, de livre ou de escravo (RAPPAPORT, 2009, p. 46). Portanto, a determinação da “qualidade” de alguém era tão importante como a sua “cor” e, por isso, o uso do termo “mestiço”.

João Fragoso (2007) acrescenta que nas conquistas ibéricas, principalmente portuguesas, mesmo com as restrições legais, as necessidades levaram a admitir, por meio de alianças de casamentos, indivíduos de variadas “qualidades” em postos ou cargos de destaque e privilégios, o que favorecendo a formação inédita de uma elite ou nobreza mestiça e sem estatuto aristocrático concedido pela monarquia, ou seja, uma nobreza sem a pureza de sangue.⁴⁸

Mattos, ao discutir as relações entre identidade racial, escravidão e cidadania no Brasil do século XIX, afirma que a diferença de cor e as características físicas não foram necessárias para justificar a existência da escravidão, mas foram usadas como meio para a mobilidade social, para assegurar os privilégios, como precedente de honra da nobreza, reclamado pelo estatuto de sangue. “Assim, todos os súditos do rei tinham seu lugar social e, nele, eram pelo rei protegidos” (MATTOS, 2000, p. 15).

Araújo argumenta que nessa disputa por espaços na hierarquia, na cidade de Salvador, em fins do século XVIII, aventureiros e excluídos de toda natureza vinham de Portugal para “mudar de condição social”, valendo-se apenas da “brancura” da pele e da condição de reinóis, julgavam-se superiores ao conjunto das pessoas nascidas na Bahia, mesmo os mais ricos. Essa população constituiu-se em uma massa de ociosos urbanos que recusavam todo trabalho relacionado com à escravidão, relacionado ao trabalho manual, que os desqualificassem como superiores, pois mesmo sendo pobres e sem “qualidade”, carregavam a ideologia da pureza de sangue que acompanha a nobreza lusitana para obtenção de vantagens nos lugares onde se acomodavam.

Da mesma forma, havia uma prática comum “de excluir dos empregos públicos todo aquele que por si, seus pais ou avós, tivessem exercido artes mecânicas, isto é, que tivessem contribuído pelo trabalho para a multiplicação de riquezas. Esta era a mácula do trabalho” (ARAÚJO, 2004, p. 254). Segundo o autor, uma forma de conseguir empregos públicos, propriedade de terras através da sesmaria, um lugar no corpo comercial da cidade, favores, entre outros benefícios, era reclamando pela sua origem nacional (para os aventureiros

⁴⁸ O estatuto da pureza de sangue impedia o acesso de indivíduos resultantes da mistura biológica com negro, seus ascendentes e indígenas, sendo esse oficialmente invalidado somente com a constituição do Império do Brasil de 1824. Ver Mattos (2000; 2001) e Ivo (2012). Paiva (2012) também apresenta mestiços diversos no exercício de funções importantes nos impérios Ibéricos, do mesmo modo, Mattos (2010) evidencia a existência de uma elite de homens pardos e pretos no século XVII, com conexão para além do Mundo Ibérico.

portugueses) e pela influência que tinham (para boa parte da população já estabelecida como brasileiros).

Na América portuguesa, o surgimento de pessoas e grupos sociais que misturavam características, *a priori*, típicas e exclusivas de um dos extremos da hierarquia social, promoveu, com o passar dos anos, os lugares sociais mestiços, entendidos como resultantes tanto da miscigenação biológica, quanto de uma sociedade mais profundamente complexa. Esses seguimentos sociais foram identificados e classificados na condição de livres, cativos e libertos, e na “qualidade” de índios, brancos, pretos, negros, mulatos, crioulos, pardos, cabras, mamelucos curibocas ou caribocas, e se constituíam por meio de interações econômicas, políticas e culturais. A constituição desses seguimentos só foi possível pela existência dos inúmeros meios de permeabilidades e impermeabilidades existentes nas sociedades coloniais americanas, com altos graus de misturas culturais:⁴⁹

Os lugares sociais mestiços também são hierarquizados e são também definidos pela ascendência – que não é só africana, mas indígena, europeia e asiática. Esses lugares sociais mestiços precisam ser melhor compreendidos a partir de práticas coevas, espaciais e temporalmente definidas – do ponto de vista social, político e econômico. São lugares mestiços, resultantes de uma estrutura social político e econômico, igualmente híbrida (IVO, 2012, p. 255).

No caso de negros, crioulos e mestiços, forros e livres, a historiografia demonstra a trajetória de algumas figuras famosas como Chica da Silva, Henrique Dias, Francisco Antônio Lisboa, comumente chamado de Aleijadinho e do índio Felipe Camarão, entre outras ainda pouco conhecidas, como Cipriano Pires Sardinha, Joaquim d’Almeida, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. Muitos outros mestiços ocuparam os altos postos de comando das administrações metropolitanas e coloniais –, posteriormente, na administração do império brasileiro, mas foi nos poderes locais que a maioria exerceu o controle por várias gerações, sobretudo no século XVIII, quando a mobilidade física possibilitava uma estreita articulação entre os lugares, durante a exploração das minas, áreas essas, onde se promovia o comércio de escravos, gados e outras mercadorias, provenientes de várias partes do mundo. Através das qualificações, foi possível seguir a trajetória de alguns cativos, investigar as suas origens e os grupos étnicos a que pertenciam, identificar as suas posições na hierarquia social, entender a maneira como foram miscigenados biológica e culturalmente. Em suas trajetórias, muitos homens e mulheres advindos da escravidão foram capazes forjar a formação

⁴⁹ Ver: Amantino (2010, 2011); Bernand (2001); Ivo (2012), Libby (2010); Mattos (1995).

socioeconômica e cultural das diversas localidades sertanejas. Ivo usou a expressão *homens e mulheres de caminho* para denominar esses protagonistas portugueses, africanos, indígenas, crioulos, mestiços, mulatos, cabras, curibocas, homens e mulheres, livres, forros e escravos e aplicou a concepção de *sertão em movimento e conectado, marcado pela miscibilidade, mobilidade e adaptação* (IVO, 2012, p. 35).

A partir das descobertas e da exploração das minas é possível perceber a mobilidade social vista na sua verticalidade. Ivo (2004, 2012) destaca a figura de três sertanistas,⁵⁰ Pedro Leolino Mariz, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. O primeiro, Pedro Leolino Mariz, era italiano e, a serviço da Coroa Portuguesa, descobriu as minas de salitre na Serra de Montes Altos, no sertão da Bahia, fronteira com Norte de Minas Gerais, no início do século XVIII.

O dinamismo econômico trazido pelo salitre e pela descoberta de outras minas, possibilitou à Pedro Leolino Mariz, administrador fiel da Coroa portuguesa, a criação de postos de fiscalização às margens dos rios mais importantes, como o São Francisco e Jequitinhonha. Como política de combate à evasão fiscal, descaminho do ouro e controle da população nas áreas mineradoras, instalou-se as Casas de Fundação e Moeda em Rio de Contas, na Bahia, e em Minas Novas na Comarca de Serro Frio (IVO, 2012, p. 15).

A segunda figura importante no conjunto das inserções nos sertões foi o mulato, mestre de campo, João da Silva Guimarães, filho de portugueses mulatos.⁵¹ Como capitão-mor das Ordenações do distrito de Sumidouro, na Vila de Nossa do Carmo, atual cidade de Mariana, no Estado de Minas Gerais, ele comandou, com indicação de Pedro Leolino Mariz, a expedição de conquista dos sertões. Partiu do sertão do Norte das Minas Gerais, passou pelo Sertão da Ressaca, terras entre os rios Pardo e das Contas; pelo sertão da Serra Geral, entre os Rio de Contas e Caetité, até chegar ao Recôncavo da Capitania da Bahia. Nesta odisseia, Guimarães se destacou no combate aos índios e, principalmente, pelas descobertas das minas de ouro e pedras preciosas.

Após a sua morte, João Gonçalves da Costa assumiu a tarefa das conquistas e das explorações das minas, foi conhecido como conquistador e pacificador dos índios no sertão. Nos documentos, Costa foi referido como preto-forro natural da cidade de Chaves, no reino de Portugal (IVO, 2012, p. 16). No Sertão da Ressaca, no início do século XIX, ele tornou-se

⁵⁰ Sobre João Gonçalves da Costa e a conquista do Sertão da Ressaca, ver também: em Sousa (2001) e Santos (2015).

⁵¹ Segundo Ivo (2012, p. 16), João da Silva Guimarães, possivelmente, era o “filho do português Paschoal da Silva Guimarães, apontado como líder dos Motins de 1720, em Vila Rica, movimento deflagrado contra a instalação das casas de fundição de ouro e moeda na sede da Capitania de Minas Gerais”.

proprietário da maior parte das terras, estendeu seus domínios pelos sertões da Bahia até o rio São Francisco,⁵² conectou os sertões ao mundo Atlântico português. Juntos, Costa, seus filhos Antônio Dias de Miranda e Raimundo Dias de Miranda, e seus descendentes foram denominados de “homens bons” do lugar, controlaram a vida política da maior parte das localidades sertanejas por quase dois séculos (IVO, 2012, p. 18).⁵³

Ivo (2012) destaca que Costa, por suas façanhas e projeção na hierarquia social, obteve o reconhecimento como capitão-mor da conquista dos sertões e o reconhecimento público e notório de membro da nobreza lusitana, que relatou as conquistas realizadas por ele nas margens do Rio Pardo: “não produz um século um homem com o gênio deste capitão-mor, tem 80 e tantos anos, e todas as suas paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu, e arrisca frequentemente a própria vida”.⁵⁴

a mobilidade social alcançada por este homem que fora escravo na sede do reino português, conquistara sua carta de alforria e que dirigira-se à colônia mais lucrativas da coroa, é apenas um dos exemplos de negros que circularam pelo império ultramarino e que, permeabilizando fronteiras culturais, adquiriram atribuições e funções *a priori* próprias dos membros da elite (IVO, 2012, p. 97 – grifo da autora).

Este sujeito, preto, conquistador, realizou a transposição das fronteiras sociais e culturais, como tantos outros, fomentou as mestiçagens culturais e, ao mesmo tempo, sofreu as ações dessas mediações. A mobilidade cultural e social a partir das mestiçagens, conquistada por João Gonçalves da Costa, sublimou o seu passado escravo e o tornou merecedor de honrarias e títulos (IVO, 2012, p. 97).

Juntos, Pedro Leolino Mariz, João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, foram denominados de *agentes integralizadores ou imensores* que, subordinados ao governo português, “estruturaram os alicerces da conquista, construindo os mecanismos de controle metropolitano mediante a interiorização das instituições do estado português num processo incessante de adaptabilidades” (IVO, 2012, p. 21). Nos sertões da Bahia e do Norte de Minas

⁵² Conclusão obtida a partir das pesquisas nos inventários e testamentos da família Costa e de seus descendentes. Mais detalhes ver: IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o santo lenho*. Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

⁵³ De acordo com Ivo (2012, p. 154), as terras hoje correspondem ao Planalto da Conquista, onde se estabeleceu e fundou o Arraial da Conquista, tornando-se o patriarca de uma das mais influentes famílias da região que tem em sua genealogia um histórico de mestiçagens biológicas através de casamentos, a começar pelo próprio.

⁵⁴ Anais da Biblioteca Nacional, vol. 38. Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, feito por Eduardo de Castro Almeida. Ofício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do *Rio Pardo*, pelo capitão-mor *João Gonçalves da Costa*. 31.03.1807. p. 455. In: Ivo (2012, p. 28).

Gerais, as ações deles podem ser explicadas pelas categorias mestiçagens, “qualidade” e “condição”, mobilidade social e trânsitos culturais, que envolveram pessoas e objetos das quatro partes do mundo na exploração, conquista e colonização.

Para proteger bens familiares ou um nome tradicional junto à sociedade, o casamento entre primos era o mais comum, entre outros casamentos arranjados por interesses econômicos e políticos. Dessa forma, o casamento representava um negócio entre as famílias, para impedir que pessoas de posições sociais diferente pudessem “manchar” o nome da família e dissipar os bens. Silva (2008, p. 97), ao analisar casamentos, cotidiano e mestiçagens no Recife colonial, na última década do século XVIII, afirma que membros de famílias com algum lugar de prestígio social, pertenciam a um mesmo grupo. Esta situação foi evidenciada quando analisados os casamentos na Igreja do Livramento dos Homens pardos, da freguesia de Santo Antônio, sede da irmandade dos homens pardos. O livro de Assento de Casamento demonstra a consanguinidade entre todos os nubentes da família de Felix de Melo da Sylva, casado com Úrsula, o que demonstra a permanência do *status* do grupo na sociedade onde estavam inseridos.

Na análise dos 223 inventários com registro de escravo, fica evidenciado que a maior quantidade de alforrias esteve relacionada ao perfil socioeconômico do lugar, que permitia o acúmulo de pecúlio por um escravo e, conseqüentemente, mais acentuada foi a mobilidade social. Os crioulos foram os que mais conquistaram alforrias, seguidos dos mestiços.

Vários exemplos de mobilidade social, relacionados à família e à liberdade, puderam ser observados nos documentos supracitados. Em 1885, foi declarado por um inventariante que para “a escrava Barbara já lhe foi conferida carta de liberdade”.⁵⁵ Bárbara deixou na fazenda a sua mãe e um irmão, e tornou-se livre com seus três filhos, o mais velho com 4 anos de idade, que aparece na Relação de Escravos, mas não estava relacionado entre os bens inventariados. A escrava Joana (36 anos, parda), com a filha de Felippa, de 4 meses, libertou-se no ato do inventario, pelo valor de 50 mil.⁵⁶ Joaquim Rodrigues Chaves, juntamente com a sua esposa, passou carta de liberdade condicional, em 1857, à escrava Miquelina e a dois dos seus três filhos. O terceiro filho, o escravo Honorato, com 20 anos de idade, cabra, na ocasião do inventário foi vendido por 1:010 \$000 (um conto e dez mil réis), para pagar dívidas do casal. O inventariante declarou que a escrava Miquelina, “mãe dos acima declarados, fora libertada há muitos anos, e que depois da sua liberdade tivera ainda dois filhos, José e Maria

⁵⁵ Fonte: FMDJB. Inventário de Sophia Carolina do Amor Divino, nº 691 de 1885.

⁵⁶ Fonte: FMDJB. Inventário de Pulqueria Maria de Jesus, nº 662 de 1884.

Madalena, que se achavam em poder do inventariante como libertos”.⁵⁷ Como se observa, apesar de possuírem a liberdade legal, posto que nasceram quando a sua mãe já estava liberta, José e Maria Madalena viviam com os antigos proprietários de Miquelina, juntamente com o irmão mais velho, que ainda permanecia escravo.

Situações como essas representavam diferentes graus de mobilidade social, ao longo da escravidão, resultantes dos mais variados tipos de alforrias. Essas variações tornaram o Brasil o país que mais emancipou escravos nas Américas. Assim, a presença da população livre com ascendência escrava tornou-se muito expressiva, sobretudo, nos anos que antecederam o fim do sistema escravocrata.⁵⁸

Na América portuguesa, entre as diversas inter-relações mantidas até o fim do regime escravista, a mobilidade social foi um importante vetor para os parâmetros constitutivos da hierarquia social. Ao analisar a escravidão no termo de Santo Antônio da Barra, no século XIX, foi essencial compreender como pretos, crioulos e mestiços, em suas práticas cotidianas, conseguiram manter os “arranjos de sobrevivência”⁵⁹ e também um projeto para a conquista da liberdade, numa sociedade em que cativos e ex-escravos estiveram juridicamente sujeitos às mesmas restrições ou impedimentos.

No Quadro 4, abaixo, vê-se os dados do Recenseamento Geral do Império, de 1872, com o registro das ocupações dos escravos classificados como pretos, pardos e caboclos no termo de Santo Antônio da Barra, na segunda metade do século XIX.⁶⁰ Nele está representada, também, a hierarquização dos escravos:

Quadro 4 - Ocupações dos escravos do termo de Santo Antônio da Barra – 1872. CENSO 1872

Profissões manual/mecânica dos escravos	
Costureira	144
Em edificações	23
Em calçados	20

⁵⁷ Fonte: FMDJB. Inventário de Joaquina Rosa da Encarnação, nº 120 de 1862.

⁵⁸ Como se vê, os cativos construíram diversos modos e situações para a conquista de liberdade. Mas, alguns autores afirmaram o contrário. Entre eles estão Fernando Henrique Cardoso (1960) e Octavio Ianni (1962) que, nas décadas de 1950 e 1960, afirmaram que os escravos não criaram espaços de autonomia suficiente para conquistar a liberdade, sendo usados apenas como objetos de produção econômica, não foram sujeitos de suas próprias ações.

⁵⁹ Conceito desenvolvido por Hebe Mattos para tratar dos significados da liberdade em meados do século XIX. Ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio* (1995, p. 19).

⁶⁰ Vale lembrar como foi mostrado, que o termo de Santo Antônio da Barra compreendia também o Arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem e Almas.

Em tecidos	10
Em madeira	14
Em metais	12
Profissões agrícolas	
Lavradores (as)	1.155
Profissões assalariadas	
Serviço doméstico (a)	465
Criados (as) e Jornaleiros (as) ou diaristas	261
Sem profissão declarada	631
Total	2.735

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Bahia, p.462. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872ba>>. Acesso em: 18/10/2014.

Pelas informações contidas no Quadro 4 percebe-se que é possível dividir a mão de obra em três categorias: os especializados, os semiespecializados e os sem especialização. A primeira, descrita como ocupação manual/mecânica; a segunda, como ocupação agrícola; e, a terceira, como ocupações assalariadas. Para entender a expressão “assalariada”, deve-se considerar que a década de 1870 foi tida, pelos historiadores, como uma época de “transição” do trabalho escravo para o trabalho “livre” ou assalariado, e as pesquisas oficiais do Governo, influenciadas pelos padrões europeus, usavam incoerentemente o termo “assalariado” nas tabelas referentes à ocupação tanto de escravos, quanto de livres.

Para tratar do assunto é importante esclarecer que não se utilizará o termo “profissão dos escravos”, por se entender que “profissão” remete aos indivíduos na condição de livres e assalariados. O termo mais correto é “ocupação dos escravos”, visto que um sujeito na condição de cativo, além de especializar-se em uma atividade, desempenhava várias outras, sem ser assalariado, ainda que fosse remunerado. Karasch (2000, p. 281) explica que havia uma série de funções, muitas acumuladas por um mesmo escravo, algumas, ocupações tão duras, que serviam de punição para rebeldes e fugitivos.

Entre os 2.735 cativos recenseados naquele ano, a ocupação especializada de costureira constituía o maior percentual (5,26%). Essa especialidade denota maior grau de mobilidade social entre os escravos e forros do sexo feminino, no sertão da Serra Geral. Pela especialidade e a quantidade de escravas nessa atividade, entende-se que a demanda de tecidos e as confecções de peças de algodão eram bem expressivas naquela localidade.

A agricultura, apesar de ser uma ocupação escrava de maior relevância em termos numéricos, com percentual de 42,23% de lavradores, a sua importância na escala de especialização está apresentada em segundo lugar. Entretanto, ressalta-se que o município possuía o maior número de escravos na zona rural, enquadrados como lavradores, domésticos,

costureiras e os declarados sem profissão. Esses últimos, somando 631 cativos, ou 23,07%, entre homens e mulheres, englobam as inúmeras definições de funções que, efetivamente, os cativos poderiam desempenhar. Os escravos enquadrados com ocupações em edificações, em calçados, em tecidos, em madeira e em metais, provavelmente, trabalhavam na sede do município. Embora o documento não apresente dados sobre a ocupação dos forros, uma quantidade significativa desses indivíduos, possivelmente, foi incluída entre os livres.

Chalhoub, ao estudar a cultura dos trabalhadores do século XIX, no Rio de Janeiro e em São Paulo, diz que o trabalho assalariado, para a maioria desses novos proletariados, muitos deles egressos do cativeiro, representava “a fantasia da liberdade do trabalhador, livre para ir e vir ao sabor do mercado, [...] do desemprego e da precariedade em meio a estruturas supostamente impessoais de vigilância e de controle social” (CHALHOUB, 2008, p. 12-13).

As percepções feitas por Chalhoub (2008) corroboram para a compreensão dos variados perfis econômicos da população livre e forra do termo de Santo Antônio da Barra, considerando a dureza do sistema escravista, pois permitem compreender como muitos escravos conseguiram comprar e negociar a sua alforria, por meio da acumulação de pecúlio. Pela natureza agropecuária, manufatural e comercial daquela localidade, compreende-se também que a escravidão impulsionou toda a produção de bens de consumo e de serviços.

As ocupações “assalariadas” eram representadas pelo serviço doméstico, com percentual de 17,00%, em terceiro lugar no grau de importância, seguido dos jornaleiros ou diaristas (9,54%). Essas ocupações eram realizadas por escravos e escravas sem especialização. Fora do trabalho na propriedade do seu senhor, às escravas era permitido trabalhar de ganho como costureira, bordadeira, lavadeira, quituteira, entre outras atividades. Os escravos trabalhavam como vaqueiro, pedreiro, feirante, lavrador, tropeiro ou eram alugados como diaristas. Como trabalhadores domésticos e diarista, quase sempre, esses escravos eram alugados como trabalhadores de ganho e de aluguel,⁶¹ o que representava trânsito social e espacial ou geográfico.

Karasch (2000, p. 263-267), em suas análises sobre os escravos de ganho e de aluguel, no Rio de Janeiro, no início do século XIX, esclarece que mesmo gozando de certa facilidade, os escravos sabiam muito bem dos limites que reafirmavam a sua condição servil. No

⁶¹ Karasch (2000, p. 281) esclarece que o escravo de aluguel é diferente do escravo de ganho. O primeiro era obrigado a dar parte considerável do que arrecadavam aos seus senhores. Já o último, era alugado diretamente por seus senhores ou por intermédio das agências locadoras que proliferavam nas grandes cidades, prestavam serviços aos locatários e ficavam sob sua responsabilidade, como se os escravos fossem deles. Cabia aos locatários a obrigação de dar-lhes comida, roupas e um lugar para dormir.

contexto urbano, o feitor estava ausente, mas o seu papel era substituído pelo poder público, por meio de uma forte fiscalização policial.⁶²

Voltando para a análise do Quadro 4, percebe-se que o serviço doméstico foi exercido, em grande parte, por mulheres, como também demonstram as pesquisas realizadas nos inventários. Os escravos, forros e livres, com profissão/ocupação de domésticos e de costureiras, ocuparam os mesmos espaços.

Paiva aponta que nas Minas Gerais do século XVIII, a maior parte das ocupações era exercida por forros, sobretudo por mulheres. A mobilidade social de livres, escravos e forros favorecia a diversificação na economia como mineração, comércio, agricultura, pecuária, artesanato, prestação de serviços. Paiva (1995, p. 19) afirma que a grande quantidade de manumissões na Colônia deveu-se ao significativo contingente de escravos e forros nas vilas e arraiais, somados à estrutura administrativa e à formação de um mercado interno, suficientes para absorver aquela mão de obra.

Em linhas gerais, este era o cenário que envolveu as mobilidades sociais, ligadas às ocupações e que alcançaram um número elevado, no termo de Santo Antônio da Barra. As amostras pesquisadas nos inventários apresentaram as condições que dispunha o escravo para comprar a Carta de Liberdade. Do total de 87 escravos alforriados nos inventários, 56,97% comprou a própria Carta. Outros ganharam a liberdade dos parentes dos proprietários (27,58%), dos próprios donos (20,68%), da mãe (2,29%), do Fundo de Emancipação dos Escravos (2,29%) ou tiveram a liberdade concedida pelo Juiz de Órfãos (1,14%).⁶³

Em 1871, João Ferraz de Araújo (curador e administrador dos bens de Francisca Maria dos Reis), perante o Juiz, disse que “existe a liberta Rosa e Carlota, filha desta [...], com cartas passadas pela dita finada Francisca”. Ele declarou que “o ouro lavrado, declarado no arrolamento, já não existe, por ter a finada inventariada, muito antes de sua morte, os ter dado em pagamento a liberta Carlota”.⁶⁴ Em 1869, Mariana, escrava de Manoel da Silva Gusmão, moveu uma ação executiva de cobrança de dívida contra o tutor de João e Anna, filhos do finado Joaquim da Silva Gusmão, a fim de receber o pagamento de serviços prestados na sua propriedade.⁶⁵ Portanto, não é de se estranhar que 56,97% das cartas de liberdade, citadas nos inventários pesquisados, tenham sido compradas pelo próprio escravo ou por sua mãe. Nesse

⁶² A mesma observação feita por Algranti (1998, p. 100-105) relata que os escravos que circulavam por todos os lados da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, eram supervisionados pelo poder público. Nesse caso, a polícia era encarregada de vigiar o movimento dos escravos nas ruas.

⁶³ Fonte: FMDJB. Inventário de Santo Antônio da Barra de 1860-1888.

⁶⁴ Fonte: FMDJB. Inventário de Francisca Maria dos Reis, nº 334 de 1871.

⁶⁵ Fonte: FMDJB. Ação Executiva. Mariana, escrava de Manoel da Silva Gusmão, nº 289 de 1869.

contexto, verifica-se que em Santo Antônio da Barra, a libertação dos cativos deveu-se mais à concorrência dos próprios escravos do que à disposição “benevolente” dos seus senhores.

Uma situação que merece destaque ocorreu em 1862, com a morte da ex-escrava Ritta Africana, viúva do lavrador João Teixeira, livre. Passados 2 anos da morte do casal “sem testamento, nem descendentes, ascendentes ou herdeiros conhecidos”, os irmãos de João Teixeira quiseram tornar-se herdeiros do casal, mas, a Fazenda Pública requereu a apreensão dos poucos bens deixados, entre os quais estava a escrava Ana africana, de 40 anos, avaliada em 500\$000 (quinhentos mil réis), que foi apreendida junto com seu filho Aprígio, de 8 anos de idade.

O Juiz foi informado de que “o escravo Aprígio fora liberto pela mulher do intestado João Teixeira (ambos vivos), parece que para ter lugar essa liberdade deveria haver expresso consentimento do marido”. E, para firmar a escritura de tal doação ou benefício, foi feita por ela uma carta ao mesmo escravo, “como se depreende das restritas Decisões transcritas nos Tribunais de Revista de nº52, de 28 de fevereiro e de 15 de maio de 1858”. Intimado por requerimento da Coletoria da vila, no dia 02 de outubro de 1862, o menor Aprígio, representado por Joaquim Simões de Oliveira, compareceu a juízo “a fim de exhibir carta de liberdade, com a qual goza della”, ao Juiz. Abaixo, segue o teor da “carta de liberdade” de Aprígio, feita em 28 de setembro de 1858, quando ele tinha 4 anos:

Digo, eu, Ritta Maria do Espírito Santo, que entre os meus bens que possuo, livres e desembargados, é bem assim um escravinho crioulo de nome Aprígio, de 4 anos de idade, o qual transfiro a sua liberdade gratuitamente por amor que lhe tenho, e por isso poderá gozar de sua liberdade como de ventre livre nascera, e por não saber ler nem escrever pedi ao escrivão Esperidião Gonsalves dos Santos que esta por mim passasse, e a meu rogo assinasse como testemunhas abaixo assinadas. Fazenda do Buraco, 28 de setembro de 1858. Arogo de Ritta Maria do Espírito Santo. Esperidião Gonsalves dos Santos e demais testemunhas.⁶⁶

No caso supracitado, destacam-se as seguintes variáveis: a união conjugal entre um homem livre e uma ex-escrava, uma liberta que se torna senhora de escravos, o “amor” como motivação para conceder a liberdade. Nas cartas de liberdade, o proprietário se apresentava e identificava o escravo a ser beneficiado, com nome, idade, cor, naturalidade e profissão. Geralmente, eram descritos os motivos que justificavam a emancipação e as possíveis

⁶⁶ Fonte: FMDJB. Inventário de João Teixeira e Rita Maria do Espírito Santo (africana), nº 128 de 1862.

limitações ou condições impostas à liberdade. Informava-se também se o senhor recebeu alguma forma de pagamento.

Neste capítulo foi possível verificar que os escravos de Santo Antônio da Barra foram sujeitos inseridos no contexto da história da Ibero-América. A partir das categorias distintivas de “qualidade”, condição, cor e nação, verificaram-se os altos graus de mestiçagens presentes na população do termo, confirmaram-se os trânsitos culturais e a mobilidade social, como processos marcantes na vida e na libertação escrava.

As autoridades constituídas usaram todas as prerrogativas necessárias para usufruir dos benefícios concedidos pela lei e pela tradição. O maior benefício foi a manutenção da escravidão, até se esgotar os recursos da sua validade.

A mobilidade representou um movimento instável no interior dos grupos de livres, libertos e escravos. Provocou disputas e diversos tipos de manifestações, cujo objetivo era melhorar a situação social, econômica e política no interior dos grupos. A família constituiu-se um meio de projeção, ao mesmo tempo um escopo que garantia a ascensão ou a decadência das pessoas ou dos grupos. Mesmo sob o jugo do cativo, havia disputas, hierarquias e diferenciações de *status* no meio escravo, e o objetivo, quase sempre, era melhorar as condições de vida com vistas para a liberdade.

4 O TRABALHO ESCRAVO DO LUGAR

4.1 A MÃO DE OBRA DOS ESCRAVOS DO SERTÃO

Este capítulo trata da participação dos escravos na dinâmica econômica e social do termo de Santo Antônio da Barra, do trabalho mestiço e do modo como esse se configurou na policultura, no período de 1860 a 1888. Esses temas serão tratados tendo em vista o contexto em que parte da economia interna de subsistência foi constituída, a partir da mão de obra dos cativos, forros e livres.

No início da colonização da América pelos ibéricos, a participação socioeconômica de pessoas vindas do continente africano, a partir da escravização do trabalho, foi decisiva para que o projeto colonizador obtivesse êxito. De acordo com a historiografia, somente a exploração do trabalho das populações indígenas do continente americano, como livres ou como escravas, não foi suficiente para que exploradores e conquistadores transformassem o continente em um empreendimento exitoso.

Na América portuguesa, para enfrentar a falta de colonos e contornar a crescente demanda por força de trabalho, a Coroa decidiu investir no tráfico de escravos africanos pelo Atlântico. Os domínios que Portugal possuía em algumas regiões da costa da África e a possibilidade de venda das pessoas como escravas poderiam trazer lucros para os cofres da fazenda portuguesa e foram, a princípio, os dois principais fatores que conduziram o empreendimento do império ultramarino.

Gruzinski (2002), nas pesquisas sobre a mão de obra indígena na Cidade do México, de 1550 a 1600, observa que, apesar da exploração, os índios aprenderam com os europeus os ofícios de alfaiate, ferreiro, serralheiro, produtor de cadeiras e de instrumentos musicais, e inseriram nessas artes os traços da cultura dos povos mexicas. Aprenderam novas técnicas e o manuseio das ferramentas mais sofisticadas que existiam, trazidas da Europa. Esse aprendizado contribuiu para a configuração da divisão social do trabalho e para a difusão da arte indígena, fazendo com que a produção adquirisse características mestiças, num processo de bricolagem, ou seja, coexistindo as antigas e as novas maneiras. Nas construções das catedrais, por exemplo, embora a arquitetura devesse seguir os modelos europeus, o uso da mão de obra indígena fez com que fossem introduzidos elementos não europeus. Segundo o autor, o êxito da aprendizagem indígena foi tamanho, que os europeus permitiam que os índios trabalhassem com as novas ferramentas, no seu lugar. “Contudo o setor indígena não foi capaz de conseguir uma autonomia própria no campo dos novos ofícios” (GRUZINSKI,

2002, 326), que se caracterizaram pelo domínio das populações, através controle espiritual, moral e material.

Salazar-Soler (2002, p. 141-142) analisou as formas de trabalho escravo dos povos indígenas e as inovações técnicas relacionadas às mestiçagens, nas minas de prata de Cerro Rico de Potosí, nos séculos XVI e XVII. A autora refletiu sobre as relações de trabalho mestiço nas minas, num contexto de atividades marcadas pela imposição colonial e, em particular, pela coerção da mão de obra. Ela tratou dos momentos e dos contextos em que a dinâmica entre traslado de tecnologias, inovações técnicas, controle da produção e organização da mão de obra, permitiram ou não uma mestiçagem nas relações de trabalho.

As relações de trabalho que envolviam técnicas, formas de organização, discursos, representações, especializações, no contexto das sociedades miscigenadas, a partir da experiência dos povos indígenas, europeus e africanos nas Américas, permitem pensar a realidade globalizada, sem perder as distinções, as peculiaridades e as diversas heranças históricas.

Durante o processo de colonização na América espanhola, os escravos africanos eram empregados em todas as ocupações e os índios, por conta da sua condição jurídica de não escravos, eram submetidos aos sistemas de “*encomiendas*”, de “*repartimientos*” e “*mitas*”, obrigados a trabalhar nas fazendas, nas casas e nas minas, em troca de pagamento ínfimo e obrigados a pagar impostos para o “*encomendero*”:

as pessoas eram submetidas a esses sistemas e daí se diz trabalho forçado ou compulsório ou, ainda, ‘trabalho escravo’, que era uma das formas de obriga-los ao labor. O emprego quase exclusivo dessa gente em algumas tarefas específicas foi contingencial. Na ausência dos escravos ou dos *mitayos*, por exemplo, assumiram-nas ou as assumiram gente livre ou liberta, fosse forçadamente ou por alguma remuneração. Quanto mais urbanizada a região escravista, por exemplo, menos exclusividade houve no tipo de trabalho realizado pelos escravos, dada a quantidade quase sempre grande de forros e de não-brancos nascidos livres que se formou, principalmente a partir do século XVII (PAIVA, op. cit., 2012, p. 96-97 – grifos do autor).

Estas organizações de trabalho, as formas como negros, índios e mestiços desempenhavam as atividades, em várias regiões da América espanhola, atestam a proximidade física dos grupos, a intersecção de conhecimentos técnicos e práticos compartilhados por esses e por outros grupos. Essas dinâmicas de trabalho representam resultados comuns na história da formação das sociedades ibero-americanas.

As adaptações, as mestiçagens no mundo do trabalho e a flexibilidade nas relações sociais definiram as diferenças de vida e de trabalho entre os escravos que viviam nos sertões

e os escravos do litoral, especificamente das localidades de cultivo da cana. O trabalho com essa cultura, com vistas à exportação, exigia mais horas de trabalho, desde o cultivo do solo, passando pela colheita, até a produção do açúcar. As atividades duravam praticamente o ano todo, o uso da mão de obra exigia mais força e resistência de homens jovens e adultos, do que de mulheres. O trabalho contínuo, pesado e insalubre causava altos índices de mortalidade, exigindo a reposição constante nos planteis (SCHWARTZ, 2001, p. 92).

Esse recorte torna-se basilar para pensar o conceito de “trabalho mestiço”, a partir das experiências dos africanos e de seus descendentes mestiços, na condição de escravos, forros e nascidos livres na sociedade sertaneja da Serra Geral. As experiências que já foram pesquisadas colaboram para pensar, de forma comparativa e conectada, sobre como se processaram as formas de trabalho e a flexibilidade nas relações sociais e, assim, compreender, em parte, como se desenvolveu a sociedade brasileira durante vigência da escravidão no período em questão.

As formas mistas do trabalho escravo e livre, que movimentavam a economia nos sertões, nessa perspectiva, tiveram a mediação das mestiçagens, do intercâmbio das economias, da circulação dos conhecimentos milenares, apresentados nas formas de fazer dos grupos étnicos dos quatro continentes. Barth entende que quando se fala em “grupos étnicos”, trata-se de categorias de atribuição e edificação, elaboradas pelos próprios autores, caracterizadas pelas formas de organização integrada entre as pessoas e os grupos sociais que eles representam.⁶⁷ “As distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais, mas, ao contrário, é frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos” (BARTH, 2000, p. 26).

A trajetória colonizadora na América Ibérica, do século XVI ao XVIII, permite adentrar pelo século XIX, período marcado pelo dinamismo do trabalho e da economia escravista, em que homens e mulheres protagonizaram as diferentes formas de ocupação nos espaços rurais e urbanos. No Sertão da Serra Geral, esses sujeitos desempenhavam múltiplas atividades, as mais diversas e singulares ocupações na roça, as ocupações especializadas nas oficinas artesanais que funcionavam quase sempre no interior das casas, os serviços domésticos, as práticas comerciais do tropeirismo, com os seus senhores. Santos Filho teceu comentários sobre os percalços enfrentados no ofício de tropeiro, na companhia dos mestiços livres, libertos e escravos:

⁶⁷O uso dos conceitos/categorias, ao longo dos séculos, foi se alterando e agregando novos significados que se imbricava nas dinâmicas das mestiçagens biológica e cultural, associadas às formas de trabalho compulsório e livre, com seus produtos e grupos sociais que iam se formando.

Duro e penoso era o ofício de tropeiro. Caminhos ruins e estreitos, pouca água, contratemos que acarretavam perda de carga e até dos animais... exigiam do condutor a maior atenção, o maior cuidado. Devia, além do mais, prover à alimentação dos ajudantes (mulatos libertos, negros escravos) e dos animais (SANTOS FILHO, 1956, p. 255).

Nesse contexto, Santos Filho chama a atenção para os desafios enfrentados pela comitiva, que exigia de todos muita experiência como, saber o tipo de mercadoria que transportavam, o tipo de animais que compunha a tropa, a geografia dos terrenos sertanejos que iam atravessar e as distâncias a serem percorridas. Toda experiência e conhecimento serviam para que os prejuízos fossem pequenos diante de tantas dificuldades enfrentadas pelo comerciante tropeiro.

Dois dos inventários de Santo Antônio da Barra eram de comerciantes tropeiros. O primeiro, de Antônio Pereira Dutra,⁶⁸ possuía três escravos tropeiros solteiros, identificados como Roberto, crioulo, com idade de 39 anos; Felizardo, cabra, com 38 anos e Cirilo, crioulo, com 24 anos. A idade desses cativos sugere que eram pessoas experientes em suas ocupações. Entre os setenta animais de cargas estavam bois, cavalos, burros, mulas e potros. Isto dá a dimensão das suas experiências e habilidades. O segundo documento é o inventário de Maria Thereza de Jesus,⁶⁹ que possuía um escravo com ocupação de tropeiro, identificado como José, crioulo, com idade de 29 anos.

No decorrer do século XIX foi intensa a movimentação dos comerciantes tropeiros, que faziam o roteiro do litoral às localidades do Sertão da Serra Geral, passando por Santo Antônio da Barra, bem como daquelas que faziam os caminhos por estradas que levavam às diversas partes do sertão baiano e do território brasileiro. As relações sociais mestiças, na atividade do tropeirismo, contavam com algumas peculiaridades, pois durante as viagens todos “[...] dividiam as delícias e as dores do caminho, bebiam da mesma caneca, trocavam experiências e contavam estórias com os camaradas, tocadores, arrieiros e cozinheiros, sendo eles escravos ou homens livres” (PAES, 2001, p. 6).

O êxito da economia de Santo Antônio da Barra foi verificado na amostra composta pelos 300 inventários, no período entre 1860 a 1888. Nos 223 documentos que tinham registros de escravos, somam-se 1.528 indivíduos, entre homens, mulheres e crianças, qualificados, em sua maioria, na condição de escravos africanos, pretos, crioulos, pardos e

⁶⁸ Fonte: FMDJB. Inventário de Antônio Pereira Dutra, nº438 de 1785.

⁶⁹ Fonte: FMDJB. Inventário de Maria Thereza de Jesus, nº 666 de 1884.

cabras.⁷⁰ Esses cativos pertenciam a um extenso número de proprietários ricos e pobres. Na maioria dos casos analisados, os proprietários e proprietárias mais pobres desempenhavam as mais diversas tarefas e atividades econômicas, como aquelas assumidas por escravos. Trabalhavam com comércio, transporte, artesanato, agricultura, entre outras ocupações.

Na coexistência de trabalhadores livre e escravo, nota-se o delinear da divisão dos trabalhos entre homens e mulheres; considerando a faixa etária entre crianças, adultos e velhos; e concentrando-se na especialização, entre os mais e menos qualificados. Assim, os proprietários com muito ou pouco recursos seguiam o movimento da dinâmica cultural própria daquele período, em que a maioria das pessoas livres, principalmente “brancas”, tinha escravos para exercer as mais diversas atividades.

O mundo do trabalho no sertão era dinâmico e diverso, de forma que muitas pessoas na condição de cativas trabalhavam em diversas especialidades, como artesãos, alfaiates, sapateiros, ferreiros, construtores e tantas outras. Outros trabalhavam para seus senhores e para si e, por isso, conseguiam formar pecúlio e comprar ou negociar a própria alforria ou para algum familiar, esposa, filhos ou pais. As pesquisas demonstraram que as mulheres foram as que mais conseguiram obter êxito na compra das alforrias. Tal sucesso pode estar relacionado ao trabalho nas oficinas de confecção de tecidos e de outros artesanatos, onde trabalhavam brancos pobres, negros e mestiços, sendo a maioria formada por mulheres e crianças.⁷¹ Esses fatos sugerem que “muitos libertos continuavam exercendo suas antigas ocupações escravas após a alforria e que havia uma hierarquia de trajes na população escrava do Brasil, determinada, em parte, pela ocupação de cada um” (LIBBY & FURTADO, 2006, p. 13).

Práticas como essas foram determinantes para a divisão e a configuração do trabalho mestiço naquele período e local. Aos escravos, além de possibilitar a compra da liberdade, permitia que, quando libertos, pudessem adquirir alguma forma de mobilidade social pessoal e, principalmente, familiar, distanciando-se o máximo que pudessem do estigma da escravidão.

Pires (2009, p. 268) lembra que em Caetité e Rio de Contas, durante o século XIX, muitos ex-escravos mantiveram-se na condição de agregados nas propriedades de seus antigos senhores ou ainda “na condição de maior mobilidade”, exercendo o ofício de jornaleiro (diarista), de vaqueiro ou tropeiro, de lavrador, alfaiate, pedreiro, carpinteiro e sapateiro.

⁷⁰ Fonte: FMDJB. Inventários de Santo Antônio da Barra de 1860-1888.

⁷¹ Fonte: FMDJB. Inventários de Santo Antônio da Barra de 1860-1888.

Freyre (1998, p. 251) se refere ao grande número de mestiços e filhos ilegítimos de senhores e padres, indivíduos de *status* intermediários, que quase sempre assumia a função de “escravo doméstico” ou agregado da família. Segundo o autor, essa era uma categoria genérica, pois reunia uma série de ocupações profissionais dentro da casa do senhor. Contrariando a afirmação de Freyre (1998), Guedes (2005, p. 241) chama a atenção para a utilização dos termos “serviço doméstico” e “escravo doméstico”, pois, segundo ele, são termos distintos. O “escravo doméstico” designa o trabalho que o cativo realiza dentro da casa, separado dos que trabalham na lavoura ou em outra atividade fora da casa. Segundo ele, “escravo doméstico” é uma classificação que vai além da atividade desempenhada por um escravo no interior dos lares e não deve ser confundido com os “serviços domésticos”, que remetem ao cotidiano do lar.

Neste sentido, as atividades desempenhadas por escravas costureiras, rendeiras, fiandeiras, tecelonas, cozinheiras, bordadeiras, engomadeiras e artesãs, dentre outras, não necessariamente as classificavam como “escravas domésticas”, uma vez que elas poderiam oferecer rendimentos aos senhores sem estarem trabalhando fora de casa. Outra observação importante é que essas ocupações nem sempre possibilitavam grande mobilidade ou distanciamento físico em relação aos senhores:

Costureiras, rendeiras e fiandeiras geralmente passavam o dia, com suas almofadas, rocas e fusos, a fabricar e remedar tecidos. Ficavam quase sempre sentadas de pernas cruzadas, no chão, ao redor da senhora ociosa que [encontrava] algo de parecido com uma ocupação no fato de superintender o trabalho delas e censurar seus erros (GUEDES, 2005, p. 238).

Considerando o termo “escravo doméstico” apontado acima, nota-se que em Santo Antônio da Barra as mulheres escravas exerciam ocupações mais especializadas do que os homens de mesma condição. Os homens cativos trabalhavam na agricultura, na produção da farinha de mandioca, aguardente, rapadura e fumo, na lida com o gado, no transporte boiadeiro para outras localidades ou como tropeiros.⁷² Esses dados constatarem as relações de ocupações na ordem socioeconômica e cultural da sociedade escravista, que contribuíram para a redefinição do cenário dos sertões da Bahia, ao longo últimas três décadas (1860 a 1880).

De acordo com os documentos pesquisados no termo, a exceção foi marcada pelo trabalho doméstico feito, na maioria das vezes, por mulheres; ao passo que as atividades consideradas mais pesadas foram reservadas aos homens, como por exemplo: marcação do

⁷²Fonte: FMDJB. Inventários de Santo Antônio da Barra de 1860 a 1888.

gado, viagens boiadeiras e torrefação da farinha. Fora isso, homens e mulheres desempenhavam as mesmas funções nas atividades agrícolas, na pecuária e no comércio; nas atividades manufatureiras como o preparo da mandioca para a farinha, da rapadura, do requeijão, da aguardente, do fumo, entre outros; na produção artesanal dos tecidos de algodão, couro, chifre, chapéus e utensílios de barro, entre outros (TORRES, 1924, p. 77). Como se percebe, a economia dessa localidade atendia ao consumo local, era adequada ao clima e ao solo semiáridos, e caracterizada pela não exigência de altos investimentos, de infraestrutura, de equipamentos e de construção de grandes prédios. A rusticidade do sertão favoreceu, em todos os sentidos, a adaptação e a lucratividade dos colonizadores que ali se estabeleciam.

Pelas descrições de suas ocupações e pelo valor que foi dado a cada escrava, considerando a idade de cada uma, vê-se que aquelas de mais idade executavam apenas serviços comuns dentro da casa, não exerciam atividades que exigiam profissionalização e eram de menor valor. De maneira geral, percebe-se que as habilidades aumentavam o valor de venda e influenciavam na permanência dos escravos na propriedade, mas também contribuíam negativamente para a compra da alforria e a conquista da liberdade.

O trabalho mestiço, como categoria de análise, permite a compreensão de como as formas de trabalho e as misturas entre escravos, forros e livres, em Santo Antônio da Barra, no século XIX, se imbricavam e como as suas características peculiares eram reflexos da cultura do trabalho na cultura brasileira e nas Américas. As mesclas de aprendizagem e adaptação confluíram-se, cresceram e se reproduziram, tornando-se fundamentais para a constituição das sociedades sertanejas. A formação social oriunda do contato com outros povos originou uma sociedade amalgamada por múltiplos aspectos, não só de variáveis na cor da pele, mas também na cultura, nas formas de fazer e de inventar as existências individuais, o que proporcionou aprendizados que modificaram os ambientes, as paisagens e os espaços. Essas múltiplas transformações nas formações sociais se deram “devido a razões de ordem social, à valorização do indivíduo e do seu grupo, a condições de vida, de ambiente, de alimentos, de acidentes históricos, hábitos culturais, em suma a cultura” (RAMOS, 2004, p. 146-147).

Os inventários *post mortem* e as “Relações de Escravos” contidas neles ajudam a pensar o cotidiano socioeconômico e cultural em Santo Antônio da Barra, na medida em que revelam a mão de obra mestiça na policultura de subsistência e noutros tipos de ocupações. Nesses documentos, os escravos que compunham o conjunto dos bens semoventes eram apresentados com as ocupações e as habilidades que os caracterizavam. Eram descritos também os instrumentos de trabalho e os produtos deixados entre os bens móveis

inventariados, somados às roças, hortas, construções e pontos comerciais, sinalizando que os escravos estavam envolvidos nas mais variadas atividades, comuns nas sociedades do sertão baiano, na segunda metade do século XIX. O Quadro 5, abaixo, traz algumas informações sobre as ocupações e habilidades desses cativos, no período de 1860 a 1888:

Quadro 5 – Ocupações dos escravos do termo de Santo Antônio da Barra - 1860-1888. De acordo com os inventários

Descrição da ocupação dos escravos descrito nos inventários <i>post mortem</i>				
Ocupação/ profissão	Homem	Mulher	Total	%
Carpina	3	0	3	0,20
Costureira	0	19	19	1,25
Cozinheira	0	19	19	1,25
Doméstica	0	55	55	3,60
Ferreiro	4	0	4	0,26
Fiandeira	0	18	18	1,19
Lavadeira	0	2	2	0,15
Lavrador	187	0	187	12,24
Mineração	1	0	1	0,06
Rendeira	0	1	1	0,06
Serviço da roça	3	0	3	0,20
Tecelona	0	1	1	0,06
Tropeiro	5	0	5	0,32
Vaqueiro	23	0	23	1,51
Não informa	718	469	1.187	77,70
Soma	944	584	1.528	100%

Fonte: FMDJB – Inventários – 1860-1888.

Os dados expostos no Quadro 5 descrevem as habilidades da mão de obra mestiça, de homens e mulheres, adultos, crianças e idosos que, no cotidiano das relações trabalhistas, desenvolviam as mais diversas ocupações, utilizando-se de diferentes técnicas aprendidas no decorrer dos anos. Vê-se que a policultura e a pecuária, somadas à confecção artesanal e ao comércio, foram fundamentais para a sobrevivência naquela localidade.

Além dessas 14 ocupações e especialidades presentes nos inventários, encontram-se também os escravos chamados de “roceiro”, engomadeira, bordadeira e o profissional de arreio (selaria), profissões essas que aparecem nas “Relações de Escravos”, anexas nos documentos pesquisados.⁷³

⁷³Fonte: FMDJB. Inventários de Santo Antônio da Barra de 1860-1888.

Uma quantidade expressiva de mulheres classificadas como de “serviço doméstico” demonstra que elas foram muito requisitadas e valorizadas na costura e na confecção artesanal de tecidos, junto com livres e forras. Observa-se ainda que dos 1528 escravos arrolados nos inventários, 77,70% não tiveram sua ocupação declarada, o que aponta para o exercício de diversas ocupações sem qualificações ou especializações. Das quatorze ocupações descritas, as desempenhadas por homens estão mais relacionadas ao serviço de campo, como “lavrador” (187), “carpina” (3) e “serviço da roça” (3). Entre os serviços especializados, não ligados à lavoura, estão os de vaqueiro (23), ferreiro (4) e tropeiro (5) que, por serem desempenhados longe do senhor, permitiam ao cativo maior mobilidade física, fruto da mobilidade social alcançada no interior do cativo.

O que chama atenção é que as mulheres aparecem mais na configuração das ocupações especializadas, nas ocupações relacionadas aos serviços fora do campo e em ambientes mais restritos. São denominadas como “domésticas” (55), “costureiras” (19), “cozinheiras” (19), “fiadeiras” (18), “lavadeiras” (2) e “tecelonas” (1). Sabe-se, no entanto, que o fato de terem as profissões descritas, não impedia que esses cativos realizassem trabalho no campo, principalmente no período de plantio e no trato das culturas – como as capinas e as colheitas. Essas atividades exigiam maior número de mão de obra, fosse masculina ou feminina, cativa, forra ou livre.

Os dados do Quadros 5 ratificam as informações expostas no Recenseamento Imperial de 1872, no qual as ocupações de lavradores e serviço domésticos são as que possuíam maior número de escravos. Assim como nos inventários, a primeira era composta mais por homens e a segunda por mulheres. De acordo com o recenseamento, a maior parte da população, constituída por homens e mulheres, na condição de escravos, forros e livres, exercia atividades profissionais na “qualidade” de lavradores, criadores e trabalhadores domésticos. O recenseamento de 1872 mostra uma quantidade de 2.436 mulheres livres e 102 escravas nas ocupações de costureiras profissionais. Essa mão de obra tão requisitadas sinaliza que aquele era um lugar em que a confecção de tecidos de algodão era expressiva.

Juntos, os serviços de lavoura e de roça corresponderam à ocupação de 53% dos escravos, o que indica que a agricultura desenvolvida pelo trabalho mestiço de cativo foi bastante variada e significativa, em Santo Antônio da Barra. Contudo, as demais habilidades femininas e masculinas dos escravos apontam para a crescente confecção artesanal, o comércio e o uso de muitos dos produtos que circulavam naquela área.

As informações sobre a aptidão vêm acompanhadas da idade e do sexo de cada indivíduo, tornando possível inferir sobre a divisão do trabalho conforme os sexos e a faixa

etária. Nos inventários aparecem crianças com idade de três, quatro e cinco anos, classificadas como lavradoras e domésticas, uma situação comum, pois os avaliadores, chamados de “*marchand*”, ao classificarem os filhos de escravos, os registravam de acordo com as ocupações dos pais, por estarem inseridos no processo de aprendizagem e iniciação no mundo do trabalho, de modo a garantir que as crianças não representassem um fardo para os senhores (PINHEIRO, 2005, p. 173).

Em Santo Antônio da Barra, ano de 1870, os dados do inventário de Dona Felícula Maria de Jesus,⁷⁴ residente na Fazenda da Pedra, proporcionaram um quadro demonstrativo do funcionamento das estruturas do trabalho mestiço exercido pelos escravos daquele lugar. No monte mor dos bens inventariados, consta que havia o valor de 12 contos 970 mil réis, referente aos seus 21 escravos (10 homens e 11 mulheres). Dentre esses, 7 eram crianças (0 a 5 anos); 7 eram adultos (20 a 40 anos) e 7 eram velhos (42 a 78 anos). Esses cativos foram descritos como crioulos (12) e cabras (9). As suas ocupações apresentam a divisão dos trabalhos, necessárias às propriedades de Dona Felícula. Dentre as atividades femininas, percebe-se que o “serviço doméstico” era o que mais ocupava as cativas. As atividades especializadas compreendiam ferreiro, vaqueiro, carpina (ou carpinteiro), lavrador, na cultura da mandioca, da cana de açúcar e na pequena roça de algodão; tecelã e fiandeira; doméstica na confecção artesanal de bordado, crochê, lençóis, toalhas, entre outros. Nessas ocupações, os cativos eram obrigados a se especializarem em outras artes ou ofícios, relacionadas à sua habilidade profissional, como as de ferreiros, construtor de casas, entre outras. Isso fazia a diferença entre cativos mais e menos habilidosos e influenciava no tempo da sua permanência na propriedade.

No inventário supracitado, percebe-se que quanto mais especializado e jovem fosse o escravo, maior era a sua avaliação no momento da venda, pois esses eram mais caros no mercado. Um bom exemplo são os dois escravos com a mesma profissão de ferreiro, o cabra Clemente, com idade de 78 anos, foi avaliado em 400 mil réis, ao passo que o crioulo José, com 20 anos de idade, foi avaliado por 1 conto e 200 mil réis. Noutro caso, escravos com idade entre 40 e 55 anos, Francisco, crioulo, com 40 anos, profissional seleiro, foi avaliado em 1 conto de réis; Damião, crioulo, com 52 anos, profissional vaqueiro, avaliado em 600 mil réis e Victorino, crioulo, com 55 anos, lavrador, avaliado em 750 mil réis.

As mulheres escravas também tiveram o valor definido de acordo com a idade e a profissão ou especialização: Apolônia, crioula, com 42 anos, profissão tecelã, avaliada em

⁷⁴ Fonte: FMDJB, inventário de Dona Felícula Maria de Jesus, nº 311 de 1870.

800 mil réis; Jonária, crioula, com 22 anos, “serviço doméstico”, avaliada em 1 conto de réis; Joana, cabra, com 36 anos, doméstica, avaliada em 950 mil réis e Alexandrina, cabra, com 48 anos, classificada como “do lar”, avaliada em 350 mil réis.

As mulheres, identificadas como costureiras, fiandeiras, rendeiras ou tecelãs, ocupavam-se também das formas diversificadas do “serviço doméstico”. Segundo Pires (2009, p. 223), “a ostensiva qualificação de ‘costureiras’, fiandeiras e tecelãs nos autos, em período anterior e posterior à abolição, se explica, ao menos em parte, pela presença da cultura do algodão na região de Caetité”.

Essa situação se repetiu na Imperial Vila da Vitória, no Sertão da Ressaca, onde escravos, forros e livres exerciam as mesmas profissões que havia no Sertão da Serra Geral. De acordo com Santos, os dados do recenseamento de 1872 apontam que o maior número de escravos estava nas ocupações relacionadas às atividades do campo, como roça e lavoura, sendo os pardos os que mais aparecem nas ocupações. Em relação às atividades especializadas exercidas por mulheres, “a prestação de serviços, como costureira, serviço doméstico e cozinheira, foi ocupada por mulheres que não tiveram indicada sua “qualidade”, o mesmo ocorreu com os homens que se declararam artistas” (SANTOS, 2015, p. 135).

No ano de 1875, quando foi lido o inventário de Antônio Pereira Dutra, entre os bens semoventes constavam vinte e um escravos distribuídos de acordo com suas “qualidades”, descritos como crioulos, cabras, pardos cujas ocupações eram: serviço da lavoura (5 homens), tropeiro (3 homens), vaqueiro (1 homem), costureira (2 mulheres) e tecelã (1 mulher):

Quadro 6 – Descrição de escravos de um proprietário - termo de Santo Antônio da Barra - 1875

Descrição dos escravos de Antônio Pereira Dutra em 1875				
Nome	Idade	Cor	Ocupação	Valor
1. Cesário	57 anos	crioulo	Lavoura	160 mil réis
2. Felipe	59 anos	cabra	Lavoura	160 mil réis
3. Silvino	52 anos	pardo	Lavoura	160 mil réis
4. Adirão	42 anos	cabra	Lavoura	500 mil réis
5. Roberto	39 anos	crioulo	Tropeiro	800 mil réis
5. Felizardo	38 anos	cabra	Tropeiro	900 mil réis
7. Cirilo	24 anos	crioulo	Tropeiro	1 conto e 100 mil réis
8. Jesuíno	26 anos	cabra	Vaqueiro	1 conto de réis
9. Signário	22 anos	cabra	Lavoura	1 conto e 100 mil réis

10. Feliciano	14 anos	crioulo	Lavoura	800 mil reis
11. Trajano	12 anos	cabra	-----	800 mil reis
12. Benedicto	8 anos	crioulo	-----	400 mil reis
13. Florinda	36 anos	cabra	Costureira	200 mil reis
14. Salustiana	34 anos	crioulo	Costureira	550 mil reis
15. Profira	33 anos	cabra	Tecelã	500 mil reis
16. Francisca	19 anos	crioulo	-----	500 mil reis
17. Leolina	13 anos	cabra	-----	500 mil reis
18. Rufina	9 anos	cabra	-----	300 mil reis
19. Joaquina	8 anos	crioulo	-----	250 mil reis
20. Francelina	7 anos	crioulo	-----	200 mil reis
21. Joana	-----	-----	-----	250 mil reis

Fonte: FMDJB. Inventário de Antônio Pereira Dutra, n° 438 de 1875.

O Quadro 6, que apresenta a lista de escravos do inventário de Antônio Pereira Dutra, de 1875, traz um exemplo da diversidade da mão de obra mestiça dos cativos, no que se refere à “qualidade” das ocupações, e sugere uma variedade de atividades ligadas à policultura de subsistência, à manufatura e ao comércio. A descrição dos bens móveis e imóveis do inventariado sugere que ele praticava comércio interno e externo, com Portugal e Espanha, pois foram deixados como herança 26 patações⁷⁵ brasileiros de 2 mil réis, somando 52 mil réis; 54 patações portuguesas e espanhóis, somando 112 mil réis; 22 moedas de ouro de dez mil réis, somando 440 mil réis; 9 moedas brasileiras de ouro de 10 mil réis, somando 90 mil réis; 2 moedas portuguesas de ouro de 9 mil réis, somando 165 mil réis; e dinheiro em papel, somando 165 mil réis.

Nesse inventário, os escravos mais valorizados foram os profissionais tropeiros, com valores entre 800 mil réis e 1 conto e 100 mil réis, com idades de 24, 38 e 39 anos; e o vaqueiro com idade de 26 anos, avaliado em 1 conto de réis. Certamente, essa valorização se deveu ao fato de serem as tropas o meio mais fácil para o transporte e a circulação de mercadorias.

⁷⁵ A pataca se refere a moeda espanhola no valor de 420 réis cada, que circulou em Portugal e na América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640). Após a restauração do Reino de Portugal lançou-se uma *pataca*, em prata, correspondente a 320 réis. Já o pataco (ou patacão) circulou no século XIX e equivalia a 40 réis. Ver em NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agropastoril do Alto Sertão da Bahia*. Doutorado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p. 6.

Embora não apareça na documentação, foi muito significativa a presença dos indígenas e de seus descendentes no sertão da Serra Geral, no século XIX. Eles estavam incorporados nas relações de trabalho, fato que contribuiu para romper as fronteiras socioeconômicas e étnicas, ao passo que significou a dominação e supressão das culturas indígenas na América portuguesa.

Sobre o contexto da América espanhola do século XIX, Guilherme Boccara (2002) apresenta uma reflexão a cerca das mestiçagens, do trabalho e da resistência na fronteira hispanomapuche, na região da Patagônia, onde a incorporação de novos indivíduos e grupos na organização socioeconômica das áreas indígenas “levaram à formação de um panorama sócio étnico totalmente novo, que lhes permitiram escapar dos dispositivos de exploração econômica, de dominação sociocultural e de submetimento político implementados pelos agentes coloniais” (BOCCARA, 2002, p. 266). Segundo o autor, a relação de trabalho e os diferentes tipos de mão de obra existentes na sociedade reche-mapuche, nos primeiros tempos do período colonial, permitiram destacar três aspectos do sistema socioeconômico do lugar: o primeiro, apresentado pelo o trabalho coletivo, o segundo, pelo trabalho individual e livre e o terceiro, pelo trabalho cativo – excluído por estatuto jurídico que definia as regra da escravidão. Para ele, a combinação de trabalho mestiço e resistência possibilitaram o desenvolvimento e a organização dos habitantes daquela região.

Retomando a investigação sobre Santo Antônio da Barra, vê-se que muitos inventários trazem uma variedade de produtos de diferentes regiões do globo, que se misturaram à cultura sertaneja, todos em grande quantidade, para uso nos domicílios e para o sortimento do comercio local. D. Maria Berlinda de Nazareth Torres,⁷⁶ moradora na Fazenda do Candial, por exemplo, deixou, entre os bens móveis, os seguintes produtos: balança inglesa, licor inglês, vinho do porto, manteiga inglesa, aguardente do reino, algodão trançado inglês, xales franceses de quatorze quartas, chita francesa, pano da costa francesa, cosméticos franceses, cravo da índia, vidros de tônico oriental, cravo e pimenta da costa, garrações de cerveja preta, tinteiros e porcelanas.

No inventário de João Ferraz de Araújo Câmara,⁷⁷ morador da Fazenda Jacaré, foram descritos botões de madrepérola, maço de cartas portuguesas e francesas, sabonetes marca “avo”, enxadas inglesas, unguento napolitano em lata, arrobos de sal “inglês”, graxas americanas, barris de pólvora inglesa, chá preto, tigelas “chinesas”; latas com biscoitos

⁷⁶ Fonte: FMDJB. Inventário de Dona Maria Berlinda de Nazareth Torres, nº 496 de 1878.

⁷⁷ Fonte: FMDJB. Inventário de João Ferraz de Araújo Câmara, nº 505 de 1878.

ingleses, vidros de perolas de cristal. Esses artigos demonstram que as histórias estiveram conectadas, através da mão de obra mestiça ou do comércio, e os agentes que estavam sempre em trânsitos, por mares, rios, estradas e caminhos, integraram os sertões aos continentes e promoveram os encontros e as misturas.

Ao mesmo tempo em que expressam os modos de trabalho e a organização da vida dos escravos, o estudo dos inventários apontam que sobreviver no Sertão da Serra Geral e em outros espaços sertanejos circunvizinhos, no decorrer da segunda metade do século XIX, era se ambientar numa sociedade modelada por uma economia localizada e dinâmica, cuja mão de obra mestiça e diversificada estava empregada na pecuária, na agricultura de subsistência e na crescente atividade comercial.

As informações contidas nos inventários, quando cruzadas com os dados das “Relações de Escravos”, não somente ampliam o conhecimento sobre a condição de trabalho dos cativos, como também apontam aspectos da ordem escravocrata e descrevem detalhes da identificação dos escravos, tais como: as aptidões, as profissões e a divisão de trabalho entre homens e mulheres; as trajetórias, que podem ser traçadas quando observados o número da matrícula e a naturalidade dos indivíduos; o valor, atrelado à idade, à profissão e ao gênero.⁷⁸ Por exemplo, segundo os dados retirados da Relação de escravos da D Maria Angélica de Jesus,⁷⁹ no momento da matrícula, em maio de 1871, o escravo Roque, solteiro, de 29 anos, “bom na lavoura”, foi avaliado em 200 mil réis, enquanto a escrava Ignez, solteira, de 30 anos, “boa no serviço doméstico”, foi avaliada em 10 mil réis. Embora com idades próximas, o escravo do sexo masculino, lavrador era 500% mais caro que a mulher doméstica.

A ocupação e/ou habilidade, a idade, o sexo e o valor dos escravos proporcionam uma variável importante para a análise dos plantéis e possibilitam compreender a dimensão da escravaria mestiça, muito relevante para o total da riqueza do proprietário, pois, na maior parte das vezes, o preço dos escravos representava mais da metade do valor total dos bens inventariados. Enfim, revelam parte do tecido social brasileiro mestiço, do século XIX, pois ajudam a perceber as especificidades e generalidades que caracterizaram a escravidão numa parte do sertão baiano, em paralelo com a realidade das outras regiões do país.

As práticas laborais aproximavam não só os escravos, mas também gentes socialmente diferentes, que se serviam das habilidades desses trabalhadores das mais diferentes formas,

⁷⁸Fonte: FMDJB. Inventários de Santo Antônio da Barra de 1860-1888.

⁷⁹Fonte: FMDJB. Inventário de Dona Maria Angélica de Jesus, nº 708 de 1886.

conectando “realidades históricas igualmente distintas, aparentemente apartadas no tempo e no espaço” (PAIVA, 2009, p.11).

Nos inventários, entre os bens imóveis estão as roças de mandioca, algodão, cana de açúcar, arroz, feijão e milho; além de hortas e pomares. Muitos dos bens móveis inventariados são instrumentos de trabalho que apontam, sobretudo, para a intensa atividade de produção da farinha, da aguardente, da rapadura, dos tecidos de algodão entre outros.

Quadro 7 – Relação de instrumentos de trabalho descritos nos inventários – termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

Relação de instrumentos de trabalho inventariados entre 1860 a 1888 em 300 inventários				
Produção de aguardente	Produção de farinha	Produção de tecido de algodão	Produção de utensílios de ferro	Produção de utensílios de madeira
Engenho Alambique de cobre Garrafões Carro de boi Prensa com parafuso Formas de apurar e/ou purificar açúcar Balanças Tachos de cobre	Balança de arame Fábrica de fazer farinha Facões Forno de pedra Forno e prensa Prensa para massa Roda e bulinêta Roda de ralar mandioca	Roda de fiar algodão Tear de tecer pano com seus pertences Tesoura	Alavanca Tenda de ferreiro Truque de ferrar Martelo de ferrar Bigorna Turquesa com dois martelos Serra com armação Serrote	Ferragem para carapina Martelo Serras e serrilhas
Lavoura	Tropa	Ourivesarias	Pecuária	Outros
Enxada Facão com cabo prateado Foíce Machado Puxavante Tesoura grande de eixo	Artigos para montaria Ferramenta de tropa Mala de sola ou bruaca Gibão	Alicate Balancinha com peso de meia libra Forja Lupa Martelo Pinça	Tesoura grande de tosar Instrumentos para marcar o gado Artigos para montaria	Tarrafa para pesca Espingarda Garrucha Pistola de dois canos

Fonte: FMDJB. Inventários. Termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888.

A indicação das ocupações e especialidades dos escravos e a grande quantidade e diversidade de instrumento de trabalho descritos no Quadro 7 confirmam a mão de obra mestiça, pela variedade das atividades nas fazendas e fora delas. Essas práticas tradicionais aproximaram não só escravos, mas também gentes socialmente diferentes, que se serviam das habilidades desses trabalhadores das mais diferentes formas, conectando “realidades históricas igualmente distintas, aparentemente apartadas no tempo e no espaço” (PAIVA, 2009, p. 11).

Sob o prisma das mestiçagens, escravos, forros e livres exerciam as mesmas atividades nas propriedades. De acordo com a época e as demandas, era comum que homens e mulheres escravos exercessem as mais diferentes tarefas, especializadas ou não, necessárias

numa propriedade. Essas experiências fazem pensar na “permeabilidade cultural”,⁸⁰ pois demonstram que esses sujeitos, de modo geral, circulavam por quase todos os espaços da sociedade e mantinham contatos com diferentes tipos de pessoas e objetos, criando espaços de mediação (IVO, 2012, p. 37). Juntos, os serviços de lavoura e da roça corresponderam à ocupação de 53% dos cativos analisados nos inventários, o que significa que a policultura de subsistência desenvolvida por esses trabalhadores foi bastante significativa em Santo Antônio da Barra.

A integração dos escravos nessa sociedade exigia deles, na maioria das vezes, aprendizagens e habilidade nas múltiplas atividades e no trato com as coisas, conhecimento de valores monetários e das relações de trocas, o que demonstra a capacidade de inserção no contexto em que viviam, mesmo com as limitações impostas pelo sistema. Nessa perspectiva, percebe-se que a organização das formas de trabalho mestiço, a partir dos escravos, permitiu que fosse gerada uma economia que não ficou restrita somente à exploração senhorial.

4.2 ESCRAVIDÃO E POLICULTURA

A historiografia⁸¹ demonstra como foi a participação da mão de obra escrava na produção e no comércio de gêneros advindos da pecuária e da policultura de subsistência, atividades desenvolvidas nos sertões, que serviram para o abastecimento interno e se estenderam aos interiores mais distantes. Portanto, a “policultura de subsistência” é entendida como categoria de análise para compreender como esse modelo de produção foi capaz de

⁸⁰ Entende-se por “permeabilidade cultural” o modo como as culturas se imbricam. Ivo explica que, ainda que as fronteiras sejam brandas ou transponíveis, facilitando a mediação, “a riqueza das culturas abriga limites rígidos, resistentes e impermeáveis, dificultando, e mesmo impedindo, os processos de mestiçagem” (IVO, 2012, p. 37).

⁸¹ Sobre os sertões baiano, ver: IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004; _____. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012; SOUSA, Maria Aparecida Silva. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003; _____. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo Annablume, 2009; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012; SANTOS, Ocerlan Ferreira. *Memórias da escravidão e das mestiçagens no Sertão da Bahia do século XIX*. Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015; JESUS, Alisson Luiz Freitas de. *Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pós-escravidão: o sertão das minas entre 1850 e 1915*. Tese (doutor em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José das Mortes, de fins do século XVIII a meados do século XIX*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

gerar autonomia no abastecimento interno e produzir excedentes para a comercialização (NEVES, 2008, p. 76).

Nessa perspectiva, considera-se que juntas, a escravidão e a policultura representaram, para os sertões da Bahia, o que a cana, o açúcar, a mandioca e o tabaco representaram para a baía de Todos os Santos, quando serviram ao abastecimento interno e às exportações.

Desde o início do século XVIII, quando se intensificou o povoamento e a ocupação econômica das áreas sertanejas, a pecuária e a policultura foram fatores preponderantes para a autonomia no abastecimento interno e para a promoção dos fluxos comerciais, inicialmente, para áreas de garimpos de ouro em Minas Gerais, que compreendiam o rio das Velhas e os garimpos de diamantes nas ramificações da serra do Espinhaço. Posteriormente, estenderam-se para as nascentes dos rios Paramirim e de Contas, na Bahia, e “depois para outras áreas de Minas Gerais, para São Paulo, Rio de Janeiro e Recôncavo baiano, alcançando até o mercado exterior” (NEVES, 2003, p. 20).

Essa dinâmica, no decorrer do século XIX, possibilitou a introdução e a diversificação de produtos nacionais e importados, a autonomia de suprimentos, a mercantilização dos excedentes produzidos nas localidades, o desenvolvimento de uma economia conectada, que ligava os diversos lugares sertanejos e se expandia para outras capitânicas, como as que foram destacadas acima. O estabelecimento majoritário de pequenas unidades agrárias, de acordo com a historiografia, aponta para a maior expansão e o incremento da agricultura, compreendida como “policulturas familiares”, mantida pela mão de obra escrava e de agregados, responsáveis pela produção diversificada de alimentos, matérias primas e outros produtos.

A exploração da terra com a pecuária e a policultura, empregando-se a mão de obra escrava, paralelamente ao trabalho de diaristas e à meação, em maior ou menor escala, possibilitou a concentração populacional nas minas do rio das Velhas e de Minas Novas, em Minas Gerais, e ao Sul do rio de Contas. Ainda na metade século XVIII, com o declínio da produção aurífera no Norte de Minas Gerais, a disponibilidade de mão de obra livre permitiu a negociação e, conseqüentemente, a coexistência de diferentes forças de trabalho.

Nesse processo, organizaram-se diversas estruturas produtivas com variados volumes de recursos financeiros, com o predomínio dos pequenos investimentos, sempre na perspectiva de mercado. A circulação se expandiu, condicionada a um conjunto de fatores, dentre os quais se destacavam as limitadas condições de transporte. Ivo destaca que no decorrer do século XVIII, dada a importância e a proporção que os territórios dos sertões do Norte de Minas Gerais e os sertões baianos assumiram, durante a exploração das minas,

ampliou-se a abertura de estradas entre os sertões, as outras vilas e o litoral (IVO, 2012). Por conta desse e de outros empreendimentos, famílias inteiras se instalaram à beira dos caminhos e rios. Com isso, aumentaram a criação de gado e a produção diversificada de gêneros alimentícios:

O conceito de comércio ou de mercado interno permite analisar que, nos sertões, as dinâmicas das trocas de produtos e de coisas, envolveram trocas culturais oriundas de encontros e da diversidade presente entre os agentes envolvidos nas atividades de compra e venda, de mineração, de agricultura, de construção de canais para exploração mineral e nas aberturas de caminhos e picadas (IVO, 2012, p. 238).

Nessas atividades estavam pessoas nascidas na América, na Ásia e na África. Por exemplo, na segunda metade do século XIX, nas beiras do rio Pardo, no lado do sertão baiano, o Viajante Robert Avé-Lallemant (1980, p. 85) observou que negros livres e índios, alemães, franceses e portugueses se fixaram como lavradores em agricultura de subsistência.⁸²

A partir dessas constatações pode-se tratar do “não isolamento sertanejo” (IVO, 2012, p. 20), já que o território colonial, por sua extensão, vinha sendo explorado economicamente, mais intensamente a partir do século XVIII. Além disso, se percebe como a introdução da criação de gado contribuiu para a colonização, no período da mineração. Vê-se uma “rede de comunicações” implementada por pessoas que conduziam as boiadas, articulando sertões longínquos com as regiões litorâneas e, a partir da exploração das minas, o estabelecimento das pessoas próximo a Rio de Contas, Jacobina, rio Gavião, onde emergiram povoações que concorreram para as migrações vindas da capitania da Bahia, de outras capitanias e do exterior.

As comunicações eram feitas pelas amplas redes comerciais terrestres e pelos rios que cortavam os sertões, interligavam as capitanias, abasteciam os núcleos urbanos, aproximavam as tropas e as embarcações que eram carregadas e descarregadas nos principais centros comerciais, com todos os tipos de produtos secos e molhados, e dali seguiam para a comercialização e as trocas realizadas no interior das vilas e nas localidades de toda a colônia.⁸³ Enquanto as boiadas e boiadeiros seguiam trilhando os caminhos dos sertões, para abastecer o litoral e, na volta, traziam outros produtos consumidos nos sertões. Portanto,

⁸² Ver Avé-Lallemant (1980). Apud. Ivo (2012, p. 243)

⁸³ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, (1780-1860)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 27; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo da história regional e local)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2008, p. 63-93; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: 2005, p. 203-249.

supera-se a tese do dualismo estrutural, segundo a qual a colônia teria se constituído para produzir unicamente o açúcar, a monocultura que sustentaria a compra dos escravos africanos.

Como já dito, as redes comerciais que movimentavam as localidades estiveram conectadas a outras mais distantes do império e do exterior (NEVES, 2008, 2012). Em Santo Antônio da Barra, de acordo com Torres (1924, p. 75-76), os produtos como o gado *vacum* e seus derivados como a carne, o leite, o requeijão, o couro; e cavalariagem – cavalo, mula e burro para monta, carga e tração de arados, eram comercializados nas localidades próximas e até nas províncias de Minas Gerais e São Paulo. Na agricultura, em sua maioria desenvolvida pelos médios produtores, destacavam-se as pequenas lavouras de mandioca, feijão, café, tabaco, milho, arroz e cana de açúcar (com pouca lavoura de algodão). Ainda, de acordo com o autor, a indústria e o comércio consistiam em:

aguardente, licores, vinho de laranja, farinha de mandioca e milho, preparados de fumo, doces de marmelo, araçá e umbu, obras de olaria, tecidos de algodão do qual fazem pannos para toalhas, cobertores e outros misteres, do mais grosseiro ao mais delicado, redes, etc., chapéus e outras obras como malas de couro e sola; [...] café, assucar, fumo, arroz, milho, feijão, tecidos, pelles e couros, obras de chifre e côco, doces, requeijões e queijos, toucinhos e fazendas importadas, gado *vacum*, cavalariagem e muar em pé (TORRES, 1924, p. 77-79).

Esses produtos eram exportados para os termos de Nossa Senhora das Almas, Caetité, Bom Jesus dos Meiras, Brejo Grande, Imperial Vila da Vitória e Lavras Diamantinas. Em Minas Gerais, eles chegavam até o Rio Pardo. O autor cita muitos produtos importados de outras províncias e até de outros países, como por exemplo, “louças, ferragens, vidros e tecidos, que chegavam à vila ‘nas costas de animais’” (TORRES, 1924, p. 79).

A vila servia como ponto do comércio e das trocas, que movimentavam os povoados e os distritos. Além das feiras livres que aconteciam aos sábados, havia os armazéns de secos e molhados, onde se vendia uma variedade de produtos finos e rústicos de uso geral, desde tecidos e porcelanas finas, até ferragens e arreios para carroças e montarias.⁸⁴ “O mercado que ali fazem de animais *vacum* e cavalariagem, tanto crioulos como exportados para São Paulo e Minas Gerais; regulando em mais de três mil cabeças só o gado que o município expede para a capital [...]” (AGUIAR, 1979, p.188).

No sertão da Bahia, o processo de exploração das minas e as relações escravistas de produção, baseadas na policultura de subsistência, além de atrair pessoas de diversas culturas

⁸⁴ Fonte: FMDJB. Inventários de 1860-1888.

e estirpes, possibilitaram que grande parte desse contingente populacional se sedentarizasse e desenvolvesse variadas formas de produção, com excedentes destinados à comercialização. Esses dois últimos fatores foram essenciais para a permanência dos colonos, bem como para a formação e o desenvolvimento dos povoados, que posteriormente tornaram-se vilas.

Fragoso argumenta que a partir das descobertas das minas nos sertões de Minas Gerais, já nas primeiras décadas do século XVIII, apogeu da exploração mineral e da colonização, a maioria dos escravos dessa capitania foram localizados em ocupações destinadas ao abastecimento interno (FRAGOSO, 1992, p. 104-112). A escravidão e a policultura foram responsáveis pelo oferecimento de víveres e de outros produtos ao comércio das áreas de garimpo. Todavia, a queda de produção das minas não acarretou retração econômica, como afirmava a tradicional História Colonial brasileira, ao contrário, o que ocorreu foi uma transição da *atividade nuclear* anterior – a mineração, para um diversificado e complexo ramo de produção de alimentos, atividades artesanais e vigoroso comércio (PAIVA, 1996, p. 10).

Andrade (2005), Libby (1988) e Martins (1980), ao refletirem sobre o escravismo na economia dos sertões de Minas Gerais, no século XIX, concordam que após a decadência da mineração, naquelas áreas desenvolveu-se um forte setor de agricultura de subsistência e mercantil. Graças à sua heterogeneidade socioeconômica, aquela província teve capacidade de gerar uma acumulação, derivada do setor de abastecimento, e, conseqüentemente, uma concentração de cativos compatível, em muitos casos, com as áreas agroexportadoras do Brasil.

Os inventários *post-mortem* revelam aspectos importantes sobre os grupos sociais nas áreas de expansão agropecuária. São lavradores, roceiros, sitiantes, fazendeiros e comerciantes citados nos documentos. A tessitura do próprio auto de inventário já indica a extensão de posses e valores médios de monte-mor. Muitos inventários, sobretudo dos proprietários mais ricos, vinham acompanhado do testamento em vida, o que facilitava a partilha dos bens. Neles (inventário e testamento), percebe-se o incremento escravo e a policultura, somados aos outros bens. Assim, esses documentos podem oferecer informações importantes para o entendimento do funcionamento da policultura nas unidades produtivas e das dinâmicas socioeconômicas naquele espaço e tempo.

Terras, propriedades, plantações, animais, mercadorias, ouro e escravos definiram a riqueza dos sujeitos inventariados em Santo Antônio da Barra. A maior parte deles tinha de 1:000\$000 a 5:000\$000 (de 1 a 5 contos de réis), seguida dos que tinham de 6:000\$000 a

10:000\$000 (de 6 a 10 contos de réis). Foram poucos aqueles que tinham mais de 50:000\$000 (50 contos de réis):

Tabela 4 – Distribuição dos valores médios de monte-mor dos inventários de senhores de escravos, termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

Riqueza em contos de réis	Nº de proprietários	%
Menos de 1 conto de réis	24	10,77
De 1 a 5 contos de réis	141	63,23
De 6 a 10 contos de réis	25	11,22
De 11 a 15 contos de réis	9	4,04
De 16 a 20 contos de réis	5	2,24
De 21 a 25 contos de réis	3	1,34
De 26 a 30 contos de réis	4	1,79
De 31 a 35 contos de réis	5	2,24
De 36 a 40 contos de réis	4	1,79
De 41 a 45 contos de réis	-----	-----
De 46 a 50 contos de réis	-----	-----
De 51 a 55 contos de réis	-----	-----
De 56 a 60 contos de réis	2	0,89
De 61 a 70 contos de réis	1	0,45
Total	223	100

Fonte: FMDJB. Inventários de 1860 a 1888.

Na Tabela 4, observa-se que, da amostra dos 223 inventariados de proprietários que possuíam escravos, no termo de Santo Antônio da Barra, apenas vinte e quatro tinham um total de riqueza menor que 1:000\$000,00 (um conto de réis), o que correspondia a 10,77% do total. A grande maioria, cento e quarenta e um proprietários, tinha um monte mor na faixa de 1:000\$000,00 a 5:000\$000,00 (um a cinco contos de réis), que correspondia a 63,23%. Poucos espólios alcançaram o monte-mor acima de 20:000\$000,00 (vinte contos de réis). A riqueza dos dois proprietários (ou 0,89%) mais abastados somava valores entre 56:000\$000,00 (cinquenta e seis contos de réis) e 70:000\$000,00 (setenta contos de réis). Apenas um proprietário (0,45%) tinha o monte mor correspondente a faixa entre 61:000\$000,00 e 70:000\$000,00 (sessenta e um e setenta contos de réis). Esses dados, se comparados à situação econômica da maioria inventariada, comprovam as acentuadas disparidades socioeconômicas.

Como se percebe, na maior parte dos inventários a riqueza concentrou-se numa faixa não superior a dez contos de réis e, em geral, referiu-se a pequenos proprietários, que possuíam de um a dez escravos. Entre esses proprietários estava Clemente José Ribeiro,⁸⁵ que deixou como herança para a esposa e os 13 filhos os bens avaliados em 800\$000 (oitocentos mil réis). Dentre os pouquíssimos bens, alguns instrumentos de trabalho e animais, a “casa de

⁸⁵Fonte: FMDJB. Inventário de Clemente José Ribeiro, nº 373 de 1872.

morada, roda de ralar mandioca, forno e prensa de mandioca nas terras da Fazenda Papagaio”, no valor de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) e o escravo *Lucio*, crioulo, de 47 anos, avaliado em 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis). Vê-se que o escravo representava 81,25% da sua riqueza.

Outro inventário, do próspero fazendeiro Gaudêncio de Faria Bittencourt,⁸⁶ apresentou muitas propriedades, gado muar e cavalar, objetos de ouro e prata, bens que somaram a quantia de 6:104\$000 (seis contos, cento e quatro mil réis). Seus dez escravos somavam o valor de 5:145\$000 (cinco contos, cento e quarenta e cinco mil réis), ou seja, quase a metade (45,73%) do monte mor de 11:249\$000 (onze contos, duzentos e quarenta e nove mil réis), deixados para os 16 filhos.

Os inventários exemplificam duas situações recorrentes nos demais documentos: primeiro, os proprietários de poucos recursos financeiros não dispensavam o trabalho escravo, ainda que, muitas vezes, tivessem apenas um escravo que, geralmente, tinha um valor superior ao valor total do restante dos seus bens; segundo, quanto maior o montante dos bens, proporcionalmente, maior era o número de escravos. Porém, nem todos os proprietários que possuíam muitos bens apresentavam escravos em seu monte mor. Entretanto, percebe-se que para os proprietários, ricos e pobres, “ter escravos” estava condicionado não somente à situação financeira, ao tamanho da propriedade ou ao tipo de atividade produtiva que conduziam, mas também à visão que se tinha do trabalho, ao costume e ao *status*, afinal, possuir escravos era regra comum e legal da sociedade escravista.

Grande parte dos escravos homens de Santo Antônio da Barra estavam envolvidos na lavoura, submetido a um trabalho penoso, pois não havia mecanização, apenas instrumentos rudimentares e o lombo das mulas, para puxar o arado. A exposição ao sol escaldante, os poucos meses de chuvas (outubro a fevereiro) e a jornada de trabalho de 15 a 17 horas encurtavam o tempo de vida dos escravos, que em média viviam 47 anos (MATTOSO, 1992, p.119). Também por isso, o escravo era, juntamente com a terra e o gado, o bem mais valioso durante o período estudado.

Pires aponta que nos inventários de Caetité e de Rio de Contas, na segunda metade do século XIX e início do XX, 60,00% dos proprietários apresentavam espólios inferior a 5:000\$000,00 (cinco contos de réis). Nessa faixa, estavam concentrados lavradores e pequenos comerciantes – donos de vendinhas e pequenos armazinhos. Entretanto, a pesquisa revelou que houve uma elevada concentração de proprietários, cujo monte-mor esteve na

⁸⁶Fonte: FMDJB. Inventário de Gaudêncio de Faria Bittencourt, nº 721 de 1886.

faixa de riqueza entre 2:000\$000,00 e 3:000\$000,00 (dois e três contos de réis). Nesse contexto, a autora concorda que “as condições de vida da ampla maioria dos lavradores eram bem mais modestas, relativamente àquelas de economias mais centrais. Nessa faixa de “riqueza” era possível manter alguns pertences que asseguravam a sobrevivência cotidiana” (PIRES, 2009, p. 135). Segundo a autora, menos de 10,00% dos espólios alcançaram 20:000\$000,00 vinte contos de réis. Esses fatos revelam os desníveis acentuados das condições socioeconômicas da maioria dos proprietários das localidades dos sertões da Serra Geral, assim como em Santo Antônio da Barra.

Entre os senhores de escravos menos abastados, na maioria dos casos, verificou-se a complementação do trabalho familiar com o uso da mão de obra cativa. Esses contavam com um, dois, três, até seis cativos na lida “doméstica” e na lavoura. Outros proprietários tinham em seus plantéis de sete a dezoito cativos. Os mais ricos tinham a média dezenove a cinquenta cativos exercendo várias atividades nas suas propriedades espalhadas pelo município e em outras localidades conforme os dados dos inventários.

As leituras nos documentos permitem inferir que parte significativa dos sujeitos inventariados em Santo Antônio da Barra não possuía escravos. Do total de 300 inventários, 223 (74%) eram de proprietários com escravos e 77 (26%) eram de proprietários que não tiveram mencionado nenhum escravo na relação dos espólios:⁸⁷

Tabela 5 – Estrutura de posse de escravos no termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

Nº de escravos por proprietário		
Nº de escravos	Número de proprietários	%
1 escravo	39	13,00
2 a 6 escravos	114	38,00
7 a 11 escravos	35	11,67
12 a 18 escravos	13	4,34
19 a 29 escravos	14	4,67
30 a 50 escravos	8	2,66
Não possuía escravos	77	25,66
Total	300	100

Fonte: FMDJB. Inventários de 1860-1888

Observa-se na Tabela 5 que, no total de 300 inventários pesquisados, o maior número de proprietários tinha de dois a seis cativos, um percentual de 38,00%. Em segundo lugar

⁸⁷ Fonte: FMDJB. Inventários de 1860-1888.

estão os trinta e nove proprietários, um percentual de 13,00%, que tinham apenas um escravo. Verificou-se que esse tipo de proprietário, em geral, eram as viúvas, os órfãos, entre outras pessoas que possuíam o escravo para alugar e para cuidar da moradia. Em terceiro lugar estão trinta e cinco proprietários, cujo percentual foi de 11,67%, que tinham entre sete e onze indivíduos. Esses dados sinalizam que esses cativos pertenciam aos pequenos proprietários que, na maioria dos casos, desempenhavam as atividades junto com os cativos, forros e agregados livres, ou seja, 62,67%.

Um grupo de treze proprietários possuía entre doze e dezoito escravos e representavam 4,35% do total inventariado. Os que possuíam entre dezenove e vinte e nove escravos somavam quatorze, um percentual de 4,67%. Esses percentuais apontam que no termoeram poucos os proprietários com grandes fazendas e com um número significativo de cativos distribuídos em suas várias propriedades.

Tratava-se, pois, de um lugar onde havia uma enorme concentração de renda, que era investida na pecuária, na exploração da policultura de alimentos e na confecção artesanal com vistas ao comércio. Os que possuíam de trinta a cinquenta escravos, somavam oito proprietários, cujo percentual foi de 2,66%. Essa minoria era formada por grandes fazendeiros, com posses dentro e fora do município, onde plantavam gêneros diversos, criavam muitos animais ou garantiam variados produtos manufaturados para comercialização.

Os setenta e sete proprietários que não possuíam escravos (25,66%), na maioria dos casos, eram comerciantes, funcionários públicos ou pequenos proprietários de terras. Ainda é preciso explicar que algumas das pessoas inventariadas, que não deixaram escravos entre os bens registrados, tiveram escravos no passado, a exemplo de Dona Maria Angélica de Sousa Castro que, em 1867, na morte do esposo, ficou com 7 dos 20 escravos deixados como herança,⁸⁸ mas, quando faleceu, em 1884, não teve nenhum escravo inventariado.⁸⁹

Até o final da década de 1970, a historiografia caracterizava a primeira metade do século XIX como sendo marcada, sobretudo, pela decadência e estagnação econômica das áreas de mineração. Autores como Furtado (2000), Prado Júnior (2000) e Novais (1990) consideravam que tais efeitos negativos da economia só foram atenuados em meados do século XIX, com o desenvolvimento do café na região Sudeste.

Prado Júnior (2000, p. 141), ao tratar da “grande lavoura” monocultural, ressalta que “nos altos sertões”, limítrofes da Bahia e de Minas Gerais, no fim do século XVIII e início do XIX, formou-se “uma região algodoeira de certa importância”, correspondente ao leste do rio

⁸⁸ Fonte: FMDJB. Inventário de Bonifácio José Ribeiro, nº 239 de 1867.

⁸⁹ Fonte: FMDJB. Inventário de Maria Angélica de Souza Castro, nº 656 de 1884.

São Francisco, compreendendo a serra de Monte Alto, Rio de Contas, Gavião e Conquista, com centro principal em Caetité, de onde provinha “a maior parte do algodão exportado”, que também era escoado para o Rio de Janeiro. O autor julgou que “a grande lavoura” foi a que mais significou para a economia do Brasil, sendo representada como o grande nervo da agricultura colonial, e a produção dos gêneros de consumo interno – a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais – foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária.

Equivocadamente, ao se referir à periferia dos grandes centros e aos contornos do Recôncavo, o autor afirma que essas áreas, em geral, formavam uma agricultura de subsistência “mesquinha” e “mediocre”, onde a mão de obra não era constituída por escravos, pois quase sempre era o próprio lavrador que trabalhava, muitas vezes “com o auxílio de um ou outro preto, ou mais comumente, de algum índio ou mestiço semi-servil” (PRADO JÚNIOR, 2000, p.160).

Essa visão começou a ser repensada no início dos anos de 1980, com pesquisas e análises em variados tipos de documentos cujos dados comprovavam a dinâmica econômica, através da produção interna de subsistência e da manutenção do escravismo. Autores como Fragoso (1992), Martins (1980), Slenes (1999), Libby (1988) e Clotilde Paiva (1996), refutaram as questões sobre a suposta crise provocada pelo esgotamento das minas, que teria causado a decadência econômica e a desarticulação da sociedade, bem como a diminuição da população.⁹⁰

De acordo com Fragoso, aqueles autores desenvolveram a tese de que a monocultura, o latifúndio e a escravidão definiram e moldaram a sociedade e a economia do país, nos períodos colonial, imperial e nos primeiros anos do período republicano, e afirmaram que o país priorizou o cultivo extensivo e em grande escala de alguns gêneros tropicais para exportação, como por exemplo, a cana de açúcar e o café. Os gêneros intermediários, “de pequena grandeza”, quando considerados, foram apresentados como irrelevantes por esses autores, que argumentaram que a monocultura de exportação ficou restrita às regiões litorâneas.

Como já foi dito, Fragoso (1992) localizou a maioria dos escravos da Capitania de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, concentrada em atividades destinadas ao abastecimento interno. De acordo com o autor, desde as primeiras décadas do século XVIII, no apogeu da exploração mineral e da própria colonização portuguesa no Brasil, já havia

⁹⁰ Ver: MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para Discussão nº 10. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

vinculação dos complexos agropecuários e mercantis voltados para o abastecimento colonial. O autor sustenta que a reprodução do “sistema escravista exportador”, a exemplo da rápida montagem da economia açucareira em Campos ou da economia cafeeira no Vale do Paraíba, deve ser entendida a partir da nova conceituação da economia colonial, ressaltando a importância da “acumulação endógena” (relacionadas às atividades ligadas ao abastecimento interno), do “mercado interno” (*lócus* em que se daria a acumulação endógena) e do “capital mercantil residente” (grupo mercantil residente na colônia que realiza a acumulação) na economia colonial. Por essa complexidade, Fragoso comprovou a tese de que essa economia não poderia ser definida simplesmente como uma *plantation*, escravista e monocultora:

Com isso, não queremos dizer que a economia considerada não fosse escravista e exportadora (esses são os seus traços estruturais mais amplos) e nem que ela não estivesse subjugada às conjunturas do mercado internacional. Entretanto, para além desses traços, a economia colonial tinha outras características estruturais. Possuía outras formas de produção (ao lado da escravista) e um mercado interno, espaço no qual se realizariam acumulações endógenas. A conjugação desses elementos permitia que a economia colonial tivesse uma dinâmica interna e peculiar que não se reduzia às injunções externas (FRAGOSO, 1992, p. 26-27).

A existência de escravos em atividades relacionadas com o mercado interno e com formas de produção não capitalistas e não escravistas, segundo Fragoso, condicionava a reinterpretção da economia colonial. Essas informações lhes possibilitaram afirmar que “cabalmente a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e escravos” (FRAGOSO, 1992, p. 101), pois outras formas de trabalho, como o camponês e o escravo, fora das atividades exportadoras, foram largamente utilizadas na colônia. O baixo custo do trabalho e das terras permitia que nem todo excedente retornasse à produção, podendo ser apropriado pelo capital mercantil. Assim, todas as transações realizadas no âmbito do mercado interno formavam a acumulação interna, a exemplo do tráfico Atlântico de africanos para o Brasil, desde meados do século XVIII, que poderia ser considerado “um negócio interno à economia do Sudeste brasileiro [...] controlado por negociantes residentes no Brasil” (FRAGOSO, 1992, p. 131-132).

As proposições de Fragoso contribuem para uma melhor compreensão da relação entre o *lócus* de negociação, relacionada à “nobreza da terra”, e o *órbis* dos poderes constituídos do centro. As redes políticas vinculadas ao poder ultramarino geravam conflitos e negociações nas diversas partes do Império do Antigo Regime.

A partir das análises apontadas por Fragoso (1992, p. 26-27), vê-se que a dinâmica e as dimensões do mercado interno são importantes para a compreensão da realidade social do Brasil, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do XIX. Nesse contexto, Bert Barickman (2003, p. 89) propõe como problematização a relevância e a pertinência do mercado, focado na disponibilidade, produção e consumo da farinha de mandioca. No caso da economia baiana, o autor defende a tese de que a monocultura de cana-de-açúcar é superada face à capacidade exportadora de outros produtos, que enfrentavam crises conjunturais, manifestavam tendências e apresentavam flutuações dignas de análise, como em qualquer economia do antigo regime.

De acordo com Reis, na apresentação da obra⁹¹ de Barickman (2003, p.7), a mandioca era “o pão da terra”, indispensável alimento de todos. O estudo combinado e detalhado dos três produtos: a cana de açúcar, o fumo e a mandioca, e a sua relação com a escravidão, é o que constitui a originalidade da reflexão da obra. O autor foca nas relações conflituosas, a partir do mercado regional da farinha de mandioca para a subsistência local das populações, da manutenção das forças produtivas e dos modos de produção que garantiam também a reprodução da economia agroexportadora no recôncavo e na capital baiana. Ele apresenta a farinha de mandioca como sendo a base da ração diária de presidiários e soldados em Salvador. Nas áreas rurais, o produto servia de ração para os escravos.

A farinha poderia determinar, através das quantidades e “qualidades” de sua concessão, o padrão e a expectativa de vida de um escravo e ainda as relações de poder entre senhores e seus respectivos escravos. Neste aspecto, o autor aproxima a farinha de mandioca ao seu principal parceiro na alimentação geral popular dos baianos, a carne seca, abastecida pelo gado que vinha dos sertões, que com seu potencial proteico complementava o efeito nutricional da farinha de mandioca.

Ao analisar inventários *post mortem* e relatos dos cronistas, Barickman verificou que a opção mais vantajosa para os escravos e os senhores de engenhos eram as práticas de roças nos engenhos. Nesse sentido, o autor abriu uma discussão do direito sobre a terra por parte dos escravos e conclui que os “escravos dos distritos açucareiros da Bahia cultivavam roças e que, pelo menos ocasionalmente, colhiam delas uma produção excedente e comercializável” (BARICKMAN, 2003, p. 115). Entretanto, alguns engenhos mantinham a “dependência do

⁹¹ A obra refere-se à tese de doutorado, defendida em 1990. Ver: BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

mercado local”, tendo que comprar o que não se produzia ou o que faltava para o bom funcionamento do sistema agroexportador.

As compras de farinha eram abundantes, pois, para não haver prejuízos na produção do açúcar, optava-se por comprar e não produzir a farinha. Por fim, o autor afirma que o crescimento dos engenhos se dinamizou com a expansão das atividades manufatureiras, dentre elas, a produção da farinha de mandioca, sem a qual não seria possível o seu funcionamento. Nesse processo, o mercado agroexportador não inviabilizou a expansão do mercado interno, por atrair todos os esforços. Pelo contrário, estimulou (BARICKMAN, 2003).

No intercurso do século XIX, entre todos os produtos agricultáveis, a mandioca, ou “pão de pobre” (CAMARA CASCUDO, 1983),⁹² foi o mais significativo, descrito nos espólios dos inventariados. Esse alimento de primeira necessidade para as populações sertanejas se constituía o mais importante entre as famílias ricas e pobres. Nas pequenas propriedades, movimentadas com trabalho familiar, que contava com um, dois, seis e até dez escravos, para o cultivo das roças de cereais como milho, arroz e feijão, a mandioca, usada para a produção de farinha e de outros alimentos, foi apontada como o mais comum entre outros produtos. As variedades adaptaram-se em diferentes tipos de solos no semiárido e, juntamente ao gado vacum, promoveram a conquista, a expansão, a fixação e a riqueza dos colonos pelo interior do sertão, além de consolidarem a economia de subsistência.

Nas observações feitas pelo português Luís dos Santos Vilhena,⁹³ que morou em Salvador, no final do século XVII, a ambição “dos grandes preços do açúcar e a muita falta de governo econômico são as causas de estarem os senhores de engenho comprando aquela farinha que deveria fazer abundância nas cidades” (VILHENA, 1927, p. 504), ao invés disso, nas grandes cidades e povoamentos da costa litorânea de todo o Brasil, a falta da mandioca era sentida.

Vilhena lembra que na Vila de Camamu, com 4067 habitantes, no século XVIII, houve um aumento significativo da produção de mandioca, arroz e legumes; como em São Sebastião de Marahú, com 1.600 habitantes, que a agricultura principal foi a mandioca, seguida da cana para a produção de aguardente e de outros legumes. A maior parte da produção era transportada pelo “Rio de Marahú, através de sumacas pequenas, lanchas e canoas, passando

⁹²Luís da Câmara Cascudo (1983) acrescenta que a mandioca foi denominada de “farinha de guerra” entre os portugueses, pois alimentava as tropas militares e outras gentes em tempos de necessidade.

⁹³ Ver: VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas contida em XX cartas*. Edição organizada por Brás do Amaral e publicada pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1927.

pelo Rio de Contas” (VILHENA, 1927 p. 327). Muitos pequenos lavradores foram arrendatários nessa região e tiveram no cultivo da mandioca e no seu beneficiamento a principal fonte de renda, além de manterem a conexão com as cidades e os grandes centros, através desse comércio.

A raiz da mandioca contribuiu para a cultura alimentar na colonização brasileira, tornando-se tão importante em várias legislações da colônia, por estar relacionada à escravidão, sobretudo no final do século XVII. O alvará de 25 de fevereiro de 1688 mandava que os lavradores de cana plantassem pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo de serviço; o de 27 de fevereiro de 1701 mandava que os donos de embarcações ocupadas no tráfico africano tivessem roças próprias para plantar mandioca, suficientes para suas tripulações e para os escravos transportados. Na previsão Régia de 28 de abril de 1767, esses dois alvarás foram incorporados em forma de citação. Mais tarde, a legislação referente às sesmarias observava que os lavradores de cana com mais de 7 escravos deveriam plantar número suficiente de covas de mandioca (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 164). Certamente, no litoral a legislação não foi observada, visto que por lá foi intensa a comercialização da mandioca e dos derivados vindos do sertão, e os negócios com o açúcar foram os mais lucrativos.

Nesse contexto, percebe-se que a economia do sertão da Bahia, aparentemente limitada em relação ao litoral agroexportador, desenvolveu-se baseada nas grandes, médias e pequenas lavouras de cereais, de mandioca e de café, para o abastecimento dos mercados local e regional, junto com a pecuária, no abastecimento interno de carnes, já que o couro, juntamente com o algodão que se produzia em muitas localidades, era exportado. A partir das “antigas vastidões territoriais dos Guedes de Brito fracionaram-se em grandes, médias e, principalmente, pequenas unidades agrárias pecuaristas e policultoras, com o trabalho escravo, o familiar, o diarista e a meação” (NEVES, 2012, p. 76).

A economia baiana, na segunda metade do século XIX, enfrentou uma das piores crises. Esta crise estava associada ao atraso das técnicas de plantio da cana de açúcar, à concorrência com o açúcar das Antilhas, pela descoberta na Europa do açúcar da beterraba e pela escassez da mão de obra escrava com a interrupção do tráfico negreiro e o desvio de um grande contingente de escravos para o sudeste cafeeiro – polo econômico emergente –, diminuindo o preço do produto e arruinando muitos donos de engenhos baianos (OLIVEIRA, 1999, p. 52). Outro dado importante foi o crescimento populacional na província, “passava-se dos 50.000 habitantes no princípio do século XIX para 108.138 habitantes em 1872 e 144.959 em 1890” (MATTOSO, 1978, p. 71). Esse dado é significativo para as alternativas

econômicas na província da Bahia, na concentração da produção, dado ao aumento do consumo de produtos básicos da alimentação do baiano, a exemplo da farinha.

Embora se tenha encontrado uma quantidade significativa de rodas de fiar nos inventários do termo de Santo Antônio da Barra, deve-se esclarecer que a plantação do algodão não foi a cultura mais representativa apresentada nos documentos pesquisados referente ao período de 1860 a 1888. Apenas um inventário se referiu diretamente a uma pequena “roça de algodão” como parte do espólio pertencente a um proprietário que não era senhor de escravos.⁹⁴ Essa observação aponta para o comércio e a produção de tecidos de algodão, uma vez que as constantes secas e pragas, bem como “a concorrência internacional e a queda de preços” (PRADO JÚNIOR, 2000, 148-149), tornaram desinteressante o cultivo desse produto nas localidades sertanejas baianas. Certamente, as peças de algodão descritas em alguns inventários provinham de outras localidades como Caetité, Chapada Diamantina, encostas do rio São Francisco e de províncias como Minas Gerais e Goiás. Percebe-se, na leitura dos documentos, a intensa produção de tecidos para suprir a demanda do mercado do entorno de Santo Antônio da Barra e de outras regiões fora do sertão baiano.

Nos 223 inventários com registro de escravos, no termo de Santo Antônio da Barra, a mandioca foi a principal cultura agrícola. Foram registradas 56 rodas de ralar mandioca, 25 roças de mandioca, 16 casas de farinha, 5 prensas de farinha, 4 fornos de fazer farinha e 1 pedra para forno de farinha. A documentação de 1860 a 1888 aponta que, nesse período, houve maior concentração na pecuária, na plantação da mandioca, no transporte de bois, na produção e comércio de muares, no comércio e na produção da cana para produção de aguardente e na cultura de gênero de subsistência, atividades que foram fundamentais para a economia.

No cultivo da mandioca, por exemplo, desde o plantio até a produção de derivados, os conhecimentos técnicos e o trabalho de indígenas e de africanos se fizeram presentes. As aprendizagens foram essenciais para o crescimento econômico interno, eram a garantia da alimentação, do abastecimento, da comercialização e da exportação.

Nos inventários, notam-se os instrumentos de origem europeia que substituíram as técnicas indígenas, dinamizaram o método de trabalho e aumentaram a produtividade, qual sejam, instrumentos de ferro como machados, facas, facões, enxadas, enxadões, foices;

⁹⁴ Fonte: FMDJB. Inventário de Antônio Rodrigues da Silva, nº 133 de 1862.

aparelhos mecânicos, como a prensa, que substituiu o tipiti indígena;⁹⁵ a roda de ralar mandioca, que substituiu a pedra ou o ralo; o carro de boi e a carroça de tração animal para carregar os fardos de mandioca, que substituíram as costas das mulheres indígenas; a enxada e o arado de ferro com tração animal, que substituíram as covas feitas com pedaço de pau pontiagudo ou com as mãos e, ainda, as chapas de ferro, os tachos e panelas de metal, que substituíram o torrador de cerâmica para a torrefação e tratamento da farinha.

As casas de farinha substituíram as malocas feitas de palhas; o local da família indígena extensa deu lugar às senzalas, com construções de taipa e do adobe cru, que abrigam famílias menores ou a escravaria (RIBEIRO, 1995, p. 124). Este foi o produto que predominou entre as culturas alimentares, sobretudo, nos grandes centros, quando as atividades produtivas estiveram voltadas para as grandes lavouras de exportação, deixadas de lado e até abandonadas, causando alta de preço nos alimentos e, conseqüentemente, muita fome entre as populações mais pobres.

Os demais inventários pesquisados, de proprietários ricos e pobres, com ou sem escravos, não registraram, especificamente, nenhuma plantação de algodão entre os seus espólios, embora muitos desses tenham se referido às roças e plantações, sem informar o gênero que ali se cultivava. Entretanto, nas relações de bens dos inventariados foram descritas arrobas, cargas e varas de algodão. As maiores quantidades de peças estavam nos espólios de grandes proprietários de terras que também eram comerciantes e/ou fazendeiros de gados muares e cavalos e também de escravos. Um bom exemplo é o inventário de Dona Jesuína Ferreira dos Santos, cujos bens avaliados somaram 25:906\$120 (vinte e cinco contos, novecentos e seis mil, cento e vinte réis). Nesse total, as 4 rodas de fiar algodão foram avaliadas em 16 mil réis; as 10 cargas de algodão avaliadas em 400 mil réis; as 388 arrobas de algodão avaliadas em 561 mil réis; as 300 varas de algodão avaliadas em 192 mil réis.⁹⁶ O Tenente José Alves Portugal⁹⁷, cuja riqueza era de 28:225\$125 (vinte e oito contos, duzentos e vinte e cinco mil, cento e vinte e cinco réis), deixou 4 rodas de fiar avaliadas em 4 mil réis e 500 arrobas de algodão avaliadas em 600 mil réis.

A participação dos cativos, livres e forros, adultos e crianças, no processamento, fiação, tecelagem e confecção de tecidos foi uma prática comum. A existência de escravos no “trabalho doméstico” como costureiras, fiandeiras e tecelãs, no inventário de D. Maria

⁹⁵ Tipiti é um instrumento feito de palha, no formato de uma cobra jiboia, que serve para espremer a massa da mandioca.

⁹⁶ Fonte: FMDJB. Inventário de Dona Jesuína Ferreira dos Santos, nº 332 de 1871.

⁹⁷ Fonte: FMDJB. Inventário de Tenente José Alves Portugal, nº 530 de 1879.

Clementina de Jesus, por exemplo, sugere uma cadeia produtiva do trabalho manufatural e artesanal a partir do algodão, nas propriedades da inventariante, haja vista que foram registradas nove rodas de fiar e vinte e dois bilros de ferro. Além dos 1.137 animais, dentre os quais estavam mais de 400 vacas paridas, 600 cabeças de gado vacum e 110 animais cavalariço, certamente usados como transporte, considerando os inúmeros acessórios para montaria.⁹⁸ No inventário de D. Maria Constança Dutra de Almeida, entre muitos bens, registrou-se três escravas aptas para coser, fiar e tecer, duas rodas de fiar e, aproximadamente, 263 animais, dentre os quais 50 eram animais cavalariço.⁹⁹ Portanto, estes inventários sugerem o comércio de algodão e a produção dos seus derivados naquele local, e apontam para um intercâmbio comercial com outras localidades.

Na beira do rio Gavião, muitos comerciantes faziam as suas paradas, descarregavam os seus produtos e abasteciam-se com mercadorias ali produzidas, como chapéus, fumo, rapadura, aguardente, requieirão, bordados, cobertores, redes, toalhas de mesa, lençóis, tecidos finos e rústicos para vestimentas e para a sacaria, couro cru, muito utilizado na capital baiana para produção de arreios para animais, solado e calçados de vários tipos. Depois de abastecerem-se, voltavam, seguindo em comitiva com seus animais e escravos, em direção à Imperial Vila da Vitória, Jequié, Feira de Santana até a cidade de Salvador, carregando e descarregando produtos (PIRES, 2003, p. 41). A Tabela 6, abaixo, descreve os principais produtos agrícolas produzidos no termo de Santo Antônio da Barra:

Tabela 6 – Produtos agrícolas cultivados no termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

Produtos agrícolas cultivados	Nº de propriedades que cultivavam	%
Mandioca	21	7,00
Cana	12	4,00
Milho	8	2,67
Café	3	1,00
Algodão	1	0,33
Feijão	1	0,33
Arroz	3	1,00
Capim	1	0,33
Não informa	250	83,34
Total	300	100

Fonte: FMDJB. Inventários do termo de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

⁹⁸ Fonte: FMDJB. Inventário de Doma Maria Clementina de Jesus, nº 492 de 1878.

⁹⁹ Fonte: FMDJB. Inventário de Maria Constança Dutra de Almeida, nº 649 de 1884.

Como se observa na Tabela 6, dos trezentos inventários pesquisados, apenas cinquenta fizeram referência a algum tipo de cultivo. Na descrição dos produtos, que está em ordem de maior importância, a mandioca foi apresentada por vinte e um proprietários (7,00%), seguida da cana (4,00%) e do milho (2,67%). Embora 83,34% dos inventários não mencionem plantações de qualquer gênero, nos registros constam instrumentos de trabalho que indicam uma intensa atividade agrícola. Dos inventários pesquisados, 90% trazem registros de animais como boi, cavalos, porcos e muaras.

Esses dados permitem constatar que a policultura esteve intrinsecamente relacionada à criação de animais, definindo o ritmo de vida daquela sociedade sertaneja, como apontam os dados do inventário de Crispim da Rocha Pinto,¹⁰⁰ registrado em 1785, quando Santo Antônio da Barra era ainda um povoado e parte da administração pública funcionava nas dependências da capela de Santo Antônio de Pádua. Rocha Pinto deixou algumas posses, uma roça de mandioca, duas cargas de algodão avaliadas em 36 mil réis, 22 bestas, alguns animais de montaria e gado em números desconhecidos. Ele foi caracterizado como um abastado policultor e pecuarista que desenvolvia suas atividades econômicas com o trabalho de 12 escravos, entre os quais estavam crianças, adolescentes e mulheres.

Ainda que o monopólio comercial da metrópole tenha sido uma importante marca da exploração colonial, o perfil de consumo e de mercado interno da colônia fomentou a produção do auto suprimento e de excedentes que, gradativamente, supriram os mercados local e interprovincial, de maneira que “a aguardente decanas substituía o vinho da metrópole; a banha de porco, o seu azeite de oliva; as farinhas de mandioca e de milho, a do trigo; os tecidos de teares manuais, os têxteis manufaturados; e assim por diante” (NEVES, 2003, p. 43).

Para a produção e a comercialização desses produtos, a composição da mão de obra escrava ajustou-se à lógica da capacidade produtiva do lugar. Licurgo Santos Filho (1956), ao analisar a vida “patriarcal” e a ocupação dos escravos envolvidos nas diferentes atividades (pastoreio; produção de alimentos; produção de rapadura, farinha de mandioca e aguardente; montagem de ferragens; confecção de derivados do couro; serviços domésticos; entre outras atividades), na Fazenda Brejo do Campo Seco, próxima a Santo Antônio da Barra, identificou que no meio rural, desde o início de sua ocupação territorial até os séculos XIX e XX, o

¹⁰⁰ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). 03.1216.1685.07. Inventário de Crispim da Rocha Pinto, São Bento, 22/09/1792. In: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

trabalho era desenvolvido por famílias autônomas, com escravos ou não, uma das mais frequentes formas de produção sertaneja nas unidades produtoras, fracionadas nas sucessões de herança, que definiam um perfil minifundiário, com alguns latifúndios, para o município e todas as áreas da Serra Geral.

Duas grandes proprietárias de escravos no termo de Santo Antônio da Barra, segundo os inventários, foram D. Thereza Maria de Jesus,¹⁰¹ senhora de cinquenta escravos, oitenta e três animais, uma tenda de ferreiro, muitos objetos e acessórios de ouro e prata, instrumentos para o trabalho na lavoura; e D. Maria Clementina de Jesus,¹⁰² com quarenta e dois cativos, dona de uma prensa com acessórios para produção de farinha e nove rodas de fiar algodão, sessenta e dois burros, trinta e cinco éguas, trinta e cinco cavalos e quinhentas cabeças de gado (quatrocentas vacas e cem bois).

Os espólios deixados por D. Thereza somaram 38:062\$000 (trinta e oito contos, sessenta e dois mil réis), desse total, 32:770\$000 (trinta e dois contos, setecentos e setenta mil réis) era o valor dos escravos, ou seja, 86,09% do total de riqueza. A soma do monte mor de D. Maria Clementina foi 58:682\$705 (cinquenta e oito contos, seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinco reis), sendo que 25:708\$000 (vinte e cinco contos, setecentos e oito mil réis) representaram o valor do plantel de escravos, ou seja, 43,80% dos bens inventariados, quase a metade do total dos bens. Essa amostragem indica que a posse do escravo era essencial para a formação da riqueza, bem como para a dinamização da economia nos sertões. A exploração da mão de obra e a comercialização desses indivíduos formavam um negócio muito lucrativo, junto com o acúmulo de bens móveis e imóveis como terras, animais e metais preciosos.

Nos inventários, a grande quantidade de bens semoventes aponta para o intenso comércio de animais, usados para o transporte de produtos e para o deslocamento dos comerciantes. Os burros, por serem resistentes, eram usados para montaria e para o transporte de cargas em longas distâncias. O cavalo e a égua eram usados em montas, puxavam carroças, charretes e arados, nas atividades agrícolas. Para o transporte de cargas em curtas distâncias, empregava-se o jumento trazido da Espanha e da África, muito usado pelas populações mais pobres. O boi, usado nos carros que transportavam cana de açúcar, lenha e outros produtos mais pesados, era usado nas moendas para a produção de aguardente e da rapadura.

¹⁰¹Fonte: FMDJB. Inventário de Dona Thereza Maria de Jesus, nº 320 de 1870.

¹⁰²Fonte: FMDJB. Inventário de Dona Maria Clementina de Jesus, nº 492 de 1878.

As atividades da pecuária e da policultura foram tão intensas e lucrativas no termo, que no decênio de 1885 a 1894 a Coletoria Federal arrecadou 24:906\$526 (vinte e quatro contos, novecentos e seis mil e quinhentos e vinte e seis réis) e a Coletoria Estadual 29:975\$446 (vinte e nove contos, novecentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e seis réis), conforme a Tabela abaixo:

Tabela 7 – Arrecadação da Coletoria Federal e Estadual em Santo Antônio da Barra – 1884-1894

Coletoria Federal		Coletoria Estadual	
Exercício	Arrecadação	Exercício	Arrecadação
1885	2: 020\$230	1884	3:175\$518
1886	2:311\$475	1885	4:317\$949
1888	3:246\$157	1886	2:825\$523
1889	3:859\$772	1887	2: 591\$597
1890	3:874\$804	1888	2:384\$865
1891	2:885\$030	1889	2:062\$104
1892	5:668\$805	1890	2:027\$777
1893	1:050\$250	1891	754\$207
1894	-----	1892	9:548\$936
-----	-----	1894	-----
Total	24:906\$526	Total	29:975\$446

Fonte. Torres(1924, p. 82).

De acordo com esta Tabela, em 1888, ano em que foi promulgado o fim do regime escravista, o montante dos impostos arrecadados pelos governos federal e estadual continuou proporcional aos anos anteriores. Se a abolição corroborasse para a queda da produção e, conseqüentemente, da economia do termo de Santo Antônio da Barra, automaticamente a arrecadação diminuiria, fato que não ocorreu. Portanto, a promulgação da Lei que estabeleceu o fim da escravidão constituiu-se apenas num ato formal naquela sociedade. Em 1888, as arrecadações federal e estadual continuaram inalteradas, mesmo que a maioria dos escravos tivesse sido libertada. Somente em 1892, a arrecadação federal foi maior, no valor de 5:668\$805, e a arrecadação estadual foi de 9:548\$936.

Essa situação aponta não para a alteração das relações de trabalho, mas para as mudanças nas relações sociais, pois a emancipação compeliu a maioria da população trabalhadora para os vários tipos de negociações possíveis entre os proprietários e os ex-

escravos. Essas negociações variavam desde os acordos informais, o pagamento de diárias, a meação e as trocas de produtos, até a permanência do “ex-escravo”, solteiro ou com a sua família, na propriedade do ex-senhor, como um agregado que trocava trabalho por comida e moradia.

Lara (1988), Chalhoub (1990, 2008) e Franco (1983) chamam atenção para tais situações, confirmadas pela historiografia contemporânea, sobre a transição do trabalho escravo para o livre e a mudança nas relações sociais, mais especificamente a partir da Lei do Ventre Livre, de 1871, quando se iniciou uma nova era no modo de organização das relações de trabalho e, conseqüentemente, das relações sociais no Brasil.

Pela primeira vez, o governo se viu comprometido com uma medida de intervenção direta no universo das relações entre senhores e escravos, com intuito explícito de substituir de modo “prudente e cauteloso” o trabalho compulsório pelo trabalho livre. Somente a partir do decreto nº 2.827, de 15 de março de 1879, que sancionou “o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços no Brasil”, vê-se a primeira tentativa de intervenção do governo brasileiro na organização das relações de trabalho livre na agricultura.

O trabalho livre e o trabalho escravo coexistiram em toda sociedade brasileira. A presença de sujeitos livres, forros e cativos indicou a intensidade dos trânsitos (físicos, comerciais e culturais), que continuaram articulados no pós-abolição, “e mobilizaram tanto aqueles que trabalhavam nas roças e fazendas, quanto aqueles que viviam mais ligados à vida simples e rústica nas pequenas cidades do sertão” (PIRES, 2009, p.101). Esses trabalhadores puderam desfrutar de uma situação econômica mais favorável nesse período. Com frequência, esses sujeitos eram vistos “[...] nas fazendas, roças, pequenas vilas e arraiais; em seus encontros, sambas, cocos, batuques, cantando modinhas em animadas chulas, ou na vizinhança partilhada com os amigos e parentes [...]” (PIRES, 2009, p. 15). Esses espaços revelaram-se meios eficazes para muitas conquistas materiais, lugares de relações sociais e culturais, de luta e de resistência, onde se podia conquistar certa liberdade, autonomia e mobilidade.

O processo colonizador da América portuguesa, iniciado no século XVI, esteve atrelado às dinâmicas das mestiçagens no mundo do trabalho, concorrendo para o êxito do empreendimento exploratório das riquezas do eldorado, tão sonhado desde o início da chegada a esta parte do continente americano. A migração para os sertões aponta para um tipo de exploração, diferente daquela encontrada nas regiões litorâneas. Aqui, a exploração adequou-se aos limites da geografia, do clima e dos diferentes tipos de solos dos sertões. O trato do gado se deu consorciado com a policultura.

Para sobreviver no sertão baiano, sujeito às intempéries de secas prolongadas e à diversidade constituída pela geografia, os colonos europeus e africanos se integraram no convívio social, econômico, político e cultural, associados aos grupos indígenas, formaram comunidades mais amplas e alargaram as fronteiras com suas tropas e boiadas, para além do conhecido. O sertão baiano tornou-se aliado do litoral açucareiro, no abastecimento de diversos tipos alimentos e produtos, como a farinha de mandioca, o algodão, a aguardente e o couro de boi, esse último, comercializado com a capital e exportado para Portugal. A aguardente, em especial, serviu até como gênero de escambo, utilizado no tráfico de escravos (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 158).

A partir do uso da mão de obra escrava indígena e africana e de habitantes pobres livres, junto com as famílias de muitos proprietários, foi acontecendo a fixação na terra, as adaptações e os modos convivência, pacífica ou não, que caracterizaram as diferenças culturais do sertão da Bahia. Apesar de pouco se conhecer da importância da cultura indígena na constituição da cultura das populações sertanejas, sabe-se que, conforme demonstra a historiografia, os exploradores e colonos europeus, africanos e de outros continentes, contaram com o conhecimento desses povos para sobreviver e se adaptar nos espaços sertanejos. Tiveram que aprender a conviver com a natureza, muitas vezes hostil, dos sertões e, apesar do muito que se perdeu nas conquistas e massacres, o que restou pôde ser percebido nas aprendizagens que foram se remodelando ao contexto de cada período e lugar, contribuindo para o desenvolvimento da economia, da política e, sobretudo, para a formação da cultura do povo brasileiro em geral.

5 CONCLUSÃO

A história e a memória da escravidão no termo de Santo Antônio da Barra, nos anos de 1860 a 1888, é o foco desta tese que analisa a participação dos escravos como agentes dos trânsitos e das misturas biológicas e culturais que resultaram na configuração de uma comunidade mestiça, no período que corresponde à criação da Vila de Santo Antônio da Barra e a abolição da escravidão no Brasil. As discussões desenvolvidas aqui trataram do perfil desses sujeitos, da mão de obra e do trabalho mestiços, das relações sociais e econômicas que foram estabelecidas naquele cenário de escravidão, das conexões e misturas. Para tanto, cada dimensão foi analisada a partir das categorias distintivas de “qualidade”, condição, cor, nação, mobilidade social, ou trânsitos culturais.

Nas últimas três décadas, a historiografia brasileira adotou um importante objeto de estudo: os sertões da Bahia, espaço de conquistas materiais, de mestiçagens e de intercâmbios culturais. Esse foi o lugar abordado aqui. Situado na Serra Geral, sertão baiano, o termo de Santo Antônio da Barrafazia fronteira com o Sertão da Ressaca e o Norte de Minas Gerais. Suas estradas interligavam o sertão, o litoral e os muitos caminhos que se cruzavam naquele que foi um expressivo entreposto comercial da Bahia, sobretudo a partir de 1860, ano em que se separou da comarca de Caetité.

Os registros documentais e os monumentos erguidos pelas gerações, materiais e suporte da memória, informam sobre os indivíduos, a paisagem, o cotidiano, a economia, a política e a cultura de uma sociedade, aspectos centrais nos estudos da sua memória histórica. Estudando a escravidão no termo de Santo Antônio da Barra, a partir dos inventários e dos livros de registros da segunda metade do século XIX, vê-se quão intensiva foi a sua dinâmica.

As fontes documentais usadas neste estudo foram interpretadas na perspectiva da análise comparativa contextualizada da história, atenta às conexões de culturas que foram preservadas ou modificadas fora de seu ambiente, ou mesmo modificadas de maneira semelhante em regiões diferentes. No estudo da “escravidão” e das “mestiçagens”, na perspectiva da *connected histories* e da história comparada ou comparativa, foram traçadas conexões entre os mundos ibéricos, local e global. Essa perspectiva se ancorou nas categorias “trânsito” e “mobilidade” culturais, e se aliou à história cultural, que é descentrada e preenchida pelos cruzamentos e pelos diversos graus de permeabilidade dos mundos. Essa

eleição teórico-metodológica se deu em detrimento das generalizações e da visão eurocêntrica e determinista.

As conexões entre o *lócus* e a *órbis*, ou seja, entre o local e o global, aproximaram, no interior do Brasil, os sertões o Norte de Minas Gerais e da Bahia, e conectaram esses lugares às diversas partes do mundo da colonização portuguesa. A análise das fontes apontou que nesse lugar circulavam viajantes, negociantes e produtos das mais diversas partes do mundo. Essa constante circulação tornou as fronteiras geográficas insignificantes e constituiu, no século XIX, um lugar próspero, um sertão mestiço, de espaços mundializados.

Os caminhos que cortavam Santo Antônio da Barra eram movimentados pelo trânsito de pessoas e mercadorias. O comércio de metais preciosos, gado, alimento, escravos, entre outros produtos, transpôs as fronteiras e interligou sertão ao litoral e, conseqüentemente, ao mundo. De forma que ali, a cultura material e imaterial, assim como a organização socioeconômica e política, era consonante com uma conjuntura geral, onde as relações/interações eram pensadas a partir do componente escravo.

As conexões estabelecidas em Santo Antônio da Barra aproximaram pessoas de diferentes lugares e deram corpo à sua população que, de acordo ao Recenseamento Imperial de 1872, era formada por 42.121 pessoas livres e escravas. Desses, maior parte dos “brasileiros” que viveram ali, na segunda metade do século XIX, era da capital São Salvador e das Minas Gerais, os demais eram de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba. Os estrangeiros também compunham a população: africanos, portugueses, italianos, paraguaios.

Os 3.234 escravos recenseados, cujo percentual foi de 10,32% do total de habitantes, representavam uma expressiva concentração de cativos numa economia policultora de subsistência, formavam uma população relativamente equilibrada entre homens e mulheres, sendo classificados como pardos, pretos e caboclos. A maior parte deles, nascida nas diversas localidades do termo. Dos 1.528 escravos registrados nos inventários pesquisados, a maioria era de brasileiros, nascidos ali ou em outras localidades do sertão da Serra Geral, da capital e de outras províncias.

Para identificar os indivíduos que viviam na condição de escravo, traçou-se, inicialmente, um perfil baseado em critérios como “qualidade”, condição, mobilidade e trabalho, tarefa um tanto complexa, dado à heterogeneidade das denominações e das clivagens, que visavam um ordenamento da população escrava. A fim de classificar os cativos de acordo com a sua nacionalidade, usou-se a categoria “nação”, que distinguia africanos, indígenas, cristãos-velhos e europeus. Contudo, em certos casos, o uso das categorias era condicionado ao olhar do europeu para as experiências dessas culturas no Mundo Ibérico.

De acordo com os inventários, a população escrava do termo de Santo Antônio da Barra era formada, majoritariamente, por crioulos, descendentes de africanos. Os mestiços eram o segundo maior grupo. De acordo ao Recenseamento de 1872, em termos de “qualidades”, a maior parte da população de Santo Antônio da Barra era formada por pretos e caboclos ou mestiços, seguida de pardos escravos e livres e, em menor quantidade, de “brancos”. A “qualidade”, categoria que abarcava alguns atributos usados para hierarquizar, estava ligada à condição social e econômica, mas também se referia à origem, à cor da pele, à religião, à ocupação e, a partir daí, ao lugar e aos espaços sociais permitidos ao indivíduo.

Em determinadas situações, via-se a aproximação ou o distanciamento do indivíduo em relação à escravidão, condicionados pelo distintivo que expressava as suas características físicas ou a sua descendência. As categorias distintivas supracitadas eram as expressões que contribuíam para as intensas experiências de ascensão ou de declínio na hierarquia social.

Como parte da experiência escrava, foram analisados os mecanismos de mobilidade social, que eram passos para a conquista da liberdade. Verificou-se que os altos graus de mestiçagens daquele lugar configuraram-se em fatores de mobilidade social, determinantes no processo da libertação. Segundo os dados dos inventários, os escravos crioulos foram os que mais conquistaram alforrias.

As pessoas livres e escravas foram aproximadas pelas práticas laborais e, no desempenho das suas funções, promoveram trocas de técnicas, instrumento e conhecimentos especializados. Somaram-se as experiências de colonos portugueses e espanhóis, de pessoas das várias partes do mundo, dos povos americanos, dos africanos e de seus descendentes mestiços. Nessa fusão de saberes e de modos de fazer, que foram adaptados e reinventados, deu-se origem aos mais diferentes formatos do trabalho mestiço.

Devido a grande concentração de renda, em grande parte, a maioria dos inventariados eram donos de pequenas e médias propriedades, e tinham de dois a seis escravos. Numa amostra de 300 inventários, somente oito eram de proprietários que tinham um plantel de trinta a cinquenta escravos, e setenta e sete não tinham escravos registrados entre os seus bens.

No decorrer do século XIX, em Santo Antônio da Barra, eram latentes a policultura de subsistência, preponderante na Serra Geral, e o desenvolvimento agropecuário e comercial, impulsionados pelo trabalho mestiço e pela escravidão. Em grande parte, o trabalho cativo estava concentrado nas atividades destinadas ao abastecimento interno, atendendo ao consumo e à comercialização, que era extensa e dinâmica. A mandioca, alimento básico para as populações sertanejas, foi o produto agrícola mais significativo para os proprietários, ricos

e pobres. Nos inventários, veem-se muitos registros de instrumentos e objetos relacionados ao cultivo e ao processamento da mandioca, do algodão e da cana. Além desses produtos, a economia se firmava também na cultura de milho, café, feijão, arroz e frutas nativas; na criação e comércio de gados vacuns, muares, cavalese na atividade comercial.

Por ali circulavam gentes e produtos rústicos e finos, oriundos do próprio termo, das localidades vizinhas, da capital, das outras províncias e dos outros continentes. Tal dinamicidade promoveu em Santo Antônio da Barra os encontros e as misturas biológicas e culturais que ocorriam em toda a América portuguesa, um continente de índios, brancos, pretos e, sobretudo, de mestiços.

Diante dos temas abordados nos três capítulos desta tese, afirma-se que a escravidão no termo de Santo Antônio da Barra, na segunda metade do século XIX, foi caracterizada pela intensa participação dos escravos como agentes dos trânsitos e das misturas biológicas e culturais. Pôde-se perceber, ainda, como homens e mulheres, brancos e não-brancos, promoveram e viveram, naquele lugar, o processo de mestiçagens marcou profundamente e definiu a época moderna.

Durante todo o desenvolvimento da pesquisa e escrita desse texto, muitas questões surgiram e ficaram sem respostas, em razão da limitação do acesso às fontes, e, conseqüentemente, podem suscitar novas discussões. Mas, as relações entre escravidão e mestiçagens foram debatidas, o dinamismo dos trânsitos culturais no sertão da Serra Geral foi analisado e foram restabelecidas as conexões “internacionais” e “intercontinentais” que ligaram o termo de Santo Antônio da Barra ao mundo, afinal, as histórias das sociedades e dos mundos estão conectadas e em comunicação entre si, como é possível perceber a partir das considerações apresentadas aqui. Se isto acontecer, esta tese terá cumprido o seu propósito.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais e Bibliográficas

Arquivo do Fórum Municipal Desembargador Jaime Bulhões – FMDJB. Condeúba – Bahia (documentos não catalogados)

Inventários: termo de Santo Antônio da Barra 1860 a 1888.

FMDJB: Inventário de João José Alves, nº 659 de 1884.

FMDJB: Inventário de Manoel José Martins, nº 709 de 1886.

FMDJB: Inventário do Tenente Alípio Ferreira de Faria, nº 527 de 1879.

FMDJB: Inventário de Lúcia “africana” nº 769 de 1887.

FMDJB: Inventário de Sophia Carolina do Amor Divino, nº 691 de 1885.

FMDJB: Inventário de Pulqueria Maria de Jesus, nº 662 de 1884.

FMDJB: Inventário de Joaquina Rosa da Encarnação, nº 120 de 1862.

FMDJB: Inventário de Santo Antônio da Barra de 1860-1888.

FMDJB: Inventário de Francisca Maria dos Reis, nº 334 de 1871.

FMDJB: Inventário de João Teixeira e Rita Maria do Espírito Santo (africana), nº 128 de 1862.

FMDJB: Inventário de Antônio Pereira Dutra, nº 438 de 1785.

FMDJB: Inventário de Maria Thereza de Jesus, nº 666 de 1884.

FMDJB: Inventário de Dona Felícula Maria de Jesus, nº 311 de 1870.

FMDJB: Inventário de Dona Maria Berlinda de Nazareth Torres, nº 496 de 1878.

FMDJB: Inventário de João Ferraz de Araújo Câmara, nº 505 de 1878.

FMDJB: Inventários de Santo Antônio da Barra de 1860-1888.

FMDJB: Inventário de Dona Maria Angélica de Jesus, nº 708 de 1886.

FMDJB: Inventário de Clemente José Ribeiro, nº 373 de 1872.

Inventário de Gaudêncio de Faria Bitencourt, nº 721 de 1886.

FMDJB: Inventário de Bonifácio José Ribeiro, nº 239 de 1867.

FMDJB: Inventário de Angélica Souza Castro, nº 656 de 1884.

FMDJB: Inventário de Maria Thereza de Jesus, nº 666 de 1884.

FMDJB: Inventário de Dona Felícula Maria de Jesus, nº 311 de 1870.

FMDJB: Inventário de Dona Maria Berlinda de Nazareth Torres, nº 496 de 1878.

FMDJB: Inventário de João Ferraz de Araújo Câmara, nº 505 de 1878.

FMDJB: Inventários de Santo Antônio da Barra de 1860-1888.

FMDJB: Inventário de Dona Maria Angélica de Jesus, nº 708 de 1886.

FMDJB: Inventário de Clemente José Ribeiro, nº 373 de 1872.

FMDJB: Inventário de Gaudêncio de Faria Bitencourt, nº 721 de 1886.

FMDJB: Inventário de Antônio Rodrigues da Silva, nº 133 de 1862.

FMDJB: Inventário de Dona Jesuína Ferreira dos Santos, nº 332 de 1871.

FMDJB: Inventário de Tenente José Alves Portugal, nº 530 de 1879.

FMDJB: Inventário de Dona Maria Clementina de Jesus, nº 492 de 1878.

FMDJB: Inventário de Maria Constança Dutra de Almeida, nº 649 de 1884.

FMDJB: Inventário de Dona Thereza Maria de Jesus, nº 320 de 1870.

FMDJB: Inventário de Dona Maria Clementina de Jesus, nº 492 de 1878.

Documentos diversos sem escravos – termo de Santo Antônio da Barra

1. FMDJB: Ação Executiva de nº 177, de 1865 – Honório Pereira Dias.
2. FMDJB: Autos Cíveis de nº 217, de 1866 – José Cordeiro da Silva.
3. FMDJB: Carta de Sentença Cível de nº 237, de 1867 – Vigário Bellarmino Silvestre Torres.
4. FMDJB: Ação cível de Cobrança de nº 351, de 1871 – Maurício Ferreira de Oliveira.
5. FMDJB: Reinvidicação de nº 681, de 1884 – Órphão Honorina .
6. FMDJB: Justificação de nº 733, de 1886 – Capitão Lúcio Ferreira Barbosa.
7. FMDJB: Ação Executiva de Mariana, escrava de Manoel da Silva Gusmão, nº 289 de 1869.

Livros de Registros de 1820 a 1888 – termo de Santo Antônio da Barra

1. FMDJB: Livro do Tombo do Cartório de Feitos Cíveis e Criminais de 1820 a 1941, de Condeúba – BA.
2. FMDJB: Caderno (datilografado) Inventário Procedido no Cartório dos Feitos Cíveis e Criminais do Termo Sede da Comarca de Condeúba (1860 a 1941).
3. FMDJB: Livro nº1 – Rol dos Culpados – pelo Cartório do Escrivão do Juiz – 1863.
4. FMDJB: Livro nº 1 de Arrecadação pelo Cartório (dos bens do evento) – 1867.
5. FMDJB: Livro nº 2 de Carga pelo Cartório do 1º Tabelião – 1883
6. FMDJB: Livro de Protocollo para as Audiências do Juízo Municipal e Órphãos – 1865.
7. FMDJB: Livro nº 5 de Protocollo pelo Cartório do 1º Tabelião e Escrivão de Orphãos e Auzentes do Termo de Santo Antônio da Barra – 1869.
8. FMDJB: Livro de Protocollo para as Audiências do Juízo da Provedoria pelo Cartório do 2º Tabelião – 1872.
9. FMDJB: Caderno de Certidões das Visitas da Cadeia – 1865 (até 1891).
10. FMDJB: Livro 3º para Registro de Testamento pelo Cartório do 2º Tabelião do Termo de Santo Antônio da Barra – 1871.
11. FMDJB: Livro de Acta da Câmara de Vereadores – 1865.
12. FMDJB: Livro nº 01 A. Nascimento de 1879 a 1882.
13. FMDJB: Livro Nº 02 A. Nascimento de 1883 a 1888.
14. FMDJB: Livro nº 01. Casamento de 1879 a 1881.
15. FMDJB: Livro nº 02 C. Óbitos 1880 a 1882.
16. FMDJB: Livro nº 03 C. Óbitos 1882 a 1883.
17. FMDJB: Livro nº 04. Óbitos 1883 a 1884.
18. FMDJB: Livro nº 07. Óbitos 1895 a 1896.
19. FMDJB: Livro nº 8 de Notas pelo Cartório do 2º Tabelião do Termo da Villa de Santo Antônio da Barra – 1879a 1883.
20. FMDJB: Livro nº 10 de Notas pelo Cartório do 1º Tabelião do Termo de Santo Antônio da Barra – 1883 a 1889.
21. FMDJB: Livro nº 10 de Notas pelo Cartório do 2º Tabelião do Termo de Santo Antônio da Barra – 1886 a 1893.

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB

APEB: Carta Capitão-Mór de Sergipe de El-Rey para a coroa de 16 de setembro de 1751. Ord. Reg. 75, 178-181.

APEB: 03.1216.1685.07. Inventário de Crispim da Rocha Pinto. São Bento, 22/09/1792

Anais da Biblioteca Nacional, vol. 38. Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar.

Ofício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do *Rio Pardo*, pelo capitão-mor *João Gonçalves da Costa*. 31.03.1807. p. 455.

Dicionários e vocabulários

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

_____. **Vocabulário portuguez e latino**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD: LISA, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HOUAISS, Antônio. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1999.

SILVA PINTO, Luiz Maria da. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.

Fontes impressas e publicadas

BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Centro de Estatísticas e Informações Básicas dos Municípios Baianos. Serra Geral**. Vol. 10: Salvador, 1994.

BRASIL. DECRETO nº 1.144, de 11 de Setembro de 1861. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1861**, Página 21 Vol. 1 pt I (Publicação original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1144-11-setembro1861-555517-publicacaooriginal-74767-pl.html>>. Acesso em: 10/12/2012.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1871**, Página 147, Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-norma-pl.html>>. Acesso em: 29/10/2014.

BRASIL. DECRETO nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. **Coleção de Leis do Brasil. 31/12/1872**.p. 1053. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=61057&norma=76935>. HTM>. Acesso em: 10/12/2012.

BRASIL. Código Criminal Imperial. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 02/03/2015.

1º REGIMENTO DE TOMÉ DE SOUZA, escrito em Almerim, aos 17 de dezembro de 1548. Apud. MENDONÇA, Marcos Carneiro. **Raízes da formação administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 49.

Fontes da internet

AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129>>. Acesso em: 15/11/2014.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A política dos homens de cor no tempo da Independência. **Revista Estudos Avançados**, nº 18, 2004, p. 253-269. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142004000100022&script=sci_arttexthttp://lhandle.net/bv2julho/16>. Acesso em: 20/02/2026.

FREIRE, Jonis. Crescimento da população cativa em uma economia agroexportadora: Juiz de Fora (Minas Gerais), século XIX. **Revista de História**. São Paulo. Nº. 166, jan./jun. 2012. p. 245-283. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/index.php/br/edicoes/241-rh-166>>. Acesso em 12 de dezembro de 2014.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centúria: “a “história cultural” do novo milênio. **Revista Estudos avançados**, n. 17, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18412.pdf>>. Acesso em: 20/03/2013.

GUZMÁN, Florência. Africanos em la Argentina. Uma reflexiósdesprevenisa. In: **Andes**, nº 17, Salta. jan./dez., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.orgar/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1668809020060001&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 18/10/2015.

MACHADO, Cacilda. **A escravidão e a cor dos escravos e dos livres** (Freguesia de São José dos Pinhais – PR, passagem do século XVIII para o XIX). Temas Setecentistas. Curitiba: UFPR, 2011. p. 429-442. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-escravid%C3%A3o-e-a-cor-dosescravos-e-dos-livres-Cacilda-Machado.pdf>>. Acesso em 20/03/2016.

QUEIJA, Berta Ares. Mestizos, mulatos y zambaigos (Virreinato Del Perú, siglo XVI). In:_____. & STELLA, Alessandro. (coord.). **Negros, mulatos, zambaigos** – Derroteros africanos en los mundos ibéricos. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos/CSIC, 2000. p. 75-88. Disponível em: <<http://digital.csic.es/bitstream/10261/28909/1/407-AresQueija.pdf>>. Acesso em: 14/03/2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Escravos e mobilidade social vertical em dois romances brasileiros do século XIX. **Conferência realizada durante o III Simpósio do Vale do Paraíba**, realizado e Pindamonhangaba, julho de 1976. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/erusp/article/view/83165>>. Acesso em: 29/10/2015.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil: de 1500-1627**. São Paulo e Rio de Janeiro: Editores Proprietários Weiszflog Irmãos, 1918. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/.../018616_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 23-07-2014.

STOLCKE, Verena. **Los mestizos no nascen sino que se hacen**. In. **Av's [online]**.Nº 14, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-16942009000100002&script=sci_abstract>. Acesso em: 18/09/2015.

VIEIRA, Padre Antônio (1608-1697) (parte 1). Disponível em: <<http://www.bn.br/vibvirtual/acervo/>>. Acesso em: 22/10/2014.

Livros, artigos, teses e dissertações

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas – século XIX**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2006.

AMANTINO, Márcia. Jesuítas negros e índios: as mestiçagens nas fazendas inacianas do Rio de Janeiro no século XIX. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Org.). **Escravidão e mestiçagem, populações e identidade culturais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. p. 81-100.

AMANTINO, Marcia. A fazenda jesuítica de São Cristóvão: espaços de sociabilidades cativas e mestiças – Rio de Janeiro, século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; AMANTINO, Marcia (Org.). **Escravidão e mestiçagem, ambientes, paisagens e espaços**. São Paulo: Annablume, 2011. p. 139-164.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes**: violência coletiva nas minas na primeira metade do século XVIII. São Paulo: C/Arte, 1998.

ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão de obra escrava em Salvador**. 1811-1860. São Paulo: Corrupio, 1988.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Família, fortuna e poder no Império do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-2005)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense – UFF, 2005.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Limites impostos pela escravidão a comunidade escrava e seus vínculos de parentesco**: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 1995.

ANTONIL, André João (Giovanni Antônio Andreoni). **Cultura e opulência do Brasil**: por suas drogas e minas. Lisboa: Officina Real, 1711.

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian. **Viagens pela província da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo EDUSP, 1980.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1955.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. **O guru, o iniciador, e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERNAND, Carmen. **Negros esclavos y libres em las ciudades hispanoamericanas**. Madrid: Fundacion Historica Tavera, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOCCARA, Guilherme. Mestizajesalvaje, trabajo y resistência em la frontera hispano Mapuche. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. P. 265-280.

BOSCHI, Caio Cesar. **O barroco mineiro**: artes e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

BOXER, Charles R. **O império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta El-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1974.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e abolição no Brasil**. Novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**: Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CERCEAU NETTO, Rangel. Famílias mestiças e as representações identitária: entre as maneiras de viver e as formas de pensar em Minas Gerais, no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França, AMANTINO, Márcia; IVO, Isnara pereira (Org.). **Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços**. São Paulo: Annablume, 2011. p. 165-177.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Afonso. “Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora”. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia**. Vol. II, 1916, p. 239.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Lutas de família no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viajem pitoresca ao Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EP, 1978.

DERBY, Orville A. Os primeiros descobrimentos e ouro em Minas Gerais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. V, 1899-1900, p. 240-278.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese (professor titular). Niterói: UFF, 2004.

FERNANDES. Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João; **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 -1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____; FLORENTINO, Manolo e FARIA, Sheila de Castro. **A economia colonial brasileira**: (séculos XVI-XIX). São Paulo: Atual, 1998.

_____. Fidalgos e parentes de pretos: nota sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). _____; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. J. de (Org.). **Conquistadores e negociantes**: história de elites no Antigo

Regime nos trópicos. América lusa, século XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 33-120.

FRANCO, MARIA Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

FREITAS DE JESUS, Alysson Luiz. **Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pós-escravidão**: o sertão das minas entre 1850 e 1915. Tese (Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

FURTADO, JÚNIA Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes, o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 223-250.

_____. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. Editora Ática. São Paulo: Brasil, 1978.

_____. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. **Estudos Econômicos**, Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13[1], jan./abr., 1983.

GRAHAM, Richard. **Nos tumbeiros mais uma vez?** O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 027, 2002, p. 122.

GRUZINSKI, Serge. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories***. Rio de Janeiro. Topoi, mar. 2001. p. 175-195.

_____. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

_____. Os índios construtores de catedrais. Mestiçagens, trabalho e produção na cidade do México, 1550-1600. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002. p. 323-340.

_____. Monarquia católica, mundialización Y mestizajes: algunas pistas para el historiador de hoy. In: **Memória Americana**. Cuaderno de etnohistoria. Vol. 11. Instituto de Ciências Antropológicas, Faculdade de Filosofia Y Letras – U.B.A. Buenos Aires, 2003a, p. 9-32.

_____. **As quatro partes do mundo**: História de uma mundialização. Belo Horizonte, UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

GUEDES, Roberto Ferreira. Autonomia escrava e (des) governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In: FLORENTINO, Manolo G. (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**. (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 233-245.

_____. De ex-escravos a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, João L. R; ALMEIDA, Carla M. C. de; SAMPAIO, Antônio C.J. de (Org.). **Conquistadores e negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, século XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 339-376.

_____. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GIDDENS, Anthony. **The class structure of the advanced societies**. Londres: Hutchinson, 1974.

HESPANHA, António Manoel. Antigo Regime dos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João e GOUVEIA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico – O processo de civilização. Tomo II, Vol. I. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho**: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2004.

_____. Um enigma das cores e forma nos sertões da América portuguesa – Século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia; IVO, Isnara Pereira (Org.). **Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens**. São Paulo: Annablume, 2011, p.115-138.

_____. **Homens de Caminho**: trânsitos culturais e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2012.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Robert S. A demografia do tráfico Atlântico de escravos para o Brasil. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, 17 (2), 1987.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**. São Paulo: Paz e terra, 1988.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LENHARO, Alcir. **Tropas de moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

LEMKE, Maria. Uma preta escrava e muitos pardos livres – história sobre obediência escrava na capitania de Goiás. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; AMANTINO, Marcia (Org.). **Escravidão e mestiçagem, ambientes, paisagens e espaços**. São Paulo: Annablume, 2011. p. 179-200.

_____. **Trabalho, família e mobilidade social** – notas do que os viajantes viram em Goiás. C. 1770 – c. 1847. Tese (Doutorado em História). Goiânia: Faculdade Federal de Goiás, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. A empiria e as cores: representações indenitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Org.). **Escravidão e mestiçagem, populações e identidade culturais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. p. 41-62.

. _____.; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Revan/UPERJ/UCAM, 1999. In: FINAZZI-AGRÒ, Ettore. **Um lugar do tamanho do mundo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco**: uma sociedade de pastores e guerreiros. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.

LISBOA, Karem M. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na viagem pelo Brasil(1817-1820). Brasil: Hucitec/FAPESP, 1987.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: INL, 1978.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Trabalho, família e escravidão**: pequenos produtores de São José das Mortes, de fins do século XVIII a meados do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII-XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro.;ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. J. de (Org.). **Conquistadores e negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, século XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 403-434.

MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Texto para Discussão** nº 10. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

MATTOS, Hebe Maria. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 8, nº 16, p. 37-55, mar./ago., 1988.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravistas. Brasil. Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João Luís R.; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima (Org.) **O Antigo Regime nos Trópicos**: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 141-162.

_____. **Das cores do silêncio**: o significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. Salvador, HUCITEC, 1978.

_____. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia no Século 19** - uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MOURA, Clovis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2005.

MURARI, Luciana. A mestiçagem da alma: literatura crítica e ciência na construção do discurso racial no Brasil pós 1870. **Revista Intinerários**. Araraquara, n. 23, p. 175-190, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampuleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. **Revista Afro-Ásia**. Salvador, 2000, p. 97-128.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Escravismo e policultura. **Revista CLIO – Série História do Nordeste**, nº 15, 1994.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

_____. Almocreves, bateias, e gente da pequena esfera: o ouro do povoamento e ocupação econômica do sertão da Bahia. **Revista IGHB**: Salvador. Vol. 101, 2006. pp. 126-147.

_____. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** (um estudo de história regional e local). Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

_____. **Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. **O liberto: o seu mundo e os outros**. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista USP**. Nº 28. São Paulo: dez./fev. 95/96. p. 174-193.

_____. **Quem eram os “negros da Guiné”?** A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*. Nº 19/20, 1997. p. 37-77.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índios Paneleiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

OLIVEIRA, Waldir. Freitas. **A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos – UFBA, 1999.

PAES, Jurema Mascarenhas. **Tropas e Tropeiros na Primeira Metade do Século XIX no Alto Sertão Baiano**. Salvador: UFBA, 2001.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. Tese (Doutorado) São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

PAIVA, Eduardo França. **Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial**. *Revista de História*. São Paulo: FFLCH-USP, 1995. p. 49-57.

_____. **Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagens no Novo Mundo**. In: _____, ANASTASIA, Carla Junho. (Org.). **Trabalho mestiço: maneiras de pensar e**

formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPG/UFMG, 2002. p. 187-205.

_____. Trânsito de culturas, circulação de objetos no mundo português – séculos XVI a XVIII. In: _____. **Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português** (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Annablume, 2006. p. 99-122.

_____. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagens no Mundo Ibérico. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Org.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: EDUESB, 2008.

_____. Por uma História Cultural da escravidão, da presença africana e das mestiçagens. **Fenix Revista de História e Estudos Culturais**. Jul./ago./set. Vol. 6. Ano VI, nº 03, 2009.

_____. Territórios mestiços e urbe escravista colonial Ibero-Americana. In: PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia; IVO, Isnara Pereira. **Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços**. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Dar nome ao novo**: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Tese de professor titular apresentado na UFMG. Belo Horizonte, 2012.

_____. Escravidão, dinâmicas de mestiçagens e o léxico ibero-americano. In: **Perspectivas**. V. 10, 2013, p. 11-24. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9722/3/Revista_PERSPECTIVA_%2310_final.pdf>. Acesso em: 12/05/2014.

_____. Dinâmica de Mestiçagens na Ibero-América. Definições. Texto apresentado na Mesa-Redonda: **Dinâmica de Mestiçagens**: um conceito para “*Ibero-América, séculos XVI-XVIII*”. 5º Encontro Internacional de História Colonial: cultura, escravidão e poder na Expansão Ultramarina (sec. XVI ao XIX). Maceió – AL. Dias 19 a 22 de agosto de 2014 (texto inédito).

_____; IVO, Isnara pereira (Org.). **Escravidão, mestiçagens e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Revista Afro-Ásia**, n. 32: Universidade Federal da Bahia, 2005, p. 159-183.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

_____. Cartas de Alforria. “para não ter o desgosto de ficar em cativo”. **Revista Brasileira de História**. v. 26, nº 52, p. 141-174. São Paulo, 2006.

_____. **Fios da Vida**: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

PRADO JÚNIOR Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RAMOS, Arthur. **A Mestiçagem no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2004.

RAPPAPORT, Joanne. ¿Quiénes mestizo? descifrando la mezcla racial en El Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.43-60, jan/jun 2009.

RESENDE, Rodrigo de Castro. **As “Nossas Áfricas”**: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e ciências Humanas da UFMG, 2006.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Aline Santana dos Santos. **Escravidão e liberdade no “sertão das Umburanas” (1850/1888)**. Dissertação (Mestrado). Feira de Santana: UEFS, 2011.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1989.

RUSSEL-WOOD, Antony John R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SÁ, Eliane Garcindo de. **Mestiço**: entre o mito, a utopia e a história – reflexões sobre a mestiçagem. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

SALAZAR-SOLER, Carmen. Innovaciones técnicas, mestizajes y formas de trabajo em Potosi de los siglos XVI-XVII. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. p. 141-164.

SALVADOR, Vicente do (Frei). (1627). **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

SAMPAIO, Theodoro Fernandes. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905.

SANTANA, Napolitana Pereira. **Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)**. Dissertação (Mestrado). Santo Antônio de Jesus, 2012.

SANTIAGO, Camila Fernandes Guimarães. **Cativos da arte, artífices da liberdade**: a participação de escravos especializados no barroco mineiro. In: PAIVA, Eduardo França,

IVO, Isnara Pereira (org.). **Escravidão, mestiçagens e histórias comparadas**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: EDUESB, 2008. p. 77-88.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688-1732)**. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão Bahiano: 1640-1750**. Tese (Doutorado). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, Ocerlan Ferreira. **Memórias da escravidão e das mestiçagens no sertão da Bahia do século XIX**. Dissertação (mestrado). Vitória da Conquista. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade: UESB, 2015.

SANTOS FILHO, Licurgo. **Uma comunidade rural no Brasil: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo. **Dom Obé II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800)**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal e Rural de Pernambuco, 2008.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

SILVEIRA, Renato da. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. **Revista Afro-Ásia**, nº 38: UFBA, 2008. p. 245-301.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. **O direito e o Estado no Brasil Filipino: inovação ou continuidade legislativa**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Gama Filho, 2001.

SLENES, Robert. **A demografia e economia do Brasil escravo: 1850-1888**. Tese (Doutorado). Universidade de Stanford. Califórnia, 1976.

_____. **Grandeza ou decadência?** O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo. Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986.

_____. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza Carvalho de. **Devotos da cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). **Governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories. Notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. In: LIEBERMAN, V. (Org.). **Beyond Binary Histories**. Re-imagining Eurasia to c. 1830, p. 289-315. Michigan: The University of Michigan Press, 1997, p. 289-315.

TARQUINIO, Mario. Estado da Bahia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. Bahia, junho, 1934. p. 325-444.

TEIXEIRA, José Cid. **Bahia, caminhos..., estradas..., rodovias...: notas para a história**. Salvador: EGBA, 1998.

TELESCA, Ignacio. Población, sociedade y mobilidade social em Paraguay. In BOTELHO, Tarcísio R.; LEEUWEN, Marco H. D. Van (Org.). **Mobilidade Social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX**. Bleo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009. p. 211-225.

TORRES, Tranquillino Leovigildo. **Memória descritiva do Município de Condeúba**. Condeúba: Tipografia Vieira, 1924.

VIANA, Urbiano de Souza. **Bandeiras e sertanistas baianos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. São Paulo: Diário da Bahia, 1893.

VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

VIANA FILHO. **O negro na Bahia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILHENA, Luís dos Santos. **Recopilação de notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX cartas**. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1927.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, 1940.